



RELATÓRIO DE GESTÃO
2025



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO





Elaboração

Assessoria da Presidência
Secretaria de Administração e Abastecimento
Secretaria da Magistratura
Secretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Governança de Sistemas
Secretaria Judiciária
Secretaria de Orçamento e Finanças
Secretaria da Presidência
Secretaria da Primeira Instância
Secretaria de Tecnologia da Informação
Diretoria de Auditoria Interna

Consolidação

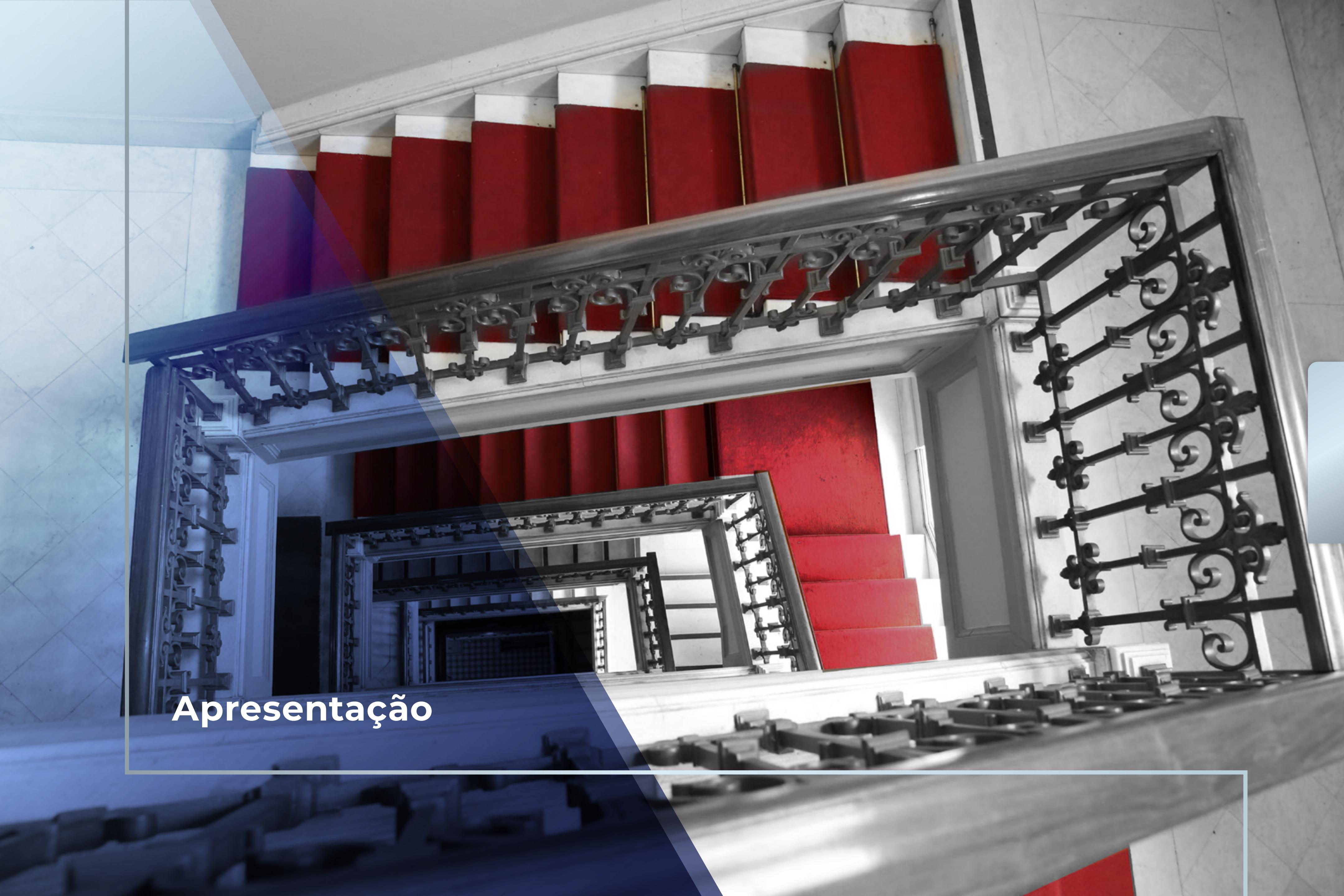
Juízes assessores do Gabinete Civil
Karina Ferraro Amarante Innocencio
Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro
Rodrigo Nogueira
Juízes assessores – Jurisdicional
Josué Modesto Passos
Roger Benites Pellicani



Sumário

APRESENTAÇÃO	6
DESTAQUES	8
■ Relacionamento Institucional.....	9
■ Eventos.....	11
■ Visitas Monitoradas.....	16
■ Homenagens ao TJSP.....	17
■ Instalações e visitas.....	19
■ Inaugurações.....	21
■ Destaques do TJSP na Imprensa.....	22
■ Núcleo de Inteligência do TJSP.....	23
■ Eproc.....	24
■ Iniciativas Envolvendo Inteligência Artificial (IA).....	27
■ Planejamento Estratégico.....	28
■ Unidades de Processamento Judicial.....	30
■ UPJs em Segunda Instância.....	31
■ Varas e Unidades Judiciais Instaladas.....	33
■ Normativos.....	33
■ Núcleos de Justiça 4.0.....	38
■ Núcleos de Justiça 4.0 em 2º Grau.....	39
■ Execução Fiscal.....	40
■ Programa Audacs.....	42
■ Criação de B.I.s e apps / Inteligência Artificial.....	43
■ Serviço de Assistência Médica e Odontológica.....	44
■ Neddif e UMF/TJSP.....	45
■ Central de Intermediação em Libras.....	46
■ Comissões de Heteroidentificação.....	47
■ Nomeações e Posses de Servidores.....	48
■ Juiz das Garantias.....	49
■ Digitalização de Processos Físicos.....	50
■ Digitalização de Processos Físicos 2º Grau.....	51
■ Redução de Custos.....	52
■ Plano de Obras e Plano de Manutenção e Conservação Predial.....	54
TJSP EM NÚMEROS	56
PROJETOS E RESULTADOS	64
Secretaria da Magistratura	65
■ Principais realizações.....	66
■ Varas e Unidades Judiciais Instaladas.....	67
■ Estrutura Funcional da Magistratura Paulista.....	69
■ Movimentação na Carreira da Magistratura.....	70
Secretaria Judiciária	71
■ Produtividade.....	72
■ UPJs – 2º Grau.....	73
■ Núcleo de Justiça 4.0 em 2º Grau.....	74
■ Projetos.....	75
■ Automatização.....	76
Secretaria de Orçamento e Finanças	78
■ Lei Orçamentária Anual (LOA).....	79
■ Receitas do Fundo Especial de Despesa – FED.....	79
■ Modernização dos Processos de Arrecadação.....	80
■ Despesas do Poder Judiciário.....	80
■ Orçamentos 2024/2025.....	81
Secretaria de Administração e Abastecimento	83
■ Acessibilidade.....	84
■ Sustentabilidade.....	84

■ Economias.....	85	■ Indicadores.....	121
■ Gestão.....	86	■ Projetos em Andamento.....	123
■ Projetos Finalizados.....	87		
Secretaria de Gestão de Pessoas.....	88	Secretaria da Primeira Instância.....	126
■ Principais Projetos.....	89	■ Produtividade.....	127
■ Ingresso, Movimentação, Desenvolvimento de Carreiras, Estruturas e Legislação.....	95	■ E-mails.....	128
■ Folha de Pagamento.....	99	■ Normativos.....	129
■ Frequência e benefícios.....	100	■ Projetos.....	130
■ Capacitação.....	101	■ Certidões.....	141
■ Saúde.....	103		
Secretaria de Tecnologia da Informação.....	105	Secretaria da Presidência.....	149
■ Sistemas Judiciais.....	106	■ Expedientes do Gabinete Jurisdicional.....	150
■ Robotização.....	108	■ Centro de Inteligência.....	150
■ Sistemas Administrativos.....	108	■ Diretoria de Apoio aos Servidores.....	152
■ Apoio aos Usuários.....	110	■ Diretoria de Comunicação Social.....	158
■ Controle Operacional e Comunicação de TI.....	111	■ Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas.....	160
■ Governança e Gestão de TI.....	114	■ Diretoria dos Gabinetes de Apoio do Palácio da Justiça.....	163
■ Banco de Dados e BI.....	114	■ Nugepnac.....	164
Secretaria de Governança de Sistemas.....	117	■ Deplan.....	166
■ TJSP + eproc.....	118	■ Diretoria de Gestão do Conhecimento Judiciário.....	171
		■ Campanhas Mensais.....	173
		CONCLUSÃO.....	174



Apresentação

Apresentação

Ao concluir este biênio de gestão, tenho a satisfação de apresentar o Relatório de Atividades do Tribunal de Justiça de São Paulo, documento que sintetiza os avanços alcançados entre 2024 e 2025, em consonância com nosso plano estratégico e com as diretrizes de modernização e eficiência que norteiam a Justiça paulista.

Nestes dois anos, fortalecemos o relacionamento institucional com os Poderes Executivo e Legislativo, bem como com os órgãos do sistema de Justiça – STF, STJ e CNJ –, mantendo diálogo permanente e cooperação produtiva. Esse esforço resultou na aprovação de projetos relevantes na Assembleia Legislativa, como a criação de cargos de juízes substitutos em Segundo Grau, técnicos de TI, assistentes sociais e psicólogos, além da formulação de um orçamento para 2025 que assegurou investimentos voltados à prestação jurisdicional célere e de qualidade.

Modernização e inovação foram marcas desta gestão. Implementamos o eproc, sistema eletrônico gratuito e moderno, que já opera em diversas unidades judiciais, substituindo o SAJ e trazendo ganhos expressivos de eficiência. Avançamos na transformação digital, com a expansão dos Núcleos de Justiça 4.0 em áreas estratégicas – Execuções Fiscais, Detran, Acidentes do Trabalho, Grandes Litigantes, Ações Coletivas, entre outras –, além da criação do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau, que julgou mais de 101 mil recursos e alcançou recorde histórico de produtividade.

No campo da gestão orçamentária, conduzimos execução responsável, garantindo direitos de magistrados e servidores, investimentos em tecnologia, melhorias nas instalações

e ampliação dos serviços de saúde, incluindo atendimento psiquiátrico *on-line* e reativação do serviço de ambulância. Implementamos políticas de valorização, capacitação e bem-estar, consolidando um ambiente institucional mais saudável e produtivo.

Destaco também a racionalização administrativa e a otimização da prestação jurisdicional, com devolução de 155 imóveis, instalação de 114 novas UPJs em Primeiro Grau e outras sete em Segundo Grau e economia anual superior a R\$ 45 milhões, além da extinção de mais de 8 milhões de execuções fiscais, superando em 51% a meta prevista pelo CNJ. A adoção de inteligência artificial e robôs, a criação de painéis de BI e aplicativos e a integração de sistemas reforçaram nossa capacidade de gestão e transparência.

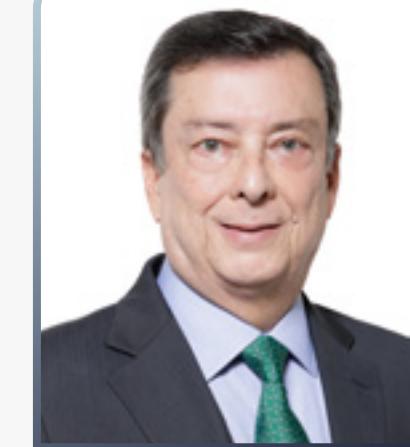
Este relatório reflete não apenas números e projetos, mas o compromisso coletivo de magistrados, servidores e colaboradores com uma Justiça mais ágil, acessível e eficiente.

Agradeço profundamente a todos pelo empenho e dedicação, que permitiram transformar desafios em conquistas e consolidar o TJSP como referência nacional em inovação e governança.

Seguiremos firmes, tenho certeza, na missão de fortalecer o Poder Judiciário paulista, com transparência, responsabilidade e visão de futuro, honrando a confiança da sociedade e assegurando que a Justiça esteja sempre à altura das demandas do nosso Estado.

Muito obrigado!

Fernando Antonio Torres Garcia
Presidente do TJSP [biênio 2024/2025]





Destaque

Relacionamento Institucional

Consolidação do diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo e intensificação do relacionamento e da cooperação institucional entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e os demais órgãos do sistema de Justiça, em especial o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.



Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo; desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, presidente do TJSP; ministro Luís Roberto Barroso, à época presidente do STF e do CNJ e André do Prado, presidente da Alesp, na Solenidade de Abertura do Ano Judiciário de 2025



Abertura do Ano Judiciário de 2025 no Salão dos Passos Perdidos, no Palácio da Justiça

Abertura do Ano Judiciário de 2025 e homenagem ao ministro Luís Roberto Barroso – 7/2



Eventos

- Colar do Mérito Judiciário – ministro Zanin
- Colar do Mérito Judiciário – ministro Fachin
- Encontro Nacional de Gestores de Precatórios



Eventos

- Inauguração do Programa Novos Tempos
- Campanha "Fazer o Futuro Sorrir"
- Cerimônia de entronização do Oxê de Xangô



Solenidade de instalação do setor de atendimento do Programa Novos Tempos – Preparação à Aposentadoria de Magistrados(as) e Valorização dos(as) Aposentados(as)



Presidente Fernando Torres Garcia e desa. Maria de Lourdes Cimino, coordenadora do programa



Lançamento do Rap da Primeira Infância no Salão do Júri do Palácio da Justiça



Rapper Renan Inquérito; coral do Instituto Anelo; juíza Michelli Vieira; músicos Pop Black e Índio; pres. Fernando Torres Garcia e desa. Gilda Diodatti



Apresentação da canção com o rapper Renan Inquérito, a pequena Helena e Pop Black junto ao coral de crianças do Instituto Anelo



Diego, joalheiro dos orixás que confeccionou o Oxê de Xangô, e presidente Fernando Torres Garcia



Arethuza Doria d'Oyá, Iyálásé do Omidayé e consultora do Potmas da Cevenb OAB-RJ, e presidente Fernando Torres Garcia



Cerimônia de entronização do Machado Sagrado de Xangô, símbolo de equilíbrio, imparcialidade e busca pela Justiça

Eventos

- Um dia no TJ
- Exposição "Retratos do Ribeira"



Eventos

- Palestra na Universidade de Araraquara
- XVI Consepre



Presidente concede entrevista



Conselheiro Dimas Ramalho e presidente Fernando Torres Garcia ingressam no auditório lotado



Estudantes de Direito da Uniara



Mesa de Honra da abertura da 54ª Semana Jurídica "Dimas Ramalho"



Presidente Fernando Torres Garcia em apresentação de dados do TJSP



XVI Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), realizado pelo TJMA, reunindo autoridades do Judiciário



Presidente Fernando Antonio Torres Garcia é homenageado por Ricardo Paes Barreto, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco



Tema da edição foi o uso da Inteligência Artificial na Justiça

Eventos

- Diploma Ramos de Azevedo
- II Simpósio da Consciência Negra



Visitas Monitoradas

- Alunos da Academia PM do Barro Branco
- Estudantes de Direito da USP
- Comitiva da Suprema Corte de Bangladesh



Homenagens ao TJSP

- 1º Prêmio de Eficiência Tributária
- 2º Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário
- Medalha do Sesquicentenário do Corpo Musical da PMESP
- Medalha do Pacificador – Comando Militar do Sudeste



Homenagens ao TJSP

- Medalha Regente Feijó da APMTJ
- Medalha do 1º Centenário do Regimento de Polícia Montada "9 de Julho"
- Selo Tribunal Amigo da Pessoa Idosa
- Título Honorífico Juventus



Instalações e visitas



Instalações e visitas



Instalação da Vara Regional das Garantias e UPJ Criminal – Presidente Prudente



Instalação da 4ª Vara e Unidade de Processamento Judicial – Andradina



Instalação da Vara de Violência Doméstica e UPJs – Santo André



Instalação da 4ª Vara e Unidade de Processamento Judicial – Itanhaém



Instalação da Vara da Família e das Sucessões, 3ª Vara Cível e UPJ – Cotia



Instalação de Varas e UPJs Cíveis – Guarulhos



Instalação 2ª Vara Criminal e UPJ Cível – Araras



Instalação da Vara Regional das Garantias, 7ª Vara Cível e três UPJs – Piracicaba

Inaugurações



Destaques do TJSP na Imprensa



Instalações de unidades no Interior é destaque na imprensa

Novas unidades jurisdicionais nas comarcas de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto foram destaque em diversos veículos da imprensa. O presidente do TJSP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, afirmou: "Sempre que nós buscamos instalar novas unidades, o que visamos, em última análise, é uma prestação jurisdicional mais eficiente, célere e de qualidade. São duas unidades de suma importância".



Conjur repercute extinção de 4,6 milhões de execuções fiscais, resultado do projeto Execução Fiscal Eficiente

Lançado em maio/24, o projeto viabiliza a extinção de execuções fiscais com valor inferior a R\$ 10 mil, desde que estejam há um ano sem movimentação útil, sem citação ou sem bens penhoráveis. De janeiro de 2024 a janeiro de 2025, foram encerrados 4.681.757 processos de execução fiscal, sendo 2.239.101 digitais e 2.442.656 físicos.

Imprensa repercute projeto que utiliza WhatsApp para intimações

O início do projeto-piloto repercutiu em veículos da imprensa. Os testes foram iniciados na Vara Central da Violência Doméstica da Capital, nas Varas da Família do Foro Regional da Lapa, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Itaquera e nos Juizados Especiais Cíveis de São Miguel Paulista (SP) e de São Carlos.



Inauguração do novo Fórum de Boituva repercute na imprensa

A solenidade, realizada em 27/5, em ato conduzido pelo presidente do TJSP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, com a presença do governador Tarcísio de Freitas; do vice-presidente do Tribunal, desembargador Arthur Cesar Beretta da Silveira; e de representantes dos Três Poderes. As matérias destacaram que as novas unidades devem agilizar o andamento das ações e aprimorar a prestação jurisdicional na Comarca.

Núcleo de Inteligência do Tribunal de Justiça – NITJ

O Tribunal de Justiça de São Paulo implementou o Núcleo de Inteligência do Tribunal de Justiça (NITJ), em atendimento à Resolução CNJ nº 340/20, por meio da Portaria nº 10.501/24. O órgão de inteligência do Tribunal de Justiça é subordinado diretamente à Presidência e vinculado à Comissão de Segurança Pessoal e de Defesa das Prerrogativas dos Magistrados.

O NITJ tem a finalidade de desenvolver, no âmbito do Poder Judiciário Paulista, atividades de inteligência e segurança institucional, de modo a garantir ao Tribunal de Justiça e aos seus integrantes os níveis adequados de segurança para o pleno exercício de suas funções, bem como representar o TJSP no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e trocar dados de inteligência com outros Poderes da República.

Com a missão primordial de antecipação e prevenção a qualquer ameaça ao Poder Judiciário e aos seus integrantes, o Núcleo produz materiais diversos de interesse de magistrados, magistradas e outros participantes do sistema de Justiça, além de representar o TJSP.



NITJ
Núcleo de Inteligência
do Tribunal de Justiça



eproc

O Tribunal de Justiça de São Paulo aderiu ao sistema judicial eproc em julho de 2024, com foco em agilidade, eficiência, automatização e modernização de sua plataforma de trabalho. Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), o eproc é utilizado por diversos tribunais de forma colaborativa.



veja mais

Em 2025, após processo de planejamento detalhado, que envolveu todas as secretarias do TJSP, tiveram início a implantação do sistema e a capacitação dos usuários. Em seis meses, o eproc foi implementado em mais de 1,6 mil unidades judiciais do 1º e 2º Graus. **Tramitaram no sistema eproc 1.631.826 processos, até novembro/25.**

Competências Implementadas

JEC, Cível, Registros Públicos, Falências e Recuperações Judiciais, Empresarial, Conflitos relacionados à Arbitragem, Núcleo Especializado de Justiça 4.0 – Direito Marítimo e respectivas unidades de Segundo Grau

Anexos Juizados

Unidades

Colégio Recursal

Cejusc

Postos Cejuscs

TOTAL

36

1

263

52

1.600



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2025	-	-	5	439	79	168	48	342	501	18	-	-

Etapas



Apresentação do cronograma eproc



Implantação eproc 1º grau Cível



Com o compromisso de transparência, o TJSP estendeu todo o conhecimento adquirido aos demais órgãos que atuam no Sistema de Justiça paulista, por meio do Comitê Interinstitucional para Acompanhamento do eproc, integrado por 11 instituições, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Procuradoria Geral do Estado, as Polícias Civil e Militar, com o objetivo de garantir a participação de toda a comunidade jurídica na implementação do sistema.



Participação do TJSP na primeira etapa da capacitação do eproc na OAB



Reunião para apresentar o Manual do Fluxo Básico do 2º Grau no eproc a magistrados e servidores



Comitiva do TJPR participa de agenda sobre eproc no TJSP



Magistrados do TJSP e entidades da Advocacia dialogam sobre sistema eproc

Iniciativas envolvendo Inteligência Artificial (IA)



Ao longo de 2025, muitas iniciativas de inovação com o uso de IA foram experimentadas. Após análise criteriosa, com especial atenção aos riscos envolvendo segurança e custos, algumas soluções estão sendo implementadas de forma gradual.

11 Em produção

14 Em desenvolvimento



[veja mais](#)

A popularização de grandes modelos de linguagem (LLMs) ocorreu apenas no final de 2022 e ao longo de 2023, abrindo espaço para aplicações gerativas — isto é, capazes de produzir texto, resumos e rascunhos e de suportar buscas semânticas mais eficientes. A implantação de ferramentas de IA, entretanto, ainda apresenta desafios consideráveis. As primeiras ferramentas não dependiam apenas de capacitação, mas de verdadeira qualificação específica prévia do usuário.

Há, ainda, a questão do custo, que colocava (e ainda coloca, a depender do caso) em xeque a escalabilidade para o porte do Tribunal. Além dos custos transparentes, como aquisição de licenças e investimentos em infraestrutura, há, também, a criação de custos ocultos, como o aumento no consumo por uso (*tokens/chamadas*), janelas de contexto maiores, picos de demanda e aumento de suporte.

No início do biênio, havia, ainda, a incerteza regulatória sobre a eventual proibição do uso de IA gerativa no Poder Judiciário, resolvida apenas com a alteração da [Resolução CNJ nº 332/20](#) e, posteriormente, a edição da [Resolução CNJ nº 615/25](#). Diante desse quadro, adotou-se a postura de prudência: a experimentação controlada, sem a edição de regulações precipitadas ou institucionalização imediata de uma ferramenta, para aprender com as provas de conceito e os pilotos, antes de se decidir como escalar algo para todo o TJSP.

EM PRODUÇÃO

CHATBot Assistente
Classificação por conteúdo aplicado na automação de localizadores
Gaia Assistente
Gerador de ementas TJSP (IA)
JustitIA (IA)
LLM Chat Playground
Painéis Numopede/Radiar
ProtejAI (Anônimizador de uso geral)
Sugestão assuntos e preenchimento dos formulários da petição inicial
TJSP Neural Meeting - Versão 1 – Ata de Reuniões
TJSPCalc

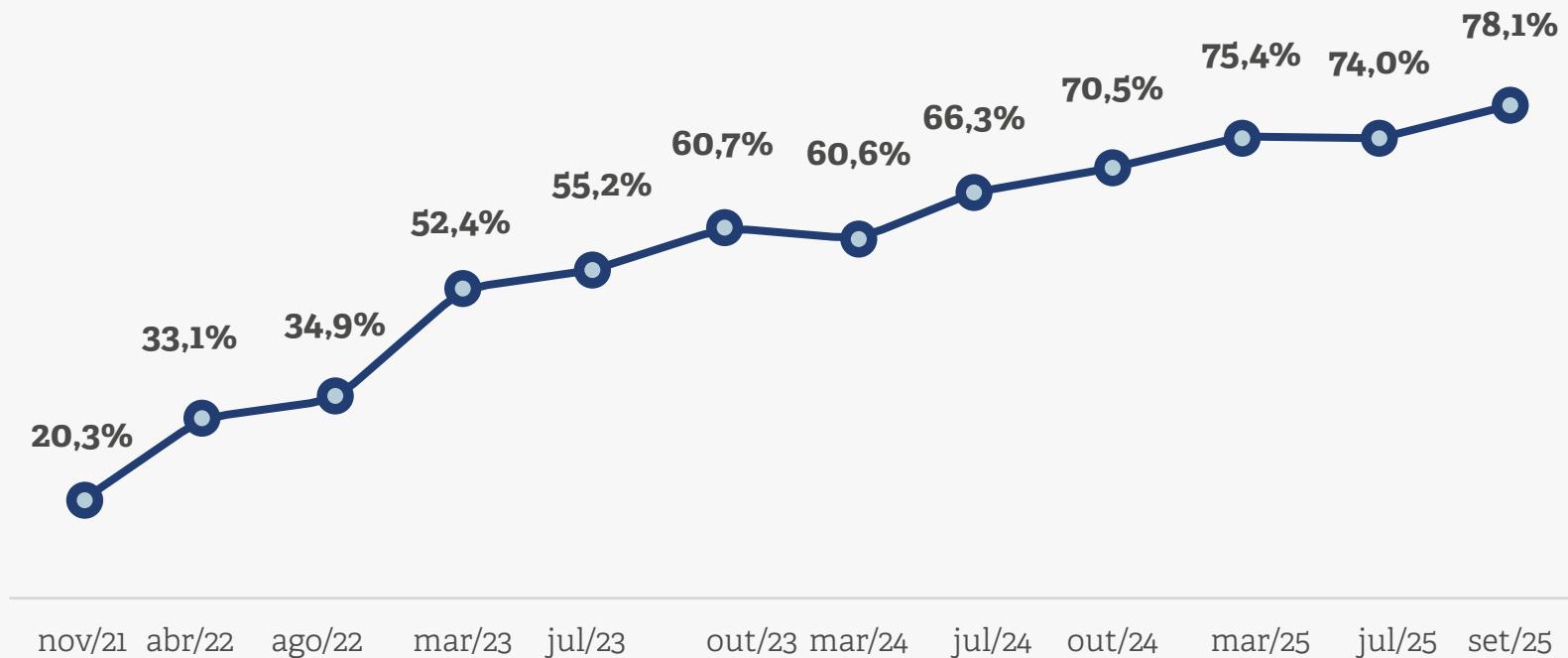
EM DESENVOLVIMENTO – DESTAQUES

Calculadora de tempestividade recursal
LLM Gerador de ementas
TJSP Neural Meeting - Versão 2 – Transcrição Audiências

Progresso do Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2021/2026, em seu 5º ano de execução, alcançou 78,1% de cumprimento em outubro/25, resultado do esforço conjunto das secretarias e das diretorias que conduziram os projetos, da Presidência e da Diretoria de Planejamento Estratégico (Deplan).



Metas Estratégicas com 100% de cumprimento

Meta	Descrição da Meta
2.2	Consolidar o teletrabalho nas unidades administrativas e judiciais, até 31/12/26, respeitadas as características próprias de suas funções, em percentual a ser estabelecido pela Alta Administração, com revisão periódica, levando em conta a produtividade atingida
3.3	Aprimorar os critérios de avaliação de desempenho, priorizando a eficácia, ética profissional e o comprometimento, desenvolvendo mecanismos de orientação e reciclagem, até 31/12/26
5.3	Prover infraestrutura para realização e gravação de teleaudiências para todas as unidades, até 31/12/26
8.1	Implantar sistema de governança na área de infraestrutura, contratos e abastecimento, até 31/12/21
8.3	Implementar análise de Gestão de Riscos nos fluxos das aquisições, até 31/12/21
10.1	Incluir, anualmente, ao menos 15 unidades da Capital no modelo UPJ - Unidade de Processamento Judicial
10.2	Incluir, anualmente, ao menos 15 unidades do interior no modelo UPJ – Unidade de Processamento Judicial
10.4	Extinguir 20% dos processos de Execuções Fiscais em andamento, por meio da gestão do acervo junto às Prefeituras e à Fazenda Estadual, até 31/12/26
14.1	Elevar em 21 pontos percentuais as audiências processuais realizadas, até 31/12/26
14.2	Elevar em 24 pontos percentuais as audiências pré-processuais realizadas, até 31/12/26
17.1	Eliminar 1.200.000 processos arquivados e catalogados conforme Tabela de Temporalidade, até 31/12/26
18.1	Disciplinar o funcionamento do Laboratório de Inovação e implantar rotina de trabalho, até 31/12/21
18.2	Implantar Centro de Inteligência, até 31/12/21

Metas Estratégicas em execução e acima de 50% de cumprimento (as metas em 100% não significam que estejam concluídas – os valores podem oscilar)

Meta	Descrição da Meta	%
1.1	Priorizar os projetos estratégicos na Proposta Orçamentária Setorial, observando-se, quanto à execução orçamentária, as diretrizes que tratam da política de governança das contratações públicas no Poder Judiciário	50%
2.1	Aumentar em 10 pontos percentuais a adequação das unidades judiciais, em relação aos critérios de lotação estabelecidos pela Resolução CNJ nº 219/16 e adotados na data de referência, até 31/12/26.	94,6%
3.1	Elevar em 5% o Clima Organizacional, até 31/12/26	57,1%
4.1	Capacitar, anualmente, 30% dos agentes públicos em competências específicas, observada, preferencialmente, a área de atuação, até 31/12/26	83,3%
5.1	Executar todas as ações mapeadas no período para melhoria dos serviços de suporte e atualização do parque tecnológico	75%
5.5	Implementar todas as diretrizes estratégicas, mapeadas anualmente pelo TJSP, referentes ao Sistema Judicial de 1º e 2º Graus	51,4%
5.6	Implementar todas as diretrizes estratégicas mapeadas anualmente pelo TJSP, referentes à Segurança de Informação	57,9%
5.8	Manter ambiente de alta disponibilidade para suporte aos sistemas, no que se refere ao armazenamento e comunicação	63%
6.1	Atingir nível de excelência em Governança de TI, até 31/12/26	62,6%
7.1	Manter e aprimorar as interfaces de integração dos sistemas administrativos com entidades públicas e privadas	79%
7.2	Manter e aprimorar as interfaces de integração dos sistemas judiciais de 1º e 2º Graus com as entidades públicas e privadas	100%
9.1	Otimizar o uso dos espaços físicos, buscando-se a redução de 20% das despesas com locação e manutenção de prédios, até 31/12/26	82%
9.2	Obter 100% dos prédios com certificados e auditorias de segurança, até 31/12/26.	58%
9.3	Adotar as medidas necessárias visando à garantia da acessibilidade aos prédios utilizados pelo Tribunal de Justiça, até 31/12/26	52%
10.2	Incluir, anualmente, ao menos 15 unidades do interior no modelo UPJ – Unidade de Processamento Judicial	59%
10.3	Digitalizar 100% dos processos judiciais em tramitação e sobrestados, até 31/12/26 – 1º Grau	93%
10.3	Digitalizar 100% dos processos judiciais em tramitação e sobrestados, até 31/12/26 – 2º Grau	99,9%
10.5	Manter o Índice de Atendimento à Demanda - IAD acima de 115%, até 31/12/26	100%
10.6	Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida - TCL em 10%, até 31/12/26	100%
11.1	Erradicar em 100% a evasão de custas, despesas processuais e emolumentos, até 31/12/26	91,3%
12.1	Aprimorar os sistemas de trabalho e fazer tramitar, virtualmente, 100% dos processos administrativos, até 31/12/26	99,8%
19.1	Elevar em 24 pontos percentuais as audiências pré-processuais realizadas, até 31/12/26	65,1%
20.1	Promover ao menos 4 ações anuais de acessibilidade e inclusão nos anos de 2021 a 2023 e ao menos 2 ações anuais nos anos de 2024 a 2026	83,3%
20.2	Suprir, até 31/12/26, a necessidade de tecnologia assistiva para 100% dos servidores que necessitam, para garantir o acesso digital ao trabalho.	80%
21.1	Posicionar o Tribunal de Justiça entre os 3 primeiros tribunais do segmento estadual, no Ranking de Transparência, até 31/12/26	91%

Unidades de Processamento Judicial – UPJs

O projeto está em conformidade com duas metas estratégicas do Tribunal de Justiça de São Paulo, previstas para o período de 2021 a 2026: as metas 10.1 e 10.2, que estabelecem a inclusão anual de, no mínimo, 15 unidades da Capital e do Interior, respectivamente, no modelo de UPJ, que consiste na unificação de 3 ou mais ofícios judiciais, adotando uma nova divisão de tarefas e uma melhor distribuição dos recursos humanos e do espaço físico, com reforço nas equipes dos gabinetes dos magistrados.



[veja mais](#)

A Meta 10.1, que previa a conversão de 90 unidades na Capital entre 2021 e 2026, foi superada, com a implementação de 163 varas (181% da meta). Da mesma forma, a Meta 10.2, que visava à conversão de 90 unidades no Interior, também foi cumprida antecipadamente, totalizando 388 varas convertidas em UPJs (431%). As metas foram atingidas em 2024, com dois anos de antecedência em relação ao término do ciclo de planejamento estratégico vigente.

O TJSP possui 158 UPJs, sendo 114 instaladas no biênio 2024/2025, equivalente a 71% do total, consolidando-se como a gestão que mais implantou UPJs na história do Tribunal.

Em 2024 e 2025, 97 unidades da Capital foram convertidas em 24 UPJs e 327 unidades do Interior, em 90 UPJs. Há UPJs instaladas nas competências Cível, Família e Sucessões, Cível + Família e Sucessões, Fazenda Pública, Empresarial, Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Criminal, Infância Infracional e Cumulativas.

Após a implantação da primeira UPJ da competência Criminal do estado, a UPJ I – 1^a a 4^a Varas Criminais da Comarca da Capital, na gestão anterior, foram instaladas mais 7 unidades na Capital e 18 no interior. A primeira UPJ de Acidentes do Trabalho foi implantada na Capital em 27/8/24; a primeira UPJ cumulativa, em 25/4/25, em Paulínia; a primeira UPJ Empresarial, em 13/5/25, na Capital; e a primeira UPJ de Violência Doméstica, em 31/10/25, em Bauru.

44

**Total de UPJs no TJSP
até dezembro/23**

114

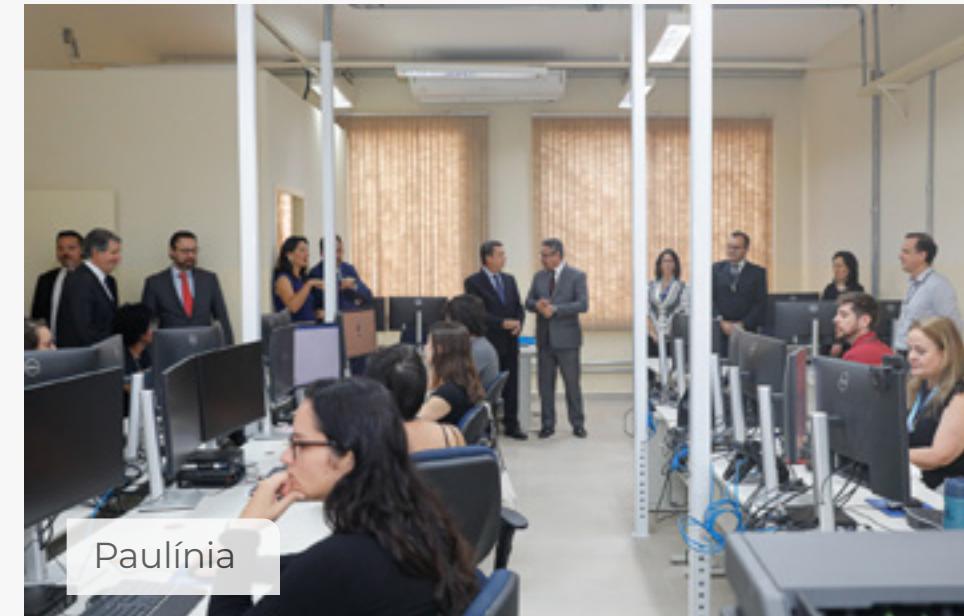
**UPJs instaladas
no biênio 2024/2025**

24

Instalações Capital

90

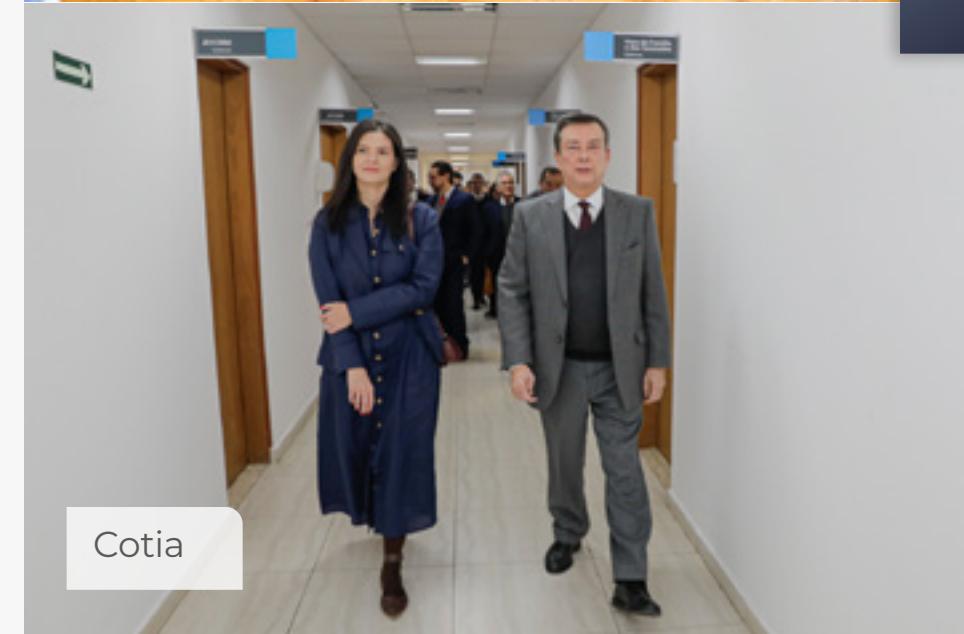
Instalações Interior



Paulínia



São José do Rio Preto



Cotia

UPJs em Segunda Instância

Em 2025, foi instalada a primeira UPJ de 2º Grau da história do TJSP

As UPJs unificam cartórios, proporcionam nova divisão de tarefas e melhor distribuição dos recursos humanos e físicos, transformando e modernizando a rotina de trabalho. A implantação das UPJs representa um marco na preparação para o sistema processual eletrônico eproc, que consolida a tramitação digital e integrada dos feitos. Sustentado pela automatização e pela padronização de fluxos, o modelo já se configura como um dos pilares estratégicos da modernização do 2º Grau.

O projeto traduz a consolidação de uma cultura institucional orientada à inovação, colaboração e eficiência, reafirmando o compromisso do Tribunal de Justiça de São Paulo com uma prestação jurisdicional moderna, célere e de excelência.



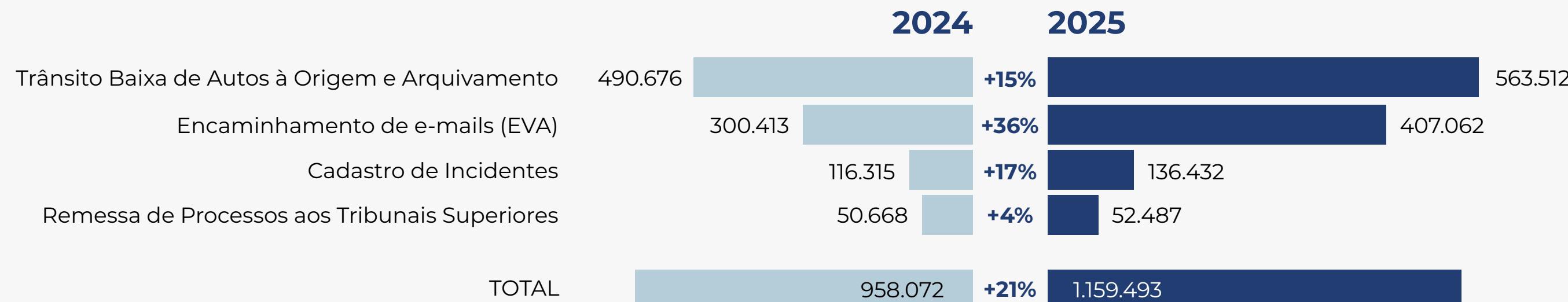
7 UPJs em 2º Grau criadas em 2025



UPJs em Segunda Instância

ATIVIDADES CARTORÁRIAS

Variação média no período (maio a outubro)



+21%

**aumento médio no
volume de atividades
cartorárias em 2025**

VOLUME DE ATIVIDADES CARTORÁRIAS

Variação média no período (maio a outubro)

958.072

**Antes da implantação
das UPJs em 2º Grau**

1.159.493

**Após a implantação
das UPJs em 2º Grau**

A implantação das Unidades de Processamento Judicial (UPJs) no 2º Grau consolida o modelo de gestão já validado no 1º Grau e reafirma o compromisso com uma Justiça mais ágil e eficiente em todas as instâncias. A estrutura, que unifica ofícios e redesenha fluxos de trabalho com base na especialização e na gestão integrada de equipes, apresenta resultados expressivos em seis meses de funcionamento integral. De maio a outubro/25, houve **aumento médio de 21%** no volume de atividades essenciais das unidades de processamento.

Desde a instalação das primeiras UPJs no 2º Grau, instituídas pelo [Provimento CSM nº 2.768/25](#), em janeiro/25, na Seção de Direito Privado 2, houve expansão para as diretorias de Direito Privado, Direito Público, Direito Criminal, Câmara e Órgão Especial, além da estratégica UPJ do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau, que consolidou a integração das equipes em um ambiente colaborativo e totalmente digitalizado.

Varas e Unidades Judiciais Instaladas – 2024/2025

CAPITAL



veja mais

11

Varas especializadas

42

Varas especializadas e cumulativas

4

Anexo Juizado Especial

13

Vara Regional das Garantias

2

Anexo de Violência Doméstica

Criação de varas e cargos decorrentes de projetos de lei aprovados no biênio 2024/2025

50

Varas de entrância final

30

Varas de entrância intermediária

100

Cargos de analistas de sistemas judiciários

150

Cargos de assistentes sociais

300

Cargos de psicólogos

65

Normativos



veja mais

★ meta 10.1 – Capital

COMARCA/FORO

INÍCIO DE FUNCIONAMENTO

QTD DE UNIDADES

FR Itaquera - 1 ^a a 6 ^a Varas Cíveis	15/2/24	6
FR Itaquera - 1 ^a a 3 ^a Varas da Família e Sucessões	15/2/24	3
FR Santo Amaro - 1 ^a a 4 ^a + 16 ^a Varas Cíveis	5/3/24	5
FR Santo Amaro - 5 ^a a 8 ^a + 15 ^a Varas Cíveis	5/3/24	5
Barra Funda V - 17 ^a a 20 ^a Varas Criminais	13/8/24	4
FR Santo Amaro - 1 ^a a 3 ^a Varas da Família e Sucessões	20/8/24	3
Barra Funda VI - 21 ^a a 24 ^a Varas Criminais	20/8/24	4
FR Santo Amaro - 4 ^a a 6 ^a Varas da Família e Sucessões	27/8/24	3
Foro Central - Acidentes - 1 ^a a 4 ^a Varas	27/8/24	4
Barra Funda VII - 25 ^a a 28 ^a Varas Criminais	12/11/24	4
Barra Funda VIII - 29 ^a a 32 ^a Varas Criminais	26/11/24	4
Barra Funda III - 9 ^a a 12 ^a Varas Criminais	28/2/25	4
Barra Funda IV - 13 ^a a 16 ^a Varas Criminais	11/3/25	4
FR Jabaquara - 1 ^a a 3 ^a Varas da Família e Sucessões	31/3/25	3
FR Vila Prudente - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	22/4/25	4
FR Ipiranga - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	22/4/25	3
FR Penha de França - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	12/5/25	4
Foro Central - Empresarial - 1 ^a a 3 ^a Varas	13/5/25	3
FR Butantã - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	9/6/25	3
FR Pinheiros - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	16/6/25	5
FR Tatuapé - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	23/6/25	5
FR Santana - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	14/7/25	5
FR Santana - 6 ^a a 9 ^a Varas Cíveis	21/7/25	4
FR Santana - 1 ^a a 5 ^a Varas da Família e Sucessões	28/7/25	5



UPJ Cível – Itapevi



UPJs Cíveis e Criminal – Bauru



meta 10.2 – Interior

COMARCA/FORO	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	QTD DE UNIDADES
Suzano - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	18/7/24	5
Hortolândia - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis e Vara da Família e Sucessões	6/9/24	4
Ribeirão Preto - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	15/10/24	4
Ribeirão Preto - 5 ^a a 8 ^a Varas Cíveis	22/10/24	4
Ribeirão Preto - 9 ^a a 12 ^a Varas Cíveis	4/11/24	4
Ribeirão Preto - 1 ^a a 4 ^a Varas da Família e Sucessões	4/11/24	4
Sorocaba - 1 ^a a 4 ^a Varas Criminais	5/11/24	4
Santos - 1 ^a a 5 ^a Varas Criminais	10/12/24	5
Itapevi - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis e Vara da Família e Sucessões	11/3/25	4
Araçatuba - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	25/3/25	3
São José dos Campos - 1 ^a a 5 ^a Varas Criminais	25/3/25	5
São José dos Campos - 5 ^a a 9 ^a Varas Cíveis	1/4/25	5
São José dos Campos - 1 ^a a 4 ^a Varas da Família e Sucessões	7/4/25	4
Bauru - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	8/4/25	4
Bauru - 5 ^a a 7 ^a Varas Cíveis	8/4/25	3
Bauru - 1 ^a a 4 ^a Varas Criminais	15/4/25	4
Paulínia - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	25/4/25	3
Taboão da Serra - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis e Vara da Família e Sucessões	29/4/25	4
Ribeirão Preto - 1 ^a a 5 ^a Varas Criminais	6/5/25	5
São José do Rio Preto - 1 ^a a 4 ^a Varas Criminais	6/5/25	4
Fernandópolis - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	13/5/25	3
Americana - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	19/5/25	4
Boituva - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	26/5/25	3
Barretos - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	26/5/25	4
Araras - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	2/6/25	3
Guarulhos - 9 ^a a 12 ^a Varas Cíveis	10/6/25	4
Presidente Prudente - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	10/6/25	3
Cotia - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis e Vara da Família e Sucessões	16/6/25	4
Guarulhos - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	23/6/25	4
Guarulhos - 5 ^a a 8 ^a Varas Cíveis	23/6/25	4



meta 10.2 – Interior

COMARCA/FORO	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	QTD DE UNIDADES
Mauá - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	30/6/25	5
Jundiaí - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	18/8/25	3
Santo André - 1 ^a a 4 ^a Varas Criminais	25/8/25	4
Jundiaí - 4 ^a a 6 ^a Varas Cíveis	25/8/25	3
Santo André - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	1/9/25	5
Guarujá - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	1/9/25	3
Jundiaí - 1 ^a a 3 ^a Varas da Família e Sucessões	2/9/25	3
Santo André - 6 ^a a 9 ^a Varas Cíveis	8/9/25	4
Jundiaí - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	8/9/25	3
Itanhaém - 1 ^a a 4 ^a Varas Judiciais	8/9/25	4
Santo André - 1 ^a a 4 ^a Varas da Família e Sucessões	15/9/25	4
Guarujá - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	15/9/25	3
Campinas - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	22/9/25	3
Taubaté - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	22/9/25	5
Campinas - 4 ^a a 6 ^a Varas Criminais	29/9/25	3
Itu - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	29/9/25	3
Pindamonhangaba - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	29/9/25	3
Piracicaba - 1 ^a a 7 ^a Varas Cíveis	6/10/25	7
Mogi Guaçu - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	6/10/25	3
Piracicaba - 1 ^a a 3 ^a Varas da Família e Sucessões	13/10/25	3
Taubaté - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	13/10/25	3
Bragança Paulista - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	13/10/25	4
Andradina - 1 ^a a 4 ^a Varas Judiciais	17/10/25	4
Piracicaba - 1 ^a a 4 ^a Varas Criminais	29/10/25	4
Itapetininga - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	29/10/25	4
Osasco - 5 ^a a 8 ^a Varas Cíveis	29/10/25	4
Bauru - 1 ^a e 2 ^a Varas da Violência Doméstica	3/11/25	2
Santos - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	3/11/25	4
Carapicuíba - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	4/11/25	5

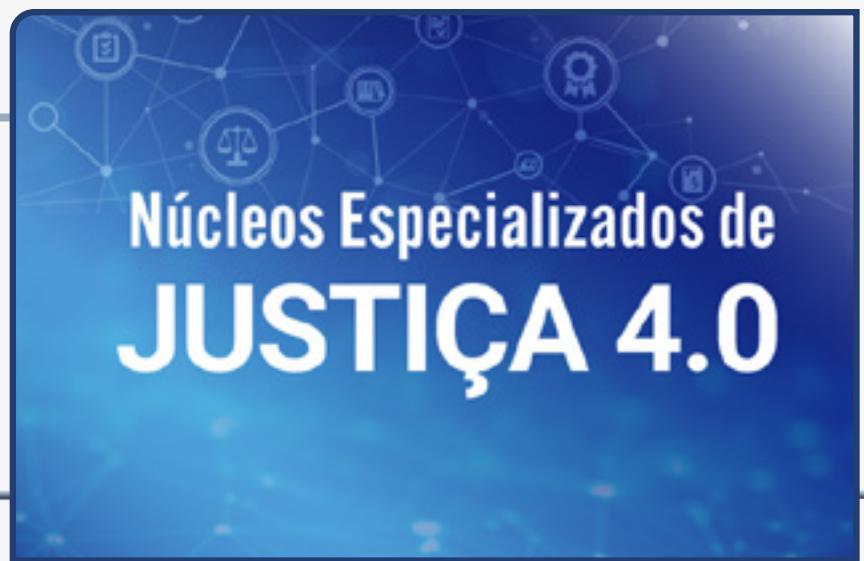


meta 10.2 – Interior

COMARCA/FORO	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	QTD DE UNIDADES
Campinas - 1 ^a a 3 ^a Varas da Violência Doméstica	7/11/25	3
Vila Mimoso - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	10/11/25	4
Osasco - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	10/11/25	4
Atibaia - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	10/11/25	4
Santos - 5 ^a a 8 ^a Varas Cíveis	10/11/25	4
Santos - 1 ^a a 3 ^a Varas da Família e Sucessões	17/11/25	3
Guarulhos - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	17/11/25	3
Limeira - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	17/11/25	5
Mogi Mirim - 1 ^a a 4 ^a Varas Judiciais	17/11/25	4
Santos - 1 ^a a 3 ^a Varas do Juizado Especial Cível	24/11/25	3
Osasco - 1 ^a a 3 ^a Varas da Família e Sucessões	24/11/25	3
Santa Bárbara d'Oeste - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	24/11/25	3
Guarulhos - 4 ^a a 6 ^a Varas Criminais	24/11/25	3
Dracena - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	24/11/25	3
Cubatão - 1 ^a a 4 ^a Varas Judiciais	24/11/25	4
Guaratinguetá - 1 ^a a 4 ^a Varas Judiciais	24/11/25	4
Mirassol - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	24/11/25	3
Santos - 1 ^a a 3 ^a Varas da Fazenda Pública	1º/12/25	3
Osasco - 1 ^a a 4 ^a Varas Criminais	1º/12/25	4
Marília - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	1º/12/25	3
Bebedouro - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	1º/12/25	3
Rio Claro - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	1º/12/25	4
Leme - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	9/12/25	3
Valinhos - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	9/12/25	3
Tupã - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	9/12/25	3
Catanduva - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	9/12/25	3
Santa Cruz do Rio Pardo - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	9/12/25	3
Caraguatatuba - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	15/12/25	3
Jaboticabal - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	15/12/25	3
Marília - 1 ^a a 5 ^a Varas Cíveis	15/12/25	5
Penápolis - 1 ^a a 4 ^a Varas Judiciais	15/12/25	4
Votuporanga - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	15/12/25	4

Implantações de UPJs em andamento

COMARCA/FORO	STATUS
Foro Central Fazenda Pública - 1 ^a a 3 ^a Varas	Apresentação de estudos e proposta
Foro Central Fazenda Pública - 4 ^a a 6 ^a Varas	Apresentação de estudos e proposta
Foro Central Fazenda Pública - 7 ^a a 9 ^a Varas	Apresentação de estudos e proposta
Foro Central Fazenda Pública - 10 ^a a 12 ^a Varas	Apresentação de estudos e proposta
Foro Central Fazenda Pública - 13 ^a a 16 ^a Varas	Apresentação de estudos e proposta
Mauá - 1 ^a a 3 ^a Varas de Família	Apresentação de estudos e proposta
Foro Central - Família - 1 ^a a 4 ^a Varas de Família	Definição de layout
Foro Central - Família - 5 ^a a 8 ^a Varas de Família	Definição de layout
Foro Central - Família - 9 ^a a 12 ^a Varas de Família	Definição de layout
Diadema - 1 ^a a 4 ^a Varas Cíveis	Definição de layout
Diadema - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	Definição de layout
Jales - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	Definição de layout
Limeira - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	Definição de layout
Pirassununga - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	Definição de layout
São Vicente - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	Definição de layout
São Vicente - 4 ^a a 6 ^a Varas Cíveis	Definição de layout
São Vicente - 1 ^a a 3 ^a Varas Criminais	Definição de layout
Barra Funda - 1 ^a a 3 ^a Varas de Crimes Contra Crianças e Adolescentes	Definição de cronograma
FR Itaquera - 1 ^a a 3 ^a Varas de Violência Doméstica	Definição de cronograma
Lençóis Paulista - 1 ^a a 3 ^a Varas Judiciais	Definição de cronograma
Santana de Parnaíba - 1 ^a a 3 ^a Varas Cíveis	Definição de cronograma



Núcleos de Justiça 4.0

No biênio de 2024/2025, o TJSP avançou na modernização de suas operações, com a implementação e expansão dos Núcleos de Justiça 4.0, que permitem agilidade e eficiência no processamento e julgamento de ações em larga escala, alinhando-se às diretrizes de transformação digital e aprimoramento da gestão judiciária:

- **Detran** – Instalado em 8/22, processa e julga demandas de trânsito/Detran no Juizado Especial da Fazenda Pública Municipal e Estadual. Inicialmente na Comarca da Capital, em 10/6/24 a competência territorial foi ampliada para englobar todas as comarcas da 1^a RAJ. Há plano de expansão para cobrir todo o estado até o final de 2025. ([Comunicado Conjunto nº 372/24](#)).
- **Execuções Fiscais Estaduais** – Criado em agosto/24, é responsável pelo processamento e julgamento das execuções fiscais estaduais do Interior e Litoral. Em 2025, houve ampliação da competência do Núcleo, para inclusão do processamento das execuções fiscais federais. Foi realizada a total migração de processos digitais.
- **Execuções Fiscais Municipais** – Implantado em novembro/24, inicialmente possuía competência para a tramitação dos processos da 2^a RAJ. Em agosto/25, houve a ampliação da competência, passando a receber novas execuções fiscais municipais das Comarcas das 5^a e 9^a RAJs ([Comunicado Conjunto nº 569/25](#)).
- **Acidentes do Trabalho** – Com início em novembro/24, responde pelo processamento de ações da competência acidentes de trabalho nas unidades do Interior e Litoral, exceto na Capital. ([Comunicado Conjunto nº 868/24](#))
- **Grandes Litigantes** – Iniciado em novembro/24, centraliza o julgamento de processos distribuídos em grandes quantidades por uma mesma pessoa física. A unidade-piloto abrange as Varas Cíveis do Foro Cível Central da Capital, com redistribuição dos processos dos 100 maiores litigantes. Em 2025, houve ampliação da competência e foram redistribuídos processos dos Foros Regionais e algumas comarcas do Inte-

rior ([Portaria Conjunta nº 10.618/25](#) e [Comunicado Conjunto nº 548/25](#)).

Nos termos do [Provimento CSM nº 2790/25](#), foram desativados os Serviços de Anexo Fiscal e os Setores de Execução Fiscal das Comarcas de Andradina, Birigui, Lins e Penápolis, da 2^a RAJ – Araçatuba e, nos termos do [Provimento CSM 2801/25](#) e do [Comunicado Conjunto 759/25](#), foi desativado o Setor das Execuções Fiscais da Comarca de Marília, da 5^a RAJ – Marília.

■ **Ações Coletivas** – Com início em novembro/24, é competente para processar e julgar ações coletivas de Direito Público envolvendo servidor público civil e militar, contra as Fazendas Públicas Estadual ou Municipais de São Paulo e de suas respectivas autarquias e fundações públicas.

■ **Pedido de Medicamentos - Sistema Único de Saúde – SUS** – Implantado em junho/25 para processar e julgar as ações cujo objeto seja pedido de medicamentos envolvendo o SUS abrangidos pelos Temas 6 e 1.234 do STF, da competência da Fazenda Pública Estadual e Municipal e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual e Municipal, inicialmente com jurisdição sobre as comarcas que compõem a 1^a RAJ - São Paulo

■ **Requisitórios** – Em fase de estudo para concentrar a expedição de Ofícios Requisitórios em Precatórios, com competência exclusiva para apoio às Varas da Fazenda Pública da Capital, visando à padronização e à redução de erros de expedição, com impacto positivo no trabalho da Upefaz e da Depre.

Núcleos de Justiça 4.0 em 2º Grau

Desde a implantação, em julho/24, foi distribuído para o Núcleo de Justiça 4.0 em 2º Grau o total de 117.126 processos entre redistribuídos e autuados, sendo **66.518 apenas em 2025**. Foram proferidos 101.540 votos pelas Turmas Julgadoras, de julho/24 a outubro/25. Para tanto, foram realizadas 2.183 sustentações orais e 136 sessões telepresenciais. Somando-se os resultados das Câmaras de Julgamento de Direito Privado aos das Turmas Julgadoras do Núcleo, o mês de outubro/25 alcançou a marca histórica de **83.364 recursos julgados em um único mês**.

■ **Novas Turmas (VI a X)** – Em setembro/25, teve início a segunda fase do projeto, autorizando, por meio do [Provimento CSM nº 2.795/25](#), a criação de cinco novas Turmas Julgadoras. As atividades foram iniciadas em 28 de outubro de 2025, regulamentadas pelas Portarias [nº 10.672/25](#) e [nº 10.673/25](#). O Núcleo de Justiça 4.0 em 2º Grau passou a contar com 10 Turmas Julgadoras, sendo 8 dedicadas a matérias de Direito Privado, abrangendo temas como saúde, consumo, contratos bancários e responsabilidade civil, e 2 voltadas ao Direito Criminal, com foco em agravos em execução penal, habeas corpus e mandados de segurança relacionados à execução penal.

10
**TURMAS
JULGADORAS**

40
**JUÍZES
SUBSTITUTOS
EM 2º GRAU**

8
Direito Privado

2
Direito Criminal

32
Direito Privado

8
Direito Criminal

117.126

Processos distribuídos

101.540

**Votos das Turmas
Julgadoras**

2.183

Sustentações orais

136

Sessões telepresenciais



meta 10.4

Execução Fiscal

Projeto para o cumprimento da Meta 10.4 que visa a extinguir 20% dos processos de Execução Fiscal em andamento, por meio da gestão de acervo junto às unidades, Prefeituras e Fazenda Estadual. Considerando-se exclusivamente os processos de Execução Fiscal em andamento, em agosto de 2023, havia um total de 11.568.995 feitos. Em novembro/25, restavam **6.557.179 processos** pendentes de baixa, o que representa uma **diminuição de 43,15%**.

Execução Fiscal Eficiente

Projeto criado para o sentenciamento de Execuções Fiscais que se enquadrem na Resolução 547/2024 do CNJ, que estabeleceu parâmetros para a extinção e ajuizamento de novos processos. Para isso, foi criado um grupo de trabalho denominado “Força Tarefa”. Como resultado dos trabalhos, até outubro/25, haviam sido extintos 8.019.941 processos da classe Execução Fiscal. A estimativa de processos que poderiam ser extintos conforme os parâmetros da resolução era de 5,3 milhões, conforme dados extraídos de painel criado pela equipe da STI. Atingiu-se, assim, a extinção de **58,52% acima do planejado**. Além disso, **do acervo extinto, 3.986.094 eram processos físicos (47%) e 4.415.554 digitais (53%)**, demonstrando que o projeto também contribuiu para a racionalização do custo da digitalização, reservada apenas aos processos efetivamente viáveis de tramitação.

8.401.648 Processos extintos até novembro/25

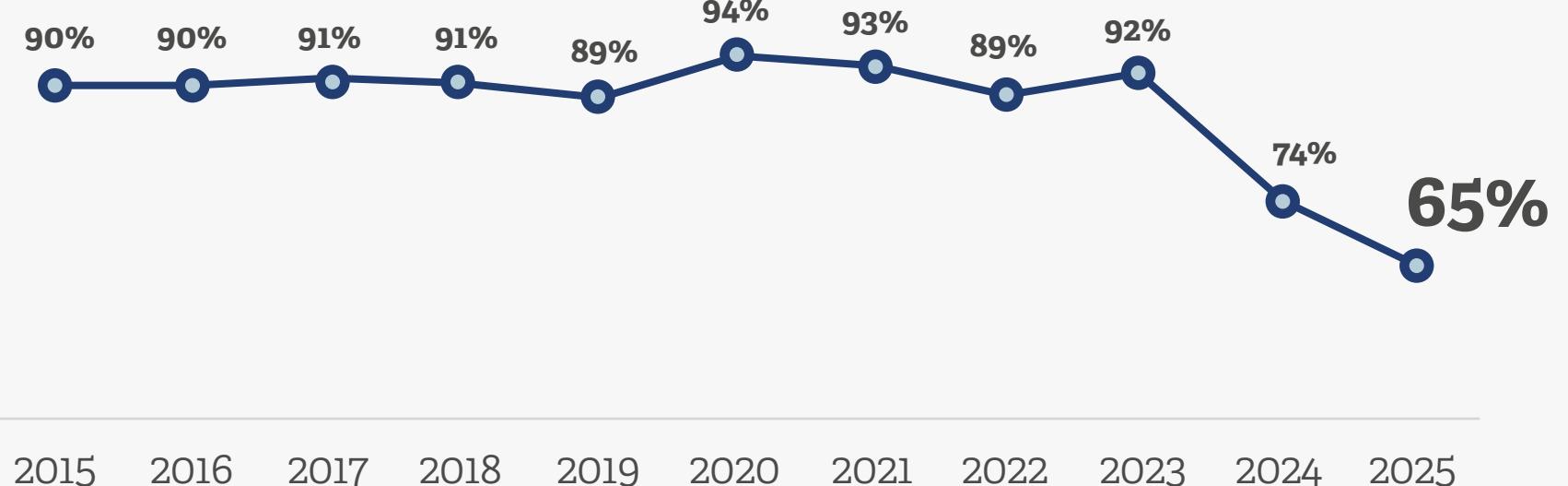
58,52% acima do planejado



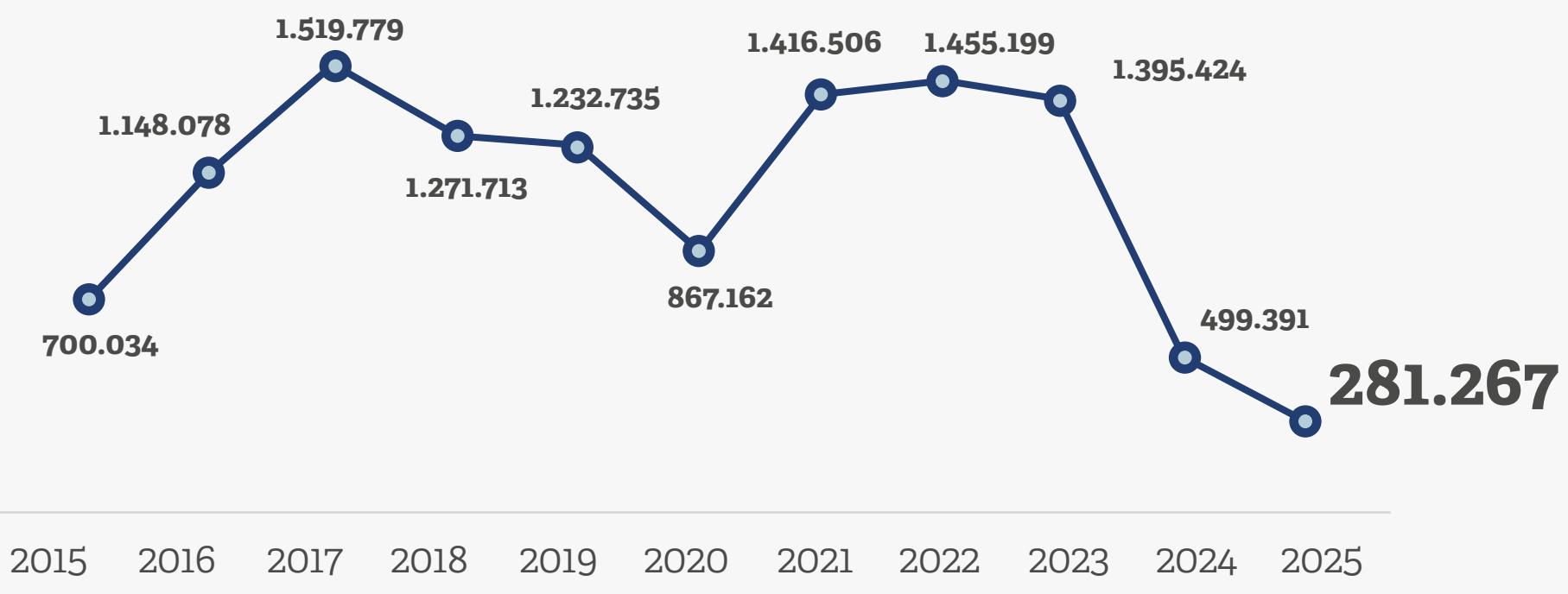


meta 10.4

Taxa de Congestionamento



Casos Novos de Execução Fiscal



Prêmio Eficiência Tributária, do CNJ, ao programa Execução Fiscal Eficiente do TJSP.

Força Tarefa

Grupo que atua diretamente nas unidades judiciais, realizando reuniões periódicas de orientação para separação dos processos conforme os termos da Resolução CNJ, instauração de expedientes administrativos digitais, encaminhamento de listas à equipe da STI para o lançamento de movimentações via banco de dados e auxílio em relação aos cumprimentos dos acordos estipulados entre as procuradorias municipais e o TJSP.



Tribunal estende premiação a todos que contribuíram com sucesso do projeto

Programa Audacs

Sistema de Aprimoramento da Gestão e Unificação de Dados Administrativos e Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo

O Projeto Audacs, em fase inicial, tem por escopo estruturar uma arquitetura unificada de dados, voltada à integração, padronização e qualificação das informações oriundas dos diversos sistemas utilizados no âmbito do Tribunal, em especial aqueles voltados à atividade judicial (a exemplo dos sistemas processuais atualmente em uso) e à gestão administrativa. Busca-se consolidar bases de dados confiáveis e normalizadas, capazes de sustentar a construção de indicadores estratégicos, operacionais e táticos, bem como de prover apoio efetivo à tomada de decisão, ao planejamento institucional e ao atendimento às demandas de órgãos de controle interno e externo.



Objetivos

- promover a unificação e harmonização dos cadastros e tabelas de referência, reduzindo assimetrias e inconsistências entre sistemas;
- instituir um modelo de medição composto por variáveis de dados e indicadores mestres, com regras claras de cálculo, exposição e governança;
- viabilizar a elaboração de painéis e relatórios gerenciais que refletem, de forma tempestiva e fidedigna, a realidade judicial e administrativa do Tribunal;
- apoiar o cumprimento de metas e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, bem como de programas estratégicos da Corte;
- reduzir retrabalho, fragilidade informacional e dependência de consultas manuais ou pontuais em bases fragmentadas.

Criação de B.I.s e apps / Inteligência Artificial

Com o objetivo de aprimorar a obtenção de dados e a gestão interna, proporcionando uma visão mais eficiente e permitindo a análise de cenários específicos, foram criados painéis e apps, bem como atualizados os já existentes. Houve a migração para a plataforma *Power BI Premium*, integrada à nuvem, o que garante maior acessibilidade, escalabilidade e segurança no processamento e na análise de dados. Outro avanço significativo foi a adoção do *Copilot*, solução de inteligência artificial integrada ao *Power BI*, que oferece suporte na criação de *insights* automatizados, simplificando a análise de informações e a tomada de decisões.



Categoria	Descrição
Novos Painéis	Publicidade dados Pena de Prestação Pecuniária ■ Fluxo de Custas ■ Estatísticas referentes aos CPAs e Portal de Chamados ■ Cadastro de Armas ■ Violência Doméstica (distribuição e medidas protetivas) ■ Núcleos 4.0
Painéis Atualizados	Estudos de implantação de UPJs ■ Estudos de criação e especialização de Varas (Provimento nº 82/11) ■ Gestão de valores pagos em precatórios pelo Banco do Brasil ■ Justiça pela Paz em Casa
Painéis em Desenvolvimento	Produtividade das UPJs já implantadas ■ Audiências de Custódias e Juiz das Garantias ■ Distribuição – Plantão
Apps	Gestão das tabelas de movimentação CNJ ■ Gestão das tabelas de Tipo de Petição e Documento Digital ■ Calculadoras judiciais: IPCA-E+Selic e Taxa de Preparo; ■ Custas Iniciais/Finais (Lei Estadual nº 17.785/23 e Lei nº 14.905/24) ■ Atualização do app de produtividade interna ■ Criação de app para gestão do perfil de servidores da SPI ■ Criação de app para contratos sob gestão da SPI
Inteligência Artificial	TJSP Calc: Comunicado Conjunto nº 204/25. Aplicação para elaboração do cálculo de preparo de apelação em processos da área cível referentes a condenações de natureza não-fazendária.

Serviço de Assistência Médica e Odontológica para Servidores e Magistrados

Na Capital, há 15 ambulatórios para atendimento médico ao público interno, além de ambulatórios de atendimento odontológico especializado. No Interior, houve inauguração de ambulatórios médicos, em dezembro/25, nos prédios da 2^a a 10^a RAJs, nos fóruns de Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba, com oferta de consulta na modalidade telemedicina na especialidade de psiquiatria

Reinauguração ambulatório da Consolação

O Ambulatório Médico do Prédio da Consolação retomou suas atividades médicas em setembro/24, com atendimento nas especialidades de Clínica Médica, Psiquiatria e Enfermagem.

Em julho/25, foi iniciada a prestação de serviços odontológicos, ampliando o atendimento oferecido aos servidores e magistrados. A inauguração oficial do Ambulatório, em agosto/25, marcou a conclusão do processo de reestruturação e modernização do espaço.

O Ambulatório Médico do Prédio da Consolação funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, oferecendo atendimento multiprofissional nas áreas médica, odontológica e de enfermagem.



Núcleo Estratégico de Demandas de Direitos Fundamentais – Neddif e Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos – UMF/TJSP



O Núcleo Estratégico de Demandas de Direitos Fundamentais (Neddif) e a Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMF/TJSP) se destacaram pelas publicações feitas no portal do TJSP acerca da temática de Direito Internacional dos Direitos Humanos, com a inclusão de julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em seu banco de dados, para monitoramento de processos em curso abrangidos pelos efeitos da Corte e da Comissão Interamericanas de Direitos Humanos.

A fim de que as decisões/sentenças deste Tribunal possam constar também do banco de jurisprudência do Neddif e UMF/TJSP, estudos junto à Secretaria de Tecnologia da Informação estão sendo elaborados para a criação de formulário, via plataforma Microsoft Teams, a ser preenchido pelos magistrados com os dados dos julgados em que seja utilizada a jurisprudência da Corte IDH.

Além da nova ferramenta, no site do Neddif e da UMF/TJSP foram incluídas novas decisões da Corte Interamericana, com destaque para o [Caso Honorato vs. Brasil](#), cuja sentença declara a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por execução extrajudicial e falhas na investigação. Nas redes sociais também foram feitas publicações do caso no feed e nos stories, nos perfis do Facebook e do Instagram do TJSP, com artes e textos elaborados pelo setor de Comunicação Social.



[veja mais](#)

Outros documentos, como a [Cartilha dos Direitos dos Povos Tradicionais de Matrizes Africanas](#), Coleção Conexões em Direitos Humanos "Políticas públicas – com enfoque em direitos humanos" e o Boletim Analítico do CNJ – Olhares Plurais estão disponíveis na página, para conhecimento amplo aos magistrados e servidores da Corte e demais interessados no tema.

Em consonância com a Recomendação [CNJ nº 123/22](#), a Unidade de Monitoramento está organizando a proposta pedagógica do curso "Controle de Convencionalidade e Equidade Racial: Diálogos entre as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Direito Brasileiro", pela Escola Paulista da Magistratura (EPM), com a intenção de fomentar discussões com os órgãos do Poder Judiciário sobre o uso da jurisprudência da Corte IDH, de tratados e convenções internacionais de direitos humanos, bem como tratar do controle da convencionalidade e da priorização do julgamento de processos ligados à jurisdição interamericana.

Inaugurações da Central de Intermediação em Libras

O Tribunal de Justiça de São Paulo oferece atendimento em Libras para pessoas com deficiência auditiva nos fóruns da Capital, por meio da Central de Intermediação em Libras (CIL) da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Prefeitura de São Paulo. O serviço está disponível nos fóruns João Mendes Júnior, Hely Lopes Meirelles, Complexo Judiciário Mário Guimarães e nos foros regionais de Santana, Itaquera, Santo Amaro e Lapa. O atendimento é acionado pela leitura de um QR Code na entrada dos prédios, com apoio de agentes de fiscalização. Após contato inicial, o usuário é encaminhado a uma sala equipada, para continuidade do atendimento ou realização de audiências. A iniciativa, pioneira no Judiciário, rompe barreiras históricas de comunicação, garante acesso pleno à Justiça e foi a vencedora da categoria Comunicação Inclusiva no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2025.



Comissões de Heteroidentificação

O Tribunal de Justiça de São Paulo instituiu Comissões de Heteroidentificação e Comissões Recursais de Heteroidentificação para atendimento às exigências do Exame Nacional da Magistratura (Enam), nos termos da Resolução CNJ nº 531/23. De caráter eliminatório, o Enam constitui requisito obrigatório para o ingresso na carreira da Magistratura em todo o território nacional, encontrando-se, atualmente, em sua 4ª edição.

No âmbito do TJSP, as comissões são responsáveis pela avaliação dos candidatos autodeclarados negros que realizam o Enam e possuem domicílio no Estado de São Paulo. As comissões também atuam nos concursos públicos de ingresso na Magistratura e nos concursos de Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas Resoluções CNJ nº 457/22 e nº 541/23, que regulamentam os procedimentos de verificação da condição de pessoa negra nos certames do Poder Judiciário.



Integrantes da comissão: juiz Ricardo Scaff, juíza Hallana Miranda, prof. José Vicente, juízas Juliana Silva Freitas e Lívia Antunes Caetano e juiz Wilson Henrique Santos Gomes





Nomeações e Posses de Servidores



No biênio 2024/2025, houve o ingresso de 4.208 novos servidores, sendo 3.781 escreventes técnicos judiciários:

Novos servidores

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2024	184	194	259	230	237	209	218	218	226	211	159	91	2.436
2025	190	265	227	256	194	123	106	181	230	-	-	-	1.772

TOTAL

4.208

4.208

Novos servidores

Cargos

	2024	2025	Total
Escrevente Técnico Judiciário	2.320	1.461	3.781
Psicólogo	24	114	138
Assistente social	38	103	141
Contador	6	12	18
Oficial de Justiça	35	77	112
Administrador	2	1	3
Enfermeiro	7	3	10
Médico	4	1	5
TOTAL	2.436	1.772	4.208

Juiz das Garantias

Instituto introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela [Lei nº 13.964/19](#) (Pacote Anticrime), com o objetivo de reforçar a imparcialidade no processo penal brasileiro. Ele atua exclusivamente na fase de investigação criminal, sendo distinto do juiz que julgará a ação penal. O juiz das garantias é o magistrado responsável por controlar a legalidade da investigação criminal e proteger os direitos fundamentais do investigado. Sua atuação vai do recebimento da notícia-crime até o oferecimento da denúncia ou queixa, momento em que outro juiz assume o caso para instrução e julgamento.

Com a publicação da [Resolução CNJ nº 562/24](#), que instituiu diretrizes de política judiciária para a estruturação, implantação e funcionamento do juiz das garantias no âmbito nacional, e com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal das [ADIs nº 6.298, nº 6.299, nº 6.300 e nº 6.305](#), foram iniciados estudos para implantação das Varas das Garantias no TJSP.

O TJSP editou a [Resolução nº 939/24](#) que dispõe sobre a estruturação, implantação e o funcionamento do Juiz das Garantias, mediante a criação de **13 unidades do Juiz das Garantias**. A primeira Vara Regional das Garantias foi instalada em 21/10/24 e teve início de funcionamento em 5/11/24, na 10ª RAJ – Sorocaba.

Atualmente, as Varas Regionais das Garantias possuem **31.525 expedientes em andamento**.



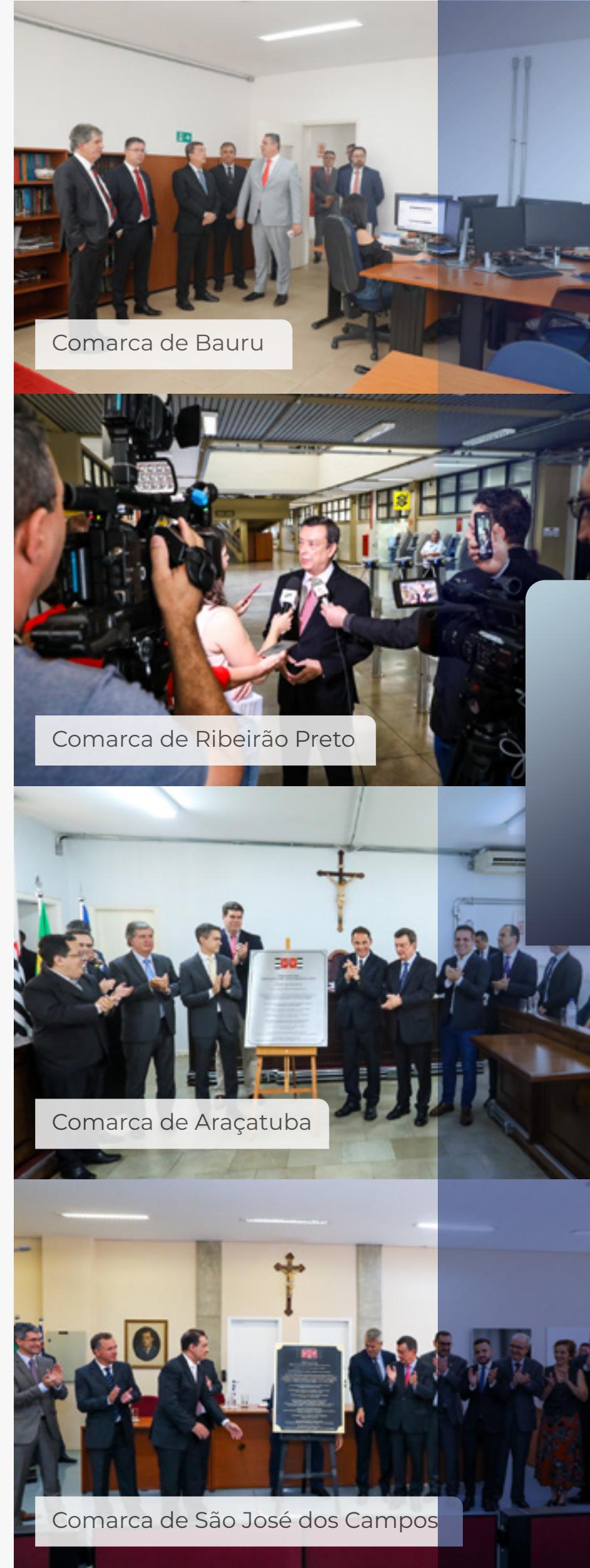
[veja mais](#)



META CUMPRIDA

13

**VARAS INSTALADAS NO
BIÊNIO 2024/2025**



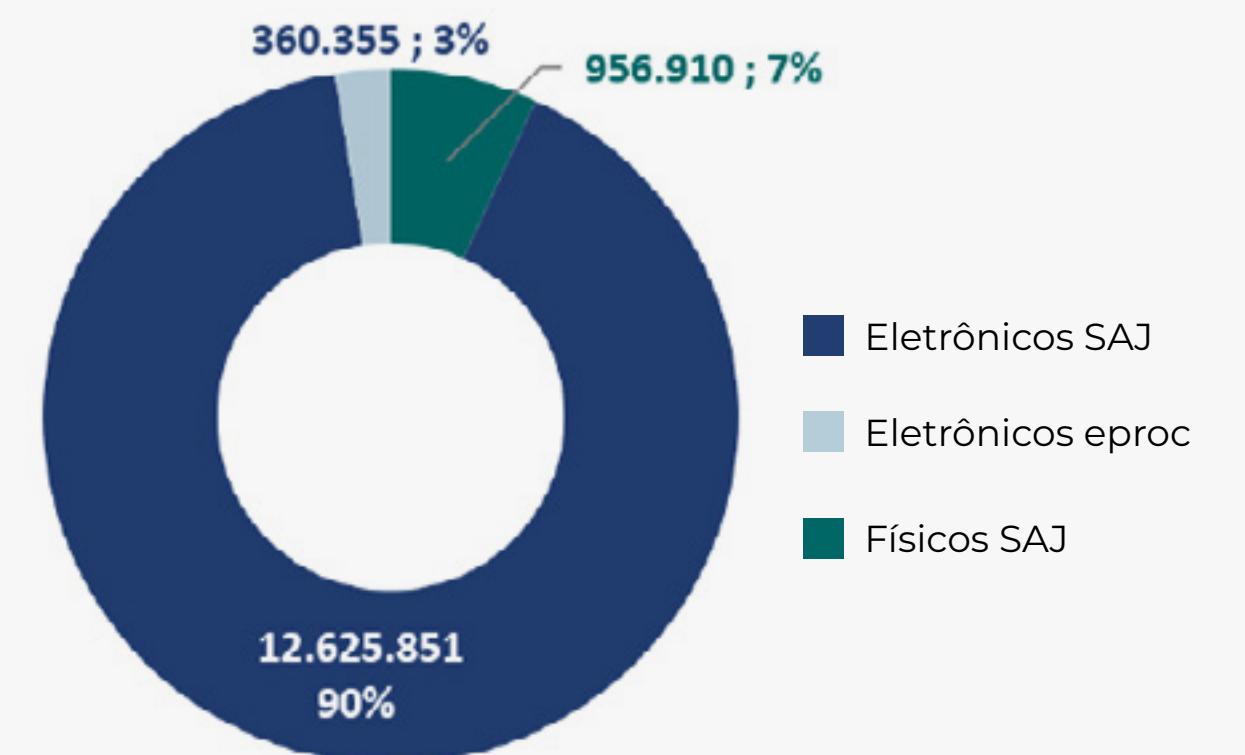
Digitalização de Processos Físicos 1º Grau

O Tribunal de Justiça de São Paulo tramita digitalmente 93% de seus processos em andamento no 1º Grau, avançando rumo à integralidade da tramitação eletrônica.

Dando seguimento ao projeto de digitalização integral do acervo, no exercício de 2024, foram digitalizados 739.503 processos e 1.264.393 em 2025. Considerando o biênio 2024-2025, o resultado acumulado corresponde ao atendimento da digitalização em 1.141 unidades judiciais de primeira instância, totalizando neste biênio 2.003.896 processos.

Nesta etapa final, considerando o avanço do projeto Execução Fiscal Eficiente, a instalação dos Núcleos Especializados de Justiça 4.0 e a gradativa migração de processos digitais, o projeto de digitalização, iniciado em 2021, está em finalização, com o atendimento das unidades judiciais que ainda possuíam acervo físico dos processos de execução fiscal.

2.003.896
Processos digitalizados
no biênio 2024/2025



Digitalização de Processos Físicos 2º Grau

Com a adesão do Tribunal de Justiça de São Paulo ao sistema eproc, a Secretaria Judiciária intensificou o **projeto de digitalização de processos físicos**, etapa essencial para a plena implementação do novo sistema no segundo grau de jurisdição. O trabalho foi conduzido em duas frentes distintas e complementares:

1ª frente de digitalização
[concluída]

39.720

Imagens processadas

2ª frente de digitalização
[empresa Iron]

126.870

Processos físicos encaminhados à empresa

126.370

Processos físicos convertidos

800.805

Processos digitais até outubro 2025

99,97%

Dos processos totais



Redução de Custos



- **Frota de veículos:** a redução da frota de 989, em 2024, para 963, em 2025, permitiu economia com custos de manutenção e recuperação de recursos com leilão de bens.
- **Leilões de bens inservíveis:** foram realizados leilões de bens inservíveis em 2025, arrecadando-se R\$ 1.410.941,33, até 31/10.

Leilões

R\$ 6.603.756,33

Arrecadação total no biênio 2024/2025

R\$ 5.192.815,00

2024

R\$ 1.410.941,33

out/2025



Redução de Custos – 2024/2025



Desde o início da gestão, foram devolvidos 155 imóveis, entre prédios, salas e terrenos. Essas ações resultaram em uma economia média mensal total de R\$ 3.761.833,62, sendo R\$ 767.212,56 referente à economia com despesa de aluguéis e R\$ 2.994.621,06 com manutenção predial, gerando economia anual de R\$ 45.142.002,72.

R\$ 45.142.002,72

Economia total

155 Imóveis devolvidos

R\$ 3.761.833,62

Economia média mensal

R\$ 2.994.621,06

Economia com manutenção predial

R\$ 767.212,56

Economia com despesa de aluguéis

Plano de Obras e Plano de Manutenção e Conservação Predial

Foi realizada a Revisão da Resolução 624/2013, que dispõe sobre a regulamentação da resolução nº 114/2010 do CNJ, no âmbito do TJSP, com a publicação da Resolução 940/2024, que adequou as normas internas à Lei nº 14.133/2021 e modificou o formato do Plano de Obras, passando a prever também o Plano de Manutenção e Conservação Predial. Tal divisão permitiu maior celeridade no trâmite e na contratação de serviços de engenharia de pequena monta, que não necessitam de projeto, criando critérios de priorização distintos e autônomos para as obras e serviços de engenharia que necessitam de projeto e aqueles de menor complexidade.

Para dar andamento a essa separação, foram formalizadas Atas de Registro de Preços de materiais de manutenção predial (de hidráulica, de elétrica, de lâmpadas e de alvenaria e pintura) nas RAJs e contratos de manutenção preventiva e corretiva e de braçais encarregados.

Demandas de Manutenção e Conservação Predial

19.130

Total de demandas

10.886

Demandas concluídas

8.244

Demandas em andamento

3.520

**Atendimento
Saab 2 exclusivas**

410

**Atendimento
Saab 1**

41

**Demandas
híbridas**

116

**Verba de
adiantamento**

538

Sem classificação

2.519

**Atendimento
Saab 2**

494

**Atendimento
RAJ / SAAB 4**

367

**Aguardando
vistoria**

239

Reprovadas

Pequenas Reformas por Ata de Registro de Preços

No período, foram concluídas 70 demandas de pequenas reformas por Ata de Registro de Preços (ARP) e outras 85 estão em andamento. Em razão destas contratações, a fim de se averiguarem eventuais condutas inadequadas das contratadas, estão em andamento 448 procedimentos apuratórios, distribuídos entre as 10 Regiões Administrativas Judiciárias.

204

Total de demandas concluídas

134

em 2024

70

até out/2025

Aparelhos de ar-condicionado

Visando a eficiência e racionalização dos recursos públicos, foi feito levantamento de eventuais aparelhos sem instalação em prédios ocupados pelo TJSP. Após a readequação e o redimensionamento das necessidades, foram adquiridos por ARP, até o momento, 1071 aparelhos de ar-condicionado (*split*), distribuídos e instalados em diversas unidades que possuíam deficiência na climatização, sendo formalizados 20 pedidos de contratos.

O Portal dos Administradores conta com página dedicada exclusivamente ao fluxo de contratação, contendo roteiro, modelos padronizados de Ordem de Início de Serviços (OIS), Requisição de Serviços e de Informação, bem como planilha de acompanhamento de saldos.

1.102

Aparelhos instalados

31

em 2024

1.071

até out/2025



TJSP em números

Estrutura TJSP

10 REGIÕES
ADMINISTRATIVAS

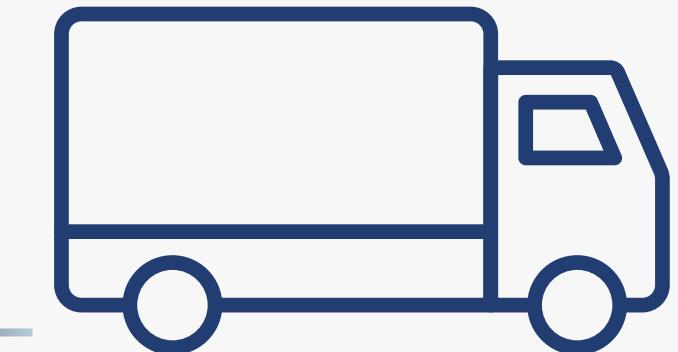


1.632 VARAS

321 CAPITAL
1.293 INTERIOR
18 VARAS REGIONAIS

57 CIRCUNSCRIÇÕES
JUDICIÁRIAS

320 COMARCAS

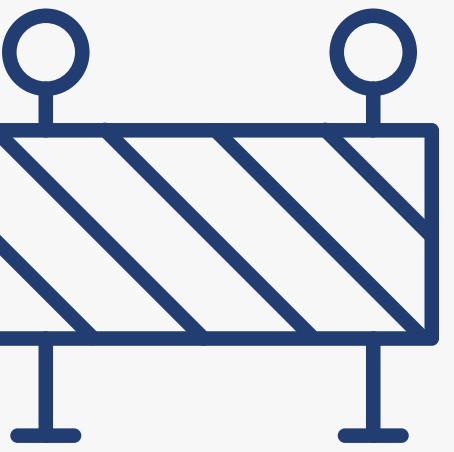


963

FROTA DE VEÍCULOS

40
**OBRAS
CONCLUÍDAS**

(2024/2025)



18
EM ANDAMENTO



705
IMÓVEIS

336 **534**

PRÓPRIOS* **EDIFICAÇÕES***

58 **155**
LOCADOS **SALAS E
ESPAÇOS**

311 **16**
CEDIDOS **TERRENOS**

* 2 edificações próprias cedidas a terceiros.

Servidores

até 30/10/25


14.530
CAPITAL
26.294
INTERIOR

40.824
EFETIVOS


22.575
MULHERES
18.249
HOMENS

27.040
1º GRAU
3.986
2º GRAU
9.798
ADMINISTRATIVO



Magistratura

2.698
MAGISTRADOS

2.340 **358**
JUÍZES DESEMBARGADORES


1.035
MULHERES
1.663
HOMENS

A MAGISTRATURA NA 1ª INSTÂNCIA

ENTRÂNCIA	CARGOS CRIADOS	MAGISTRADOS NA ATIVA	CARGOS VAGOS/ NÃO INSTALADOS
JD. Substituto em 2º Grau	210	133	77
Final – Titular Capital	348	318	30
Final – Titular II Capital	196	193	3
Final – Titular Interior	878	836	42
Final – Varas Regionais	40	19	21
Final – Turmas Recursais	64	62	2
Final – sem especialização*	50	0	50
Intermediária – sem especialização*	30	0	30
Intermediária – Titular Interior	166	141	25
Intermediária – Auxiliar da Capital	270	128	142
Intermediária – Auxiliar do Interior	378	158	220
Inicial	306	252	54
Juízes Substitutos	400	100	300
TOTAL	3.336	2.340	996

*LC nº 1.429/25

A MAGISTRATURA NA 2ª INSTÂNCIA

SEÇÃO	CARGOS CRIADOS	MAGISTRADOS NA ATIVA	VAGOS
Direito Criminal	80	80	-
Direito Público	90	90	-
Direito Privado	190	188	2
TOTAL	360	358	2



veja mais



Auditória interna

13

Relatórios de Auditorias

18

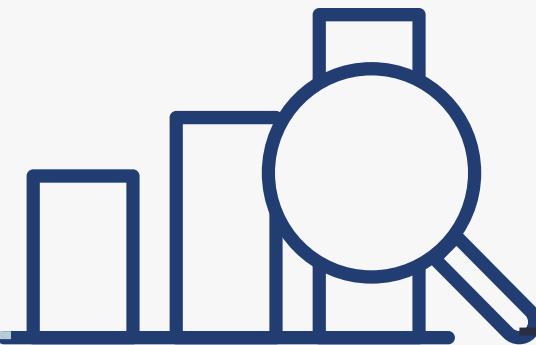
Auditorias em andamento

9

Acompanhamentos concluídos

10

Acompanhamentos de determinações extraídas em auditorias realizadas



Licitações

29

Em andamento



veja mais

201

Concluídas em 2025

747

Convênios vigentes

695

Convênios/Acordos de Cooperação

104

Atas de Registros de Preços

Orçamento

R\$ 17,6 bilhões

Lei Orçamentária nº 18.078/25

Processos

(Dados de jan/out2025)

1º Grau

4.373.096

Novos

7.153.945

Julgados

17.104.041

Em andamento

7.366.427

Sentenças

19.122.335

Decisões interlocutórias

12.046.891

Despachos

400.681.515

Movimentações lançadas
por servidores nos processos



2º Grau

801.051

Em andamento

1.164.052

Julgados

1.035.767

Acórdãos proferidos

109.593

Decisões monocráticas

960.786

Despachos

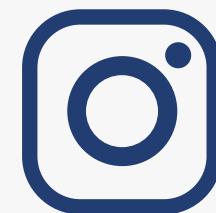
24.196.433

Movimentações lançadas
por servidores nos processos

Comunicação

até outubro/25

Redes Sociais



Instagram
245,6K

489 postagens
+23 mil seguidores



Facebook
323K

448 postagens



Twitter
48,6K

803 postagens



YouTube
46,3K

3.295.517 visualizações
+7,9 mil inscritos



Linkedin
91,3K

61 postagens
+10,9 mil seguidores

/tjspoficial



1.880
Sinalizações



334
Vídeos



316.079
Fotos



330
**E-mails
marketing**



Portais [site e intranet]

2.478

Notícias

1.463

Coberturas de pautas

3.016.379

Páginas no DJE [7/1 a 22/7]

10.224

Páginas no Dejesp [23/7 a 21/10]

62

Atendimentos/dia Imprensa

Projetos e resultados





Secretaria da Magistratura

A Secretaria da Magistratura (Sema) trabalha no controle e no suporte dos assuntos relativos à magistratura, desde o ingresso do magistrado até a sua aposentadoria, bem como da estrutura organizacional das comarcas de todo o estado. A Diretoria da Magistratura é responsável pelas questões disciplinares relativas aos magistrados, ao expediente forense, à criação e à instalação de varas, à composição das comissões regimentais e à preparação das sessões e das eleições para as vagas do Órgão Especial e para os cargos de Direção e Cúpula do TJSP, da EPM e do TRE. A Diretoria de Cadastro e Folha de Pagamento da Magistratura responde pelas questões relativas à manutenção e à guarda dos dados cadastrais e pela folha de pagamento dos magistrados ativos e inativos. A Diretoria de Assuntos Funcionais da Magistratura é responsável por concursos de ingresso, promoções e remoções, designações, afastamentos, teletrabalho, contagem de tempo, disponibilidade e controle dos benefícios dos magistrados. Veja [aqui](#) a estrutura completa da Secretaria.

Principais realizações desde o início da Gestão

Melhorias em Sistemas Informatizados

- Atualização Cadastral – conclusão do Módulo de Atualização Cadastral de Magistrados, disponível no Portal da Magistratura, ampliando o acesso para inclusão e alteração de informações relevantes à manutenção dos dados.
- Módulo de Concursos de Promoção e Remoção – desenvolvimento da funcionalidade de classificação automática no módulo de Promoção e Remoção, disponível no Portal da Magistratura, permitindo aos magistrados a visualização prévia dos inscritos que serão promovidos ou removidos nos concursos, durante os períodos de inscrição e desistência.

Provimento de Cargos e Novas Estruturas Judiciárias

- Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Provimentos e estruturação concretizados (Provimentos CSM nº [2.741/24](#), [2.742/24](#) e [2.743/24](#) e [2.795/25](#)):
 - Turmas I a VIII: com competência nas matérias de Direito Privado;
 - Turmas IX e X: com competência inicial nas matérias de Direito Criminal
- Varas Regionais das Garantias – de acordo com o cronograma do [Comunicado Conjunto nº 845/24](#), 13 Varas Regionais das Garantias foram instaladas no biênio.



■ Concurso de Promoção (2º Grau) Exclusivo para Mulheres – aplicação da Resolução CNJ nº 525/23, que dispõe sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas aos tribunais de 2º Grau. O TJSP foi o pioneiro na realização do concurso para promoção por merecimento ao cargo de desembargadora exclusivo para mulheres. Neste biênio, foram providos 12 cargos nessa nova modalidade.

■ Concurso de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura

- 190º Concurso de Ingresso – posse de **126 magistrados(as) em 2024**;
- 191º Concurso de Ingresso – concluído em menos de um ano. O edital de abertura foi publicado em agosto/24, com posse de **117 magistrados(as), em julho/25**;
- 192º Concurso de Ingresso – fase inicial. Prova objetiva seletiva realizada em 30/11/25.

■ Remanejamento de cargos

- 30 cargos de juiz substituto para a Comarca da Capital;
- 9 cargos de juiz titular II para a Comarca da Capital;
- 6 cargos de juiz auxiliar para as três comarcas elevadas para entrância final (2 cargos para cada comarca).

■ Remanejamento e especialização de varas

- 41 varas com competência remanejada;
- 6 varas especializadas.

■ Elevação de Comarcas à Entrância Intermediária – Bertioga e Mongaguá;

■ Elevação de Comarcas à Entrância Final – Birigui, Franco da Rocha e Santana de Parnaíba.

Assistência à Saúde Suplementar

- Implantação do Programa de Assistência à Saúde Suplementar a pensionistas de magistrados falecidos, a partir de maio/24;
- **335 beneficiários(as) foram contemplados(as) no programa (out/25).**

Varas e Unidades Judiciais Instaladas – 2024/2025

Capital

1ª Vara de Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes	Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (Fórum Criminal da Barra Funda)
2ª Vara de Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes	Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (Fórum Criminal da Barra Funda)
3ª Vara de Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes	Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (Fórum Criminal da Barra Funda)
Vara das Garantias	Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (Fórum Criminal da Barra Funda)
3ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem	Fórum João Mendes Júnior
5ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública	Fórum Hely Lopes Meirelles
16ª Vara Cível	Foro Regional II – Santo Amaro
2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Conta a Mulher	Foro Regional VII – Itaquera
3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Conta a Mulher	Foro Regional VII – Itaquera
Vara do Juizado Especial Cível	Foro Regional XII – Nossa Senhora do Ó
5ª Vara Cível	Foro Regional V – São Miguel Paulista



Interior

4ª Vara Judicial	Andradina
2ª Vara Criminal	Araras
4ª Vara Cível	Barretos
2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal	Barueri
1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Bauru
3ª Vara Judicial	Boituva
2ª e 3ª Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, 4ª Vara Cível e Vara Regional das Garantias	Campinas
5ª Vara Cível	Carapicuíba
Anexo do Juizado Especial Cível e Criminal	Cosmópolis
4ª Vara Cível e 2ª Vara Criminal	Cotia
Anexo do Juizado Especial Cível e Criminal	Cravinhos



Interior

11ª e 12ª Varas Cíveis e Vara Regional das Garantias	Guarulhos
Vara da Família e das Sucessões	Hortolândia
4ª Vara Judicial	Itanhaém
3ª Vara Cível e Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e 2ª Vara Criminal	Itapevi
2ª Vara do Juizado Especial Cível	Jundiaí
Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Matão
2ª Vara do Juizado Especial Cível, 9ª Vara Cível e Vara Regional das Garantias	Osasco
3ª Vara Judicial	Paulínia
7ª Vara Cível e Vara Regional das Garantias	Piracicaba
Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Praia Grande
6ª Vara Cível	Presidente Prudente
Anexo do Juizado Especial Cível e Criminal	Promissão
11ª e 12ª Varas Cíveis, 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e 4ª Vara da Família e das Sucessões	Ribeirão Preto
Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Santo André
Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Santos
2ª Vara do Juizado Especial Cível	São José do Rio Preto
9ª Vara Cível e 4ª Vara da Família e das Sucessões	São José dos Campos
10ª Vara Cível e 2ª Vara da Infância e da Juventude	Sorocaba
Vara da Família e das Sucessões	Sumaré
5ª Vara Cível	Suzano
Vara da Família e das Sucessões	Taboão da Serra
2ª Vara Criminal	Caraguatatuba
2ª Vara Criminal	Mogi Guaçu



veja mais

Estrutura Funcional da Magistratura Paulista

Magistrados Convocados

ENTRÂNCIA	Assessorias	STF	CONVOCADOS					Total
			STJ	TRE	CNJ	TSE		
Desembargador	-	-	-	-	-	-	-	-
JD Substituto em 2º Grau	-	-	-	-	-	-	-	-
Final	52	7	6	2	2	2	71	
Intermediária	-	2	1	-	1	-	4	
Inicial	-	-	1	-	-	-	1	
Juízes Substitutos	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	52	9	8	2	3	2	76	

Designações de Magistrados – 2024/2025

TIPO	QUANTIDADE
Para assumir, acumular e/ou auxiliar	24.066
Plantão	23.898
Suspeição	5.597
Diretorias de Fórum/RAJ	971
Central de Mandados - SADM	789
Deecrim	364
Auxílio Sentença	2.155
Acesso SAJ	1.796
Força Tarefa	795
2º Grau	787
Convocação	151
TOTAL	61.369

872
MAGISTRADOS INATIVOS

467
Juízes
405
Desembargadores

Em 2024, registraram-se 42 aposentadorias, 4 exonerações e 7 disponibilidades. Em 2025, até outubro, foram registradas 40 aposentadorias, 2 exonerações e 7 disponibilidades.

243

Juízes substitutos empossados no biênio 2024/2025

Movimentação na Carreira da Magistratura

- Concursos de promoção para desembargador
 - 29 concursos de promoção realizados;
 - 12 concursos exclusivos para mulheres (Resolução CNJ nº 525/23);
 - Preenchimento de 46 cargos.
- Concursos de remoção para juiz substituto em 2º Grau
 - 16 concursos de remoção para Juiz de Direito Substituto em 2º Grau;
 - Preenchimento de 80 cargos.
- Concursos de remoção para juiz das Turmas Recursais do Colégio Recursal
 - 8 concursos;
 - Preenchimento de 54 cargos.
- Concursos de promoção/remoção em 1º Grau
 - 30 concursos;
 - 771 movimentações, sendo:
 - 201 para entrância inicial;
 - 210 para entrância intermediária;
 - 360 para entrância final.

■ Ingresso de desembargadores(as) pelo Quinto Constitucional

- 3 Desembargadoras da Classe Advogada;
- 1 Desembargadora da Classe Ministério Público;
- 2 Desembargadores da Classe Advogado.

■ 190º Concurso de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura

- 126 juízes substitutos empossados em 19/7/24.

■ 191º Concurso de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura

- 117 Juízes Substitutos empossados em 21/7/25.



Posse Solene do 190º Concurso da Magistratura



Posse Solene do 191º Concurso da Magistratura



Secretaria Judiciária

Produtividade

Até outubro de 2025, o número total de processos julgados na Segunda Instância alcançou 1.164.052, 19,4% superior à média do quinquênio anterior — o que corresponde a 189.408 julgamentos a mais. Em comparação ao mesmo período de 2024 registrou-se aumento de 10,8%, equivalente a 113.572 processos adicionais, demonstrando a ampliação da produtividade e a redução do acervo processual.

19,4%

a mais de processos
julgados em 2025 em relação à
média do último quinquênio

aumento no período

22% Processos
julgados

4% Despachos

15% Acórdãos
proferidos

12% Movimentações
lançadas por
servidores

Produtividade 2025

Serviço escalonado, trabalho remoto e serviço presencial (7/1 a 31/10/25)

Acórdãos proferidos	1.035.767
Decisões monocráticas	109.593
Despachos	960.786
Movimentações lançadas por servidores nos processos	24.196.433

1.164.052

**total de
julgados
em 2025**

Processos julgados

Janeiro a outubro de 2025

1.164.052

Média de julgados no último quinquênio

974.644

Considerado, em cada ano, o mesmo período – jan a out



veja mais

Processos em andamento na 2ª instância (2019–2025)

31/10/19	914.006
31/10/20	903.353
31/10/21	797.793
31/10/22	756.770
31/10/23	736.488
31/10/24	741.698
31/10/25	801.051



veja mais

UPJs – 2º Grau

A implantação das Unidades de Processamento Judicial (UPJs) no 2º Grau consolida o modelo de gestão já validado no 1º Grau e reafirma o compromisso com uma Justiça mais ágil e eficiente em todas as instâncias. A estrutura, que unifica ofícios e redesenha fluxos de trabalho com base na especialização e na gestão integrada de equipes, apresenta resultados expressivos em seis meses de funcionamento integral. De maio a outubro/25, houve **aumento médio de 21%** no volume de atividades essenciais das unidades de processamento.

Desde a instalação das primeiras UPJs no 2º Grau, instituídas pelo [Provimento CSM nº 2.768/25](#), em janeiro/25, na Seção de Direito Privado 2, houve expansão para as diretorias de Direito Privado, Direito Público, Direito Criminal, Câmara e Órgão Especial, além da estratégica UPJ do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau, que consolidou a integração das equipes em um ambiente colaborativo e totalmente digitalizado.

VOLUME DE ATIVIDADES CARTORÁRIAS

Variação média no período (maio a outubro)

958.072

Antes da implantação das UPJs em 2º Grau

1.159.493

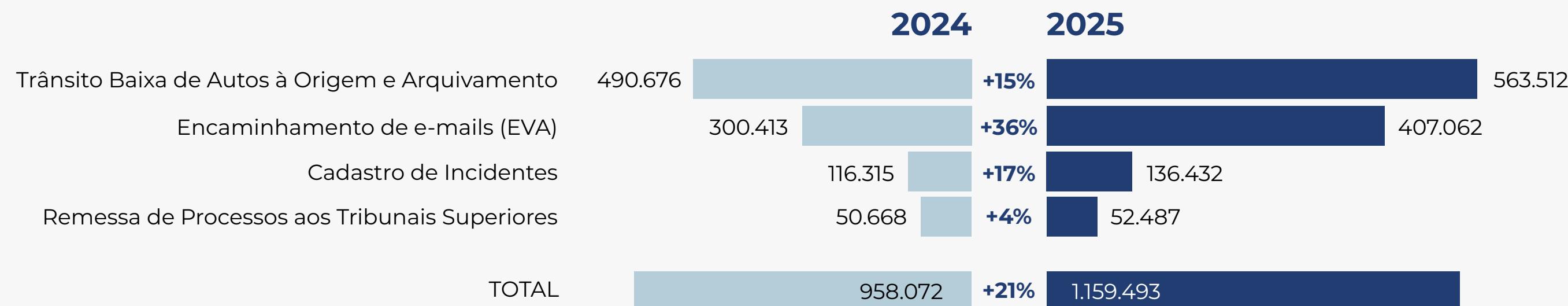
Após a implantação das UPJs em 2º Grau

+21%

aumento médio no volume de atividades cartorárias em 2025

ATIVIDADES CARTORÁRIAS

Variação média no período (maio a outubro)



A implantação das UPJs representa um marco na preparação para o sistema processual eletrônico eproc, que consolida a tramitação digital e integrada dos feitos. Sustentado pela automatização e pela padronização de fluxos, o modelo já se configura como um dos pilares estratégicos da modernização do 2º Grau.

O projeto traduz a consolidação de uma cultura institucional orientada à inovação, colaboração e eficiência, reafirmando o compromisso do Tribunal de Justiça de São Paulo com uma prestação jurisdicional moderna, célere e de excelência.

Núcleo de Justiça 4.0 em 2º Grau

Implantado em julho/24, o Núcleo de Justiça 4.0 em 2º Grau modernizou a tramitação processual com o uso de tecnologia, sessões virtuais e especializações por temas, tornando o julgamento mais ágil e acessível.

Somados os resultados das Câmaras de Julgamento de Direito Privado e das Turmas do Núcleo 4.0, o mês de outubro/25 registrou 83.364 recursos julgados, recorde para a 2ª Instância paulista.

Desde a sua criação, o Núcleo recebeu 117.126 processos distribuídos, sendo 66.518, em 2025, e produziu mais de 101 mil votos pelas Turmas Julgadoras. Foram realizadas 2.183 sustentações orais e 136 sessões telepresenciais.

Novas Turmas

Em setembro/25, teve início a segunda fase do projeto, autorizando, por meio do [Provimento CSM nº 2.795/25](#), a criação de cinco novas Turmas Julgadoras. As atividades foram iniciadas em 28 de outubro de 2025, regulamentadas pelas Portarias [nº 10.672/25](#) e [nº 10.673/25](#). O Núcleo de Justiça 4.0 em 2º Grau passou a contar com 10 Turmas Julgadoras, sendo 8 dedicadas a matérias de Direito Privado, abrangendo temas como saúde, consumo, contratos bancários e responsabilidade civil, e 2 voltadas ao Direito Criminal, com foco em agravos em execução penal, *habeas corpus* e mandados de segurança relacionados à execução penal.

2024/2025

117.126

Processos distribuídos

101.540

Votos das Turmas Julgadoras

2.183

Sustentações orais

136

Sessões telepresenciais

10
TURMAS JULGADORAS

40
JUÍZES SUBSTITUTOS EM 2º GRAU

8
Direito Privado

2
Direito Criminal

32
Direito Privado

8
Direito Criminal

Projetos

EVA – E-mails Via Automatização

A ferramenta "EVA – E-mails Via Automatização" foi desenvolvida na plataforma Microsoft Apps para realizar o envio automatizado de mensagens eletrônicas em lote, facilitando o compartilhamento entre usuários e a utilização integrada pelo Microsoft Teams. Os e-mails são gerados automaticamente pela aplicação, que extrai informações do Sistema de Automação do Judiciário (SAJSG) e encaminha os e-mails aos destinatários. Desde a implantação, já foram realizados 1.103.925 envios pela ferramenta, até outubro/25, incluindo o período de testes entre out/23 e jan/24. Em outubro/25, a média foi de 3.355 e-mails por dia, produtividade equivalente a 34 servidores dedicados exclusivamente a essa tarefa.

Pedidos de Sustentação Oral e Preferências via Forms

Desde fevereiro/24, quando foi implementada a automação para facilitar os pedidos de Sustentação Oral e Preferência Simples nas sessões de julgamento de 2º Grau, presenciais ou telepresenciais, foram realizados 78.986 pedidos pela ferramenta até outubro/25.

Os advogados realizam as solicitações diretamente em ícone na página inicial do site do TJSP, por meio de formulário eletrônico, que direciona automaticamente os pedidos à unidade competente ([Comunicado CSM nº 38/24](#)). A ferramenta trouxe maior agilidade e segurança aos pedidos, eliminando inconsistências comuns nos envios de pedidos por e-mail e garantindo a padronização no agendamento.

Pedidos via Formulário Eletrônico

[jan a out/25]

41.563

[fev/24 a out/25]

78.986



Digitalização de Processos em 2º Grau

Com a adesão do Tribunal de Justiça de São Paulo ao sistema **eproc**, a Secretaria Judiciária intensificou o **projeto de digitalização de processos físicos**, etapa essencial para a plena implementação do novo sistema no segundo grau de jurisdição. O trabalho foi conduzido em duas frentes distintas e complementares:

Números do Projeto

1ª frente de digitalização
[concluída]

39.720
Imagens processadas

2ª frente de digitalização
[empresa Iron]

126.870
Processos físicos encaminhados à empresa

126.370
Processos físicos convertidos

800.805
Processos digitais até out/25

99,97%
Dos processos totais

Certidões de Objeto e Pé em 2ª Instância via Forms

Diante dos benefícios observados na implementação dos formulários para padronização de solicitações em 2º Grau, foi desenvolvido o formulário eletrônico para solicitação de pedido de certidão de objeto e pé de processos em segunda instância, disponível no site do TJSP, no menu "Certidões" e "Segunda Instância".

O resultado alcançado evidencia o avanço expressivo na virtualização integral dos processos em segundo grau, consolidando um marco de modernização administrativa e tecnológica no Tribunal de Justiça de São Paulo. A implantação do processo eletrônico proporciona maior celeridade, segurança e economia de recursos, em conformidade com o plano de transformação digital da instituição.

Automatização

As ferramentas automatizadas em operação desempenham atividades que demandariam o trabalho de aproximadamente 92 escreventes, considerando as tarefas substituídas em todas as unidades de processamento da Secretaria Judiciária.

[2024/2025]

23

**Rotinas automatizadas
com uso de robôs**

92

**Média diária de escreventes
necessários para executar as
mesmas atividades**

Certidões em Segunda Instância

A ferramenta reúne fluxos automatizados, que realizam desde a identificação e consulta dos processos até a geração, análise e expedição das certidões “Nada Consta” e “Consta”, garantindo maior precisão e celeridade no atendimento das solicitações. Sua utilização tem contribuído de forma expressiva para reduzir o volume de tarefas repetitivas e otimizar a rotina de trabalho dos servidores e equipes envolvidos no processamento das certidões.

Unidades de Processamento

Foram criadas ferramentas capazes de otimizar fluxos de trabalho, reduzir tarefas repetitivas e ampliar a eficiência das unidades. O êxito das primeiras iniciativas, implantadas em 2024, possibilitou a evolução de 5 para 23 automatizações em funcionamento nas unidades de Direito Privado, Direito Público, Direito Criminal, Câmara e Órgão Especiais.

Esse movimento colaborativo representa mais do que um avanço tecnológico: demonstra o comprometimento da Secretaria Judiciária com a inovação, a integração e a melhoria contínua dos serviços, consolidando uma cultura institucional voltada à modernização e ao uso inteligente de recursos para apoio às equipes e à gestão processual.



- **Preparar Envio ao STJ** – fluxos que interagem com o sistema GPE para criar a capa do processo e indexar as peças, a fim de deixar o processo em vias de ser encaminhado ao STJ.
- **Enviar ao STJ** – fluxos que finalizam o envio ao STJ. Após preparados os processos para o envio, estes fluxos finalizam o envio dos processos que cumprem todos os requisitos de envio.
- **Baixar Decisões do STJ** – fluxos que realizam a baixa de peças geradas pelo STJ, incluem o arquivo PDF no sistema SAJSG e sinalizam através das observações do sistema que os escreventes verifiquem as decisões devolvidas e deem o prosseguimento correto ao processo.
- **Enviar para a Vara de Origem** – faz a baixa de processos individualmente para evitar travamentos e erros comuns quando a baixa é realizada em lote. Os processos são obtidos diretamente na fila do SAJ, através da observação do processo na fila escolhida para a execução.
- **Enviar para o Arquivo** – realiza o arquivamento de originários em lotes de 50 processos e comunica a vara de origem através da EVA. Os processos são obtidos diretamente na fila do SAJ através da observação do processo na fila escolhida para a execução.
- **Registrar Prazos** – registra o prazo do despacho, de acordo com a data de envio da publicação e com o prazo estabelecido. Os dados para alimentar o fluxo são fornecidos através de planilha.
- **Cadastrar Movimentações de Tema + Trocar Fila no SAJ** – cadastra o tema na movimentação dos autos, remove o processo da fila de registro de prazo e movimenta o processo da fila “Recebidos” ou “Expedientes Cumpridos” para “Sobrestados”.
- **Expedir Termos no Portal (Entes Públicos)** – realiza a expedição de termos em processos relacionados em planilha, onde são indicados o tipo de intimação e o prazo que deverá ser observado (defensoria, PGE, INSS, PRFN, PRU etc.).
- **Enviar Comunicação em Originário + Certificar** – faz o envio de comunicação de decisões para a Vara de Origem através da EVA e certifica o envio. Os processos são informados através de planilha no Excel.

- **Juntar Informações Recebidas da VO** – junta nos autos informações recebidas da vara de origem por e-mail. Os arquivos são salvos com indicação do número do processo, para que o fluxo faça a juntada posteriormente.
- **Movimentar Processos entre Filas** – fluxo feito para movimentar processos entre uma fila e outra. Atualmente utilizado para movimentar os processos entre a fila de “Recebidos no Cartório” para a fila “Expedientes Cumpridos”.
- **Certificar Publicação de Acórdão** – fluxo que certifica a publicação de Acórdãos em lotes de 30 processos por vez. Inclui observação para intimação do MP. Processos são coletados por órgão julgador conforme informado em planilha do Excel.
- **Dar Ciência à PGJ – Acórdãos** – fluxo que faz intimação do MP baseado nas observações inseridas pelo fluxo anterior e nas tarjas do sistema. Processos são coletados por órgão julgador conforme informado em planilha do Excel da mesma forma que o outro fluxo.
- **Unificar Incidente + Registrar Prazo** – unifica o incidente ao principal a partir de lista informada em planilha, movimenta os processos para a fila onde será registrado o prazo e depois registra o prazo no processo principal de acordo com as instruções de prazo cadastradas na planilha.
- **Cadastrar e Publicar Atas/Pautas (Portal Transparência)** – informa câmara, dia, tipo de publicação (pauta ou ata), inclui o PDF e salva o cadastro. Trabalha com link do portal da transparência e obtém os arquivos PDF de pasta compartilhada entre as Coordenadorias.
- **Alterar NUP** – altera os números antigos de processos (terminados em 0000) para o número correspondente em 1º Grau. O robô trabalha com base em uma planilha preenchida manualmente para correta correspondência do número. Executa apenas a alteração do NUP de forma rápida, sem interação humana.
- **Cadastrar Subprocesso** – realiza o cadastro de subprocessos com base em uma tabela montada diariamente, informando o nome da parte ativa (que efetivamente fez o protocolo), alimentando a tabela, a fim de agilizar a triagem do cadastro.
- **Triar Localização de Processos c/ Petições Intermediárias** – Pesquisa a localização do processo que possui petição intermediária pendente de cadastro, para alimentar as listas do robô de cadastro de subprocessos somente com processos em que será possível autuar



o incidente, sem prejudicar o andamento em outra equipe. Permite, também, acompanhar incidentes protocolados em outras filas, como Recebidos no Cartório, Ag. Julgamento dos Sobrestados, Ag. Processamento do Subprocesso, assim como processos em gabinete.

- **Lançar Pendência (Sobrestados)** – Com base em uma lista do Excel, lança duas pendências nos processos da fila Ag. Julgamento dos Sobrestados, informando 1) o Tema que o afeta ou a situação de suspenso aguardando desfecho de outro processo (mov. Unit. 272); 2) Alerta o cartório para a necessidade de lançar o código de levantamento (55555) quando da baixa do recurso, conforme orientações do NUGEPNAC.
- **Alterar Relatoria** – O fluxo altera a relatoria de processos individualmente, para evitar travamentos. Os processos são relacionados em planilha do Excel com todos os dados necessários (relator de origem e destino, motivo e complemento CNJ).
- **Assina Documentos no SAJ** – O fluxo coleta no gerenciador de arquivos os arquivos gerados por outros fluxos que estão pendentes de assinatura e liberação nos autos. O fluxo realiza a assinatura de 30 em 30 e lida com os travamentos do SAJ.
- **Assistente ATENA (Cartório)** – O fluxo executa tarefas relacionadas à autuação de incidentes, expedição de documentos de trânsito e decurso de prazo e remessas. As atividades são baseadas em listagens com comando de atividade específica, de forma individualizada ou em lote.
- **Assistente ATENA (Sem Distribuição)** – O fluxo executa tarefas relacionadas à expedição de documentos de trânsito e ao decurso de prazo, remessas e liberação de publicação e registro de prazo, especificamente na Lotação de Processos Sem Distribuição da Seção de Direito Privado 2.

Secretaria de Orçamento e Finanças

A Secretaria de Orçamento e Finanças apoia as atividades de planejamento institucional, gestão e execução dos serviços nas áreas de planejamento, orçamento, execução e controle orçamentário. Também realiza o exame e a conciliação contábil dos sistemas financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação, contribuindo para a integridade e a transparência da gestão pública. Entre as atividades da Secretaria, destaca-se a gestão dos recursos próprios, advindos da arrecadação de receitas, convênios e outros vinculados ao Fundo Especial de Despesa (FED), além da elaboração de relatórios de gestão fiscal, conformidade e outros instrumentos de controle, incluindo a prestação de contas de adiantamentos. Veja [aqui](#) a estrutura completa da Secretaria.

Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária Anual n.º 18.078/25 fixou o orçamento inicial de R\$ 17,6 bilhões para o Tribunal de Justiça de São Paulo. No entanto, o orçamento público é dinâmico e acompanha as variações do cenário econômico. Por essa razão, já se projeta uma ampliação de R\$ 3 bilhões, por meio da abertura de créditos adicionais, utilizando recursos do excesso de arrecadação e dos superávits financeiros acumulados em anos anteriores.

Fontes de Receitas do Fundo Especial de Despesa – FED

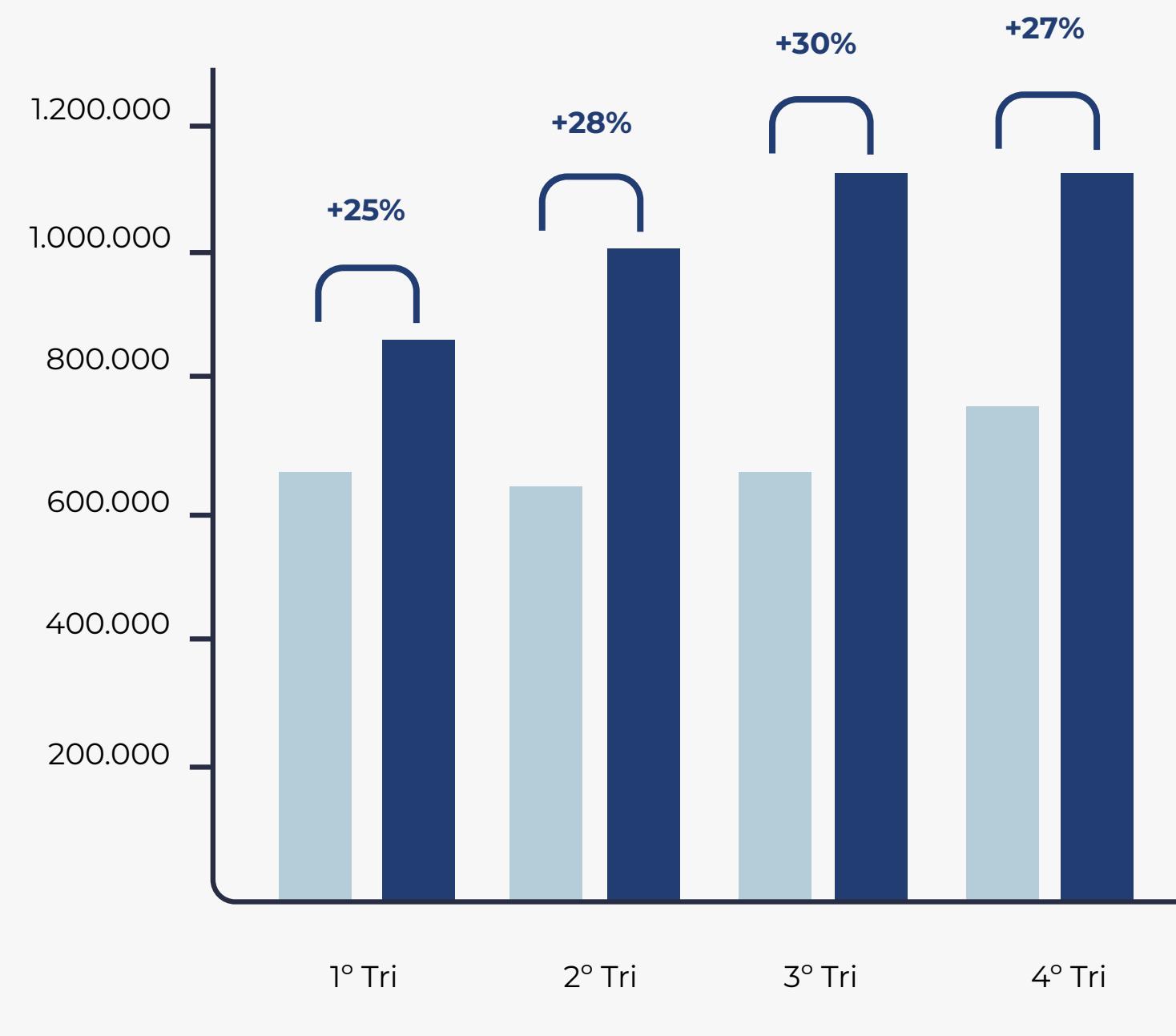
A arrecadação do Fundo Especial de Despesa (FED) é composta por diversas fontes de receitas, tais como:

- Taxa judiciária (60% - Lei n.º 11.608/03)
- Emolumentos (4,289473% - Lei n.º 11.331/02)
- Contrato de gestão de depósitos judiciais e precatórios, assim como a prestação de serviços financeiros (Contrato n.º 147/24, firmado com o Banco do Brasil S.A.)
- Credenciamento de instituições financeiras para realização de crédito bancário da folha salarial de magistrados e servidores
- Rendimentos de aplicações financeiras
- Demais fontes de recursos

Receitas do Fundo Especial de Despesa – FED

Para o exercício de 2025, estima-se um crescimento de 27% na receita do FED, em comparação ao exercício anterior. Esse incremento decorre, sobretudo, das receitas vinculadas ao Contrato n.º 147/24, com ênfase no terceiro termo aditivo, que promoveu a ampliação da tabela de referência de remuneração, juntamente com a elevação da taxa Selic entre os exercícios, fatores que contribuíram para a consolidação de um cenário de crescimento expressivo da arrecadação.

Arrecadação do Fundo Especial de Despesa – Trimestral



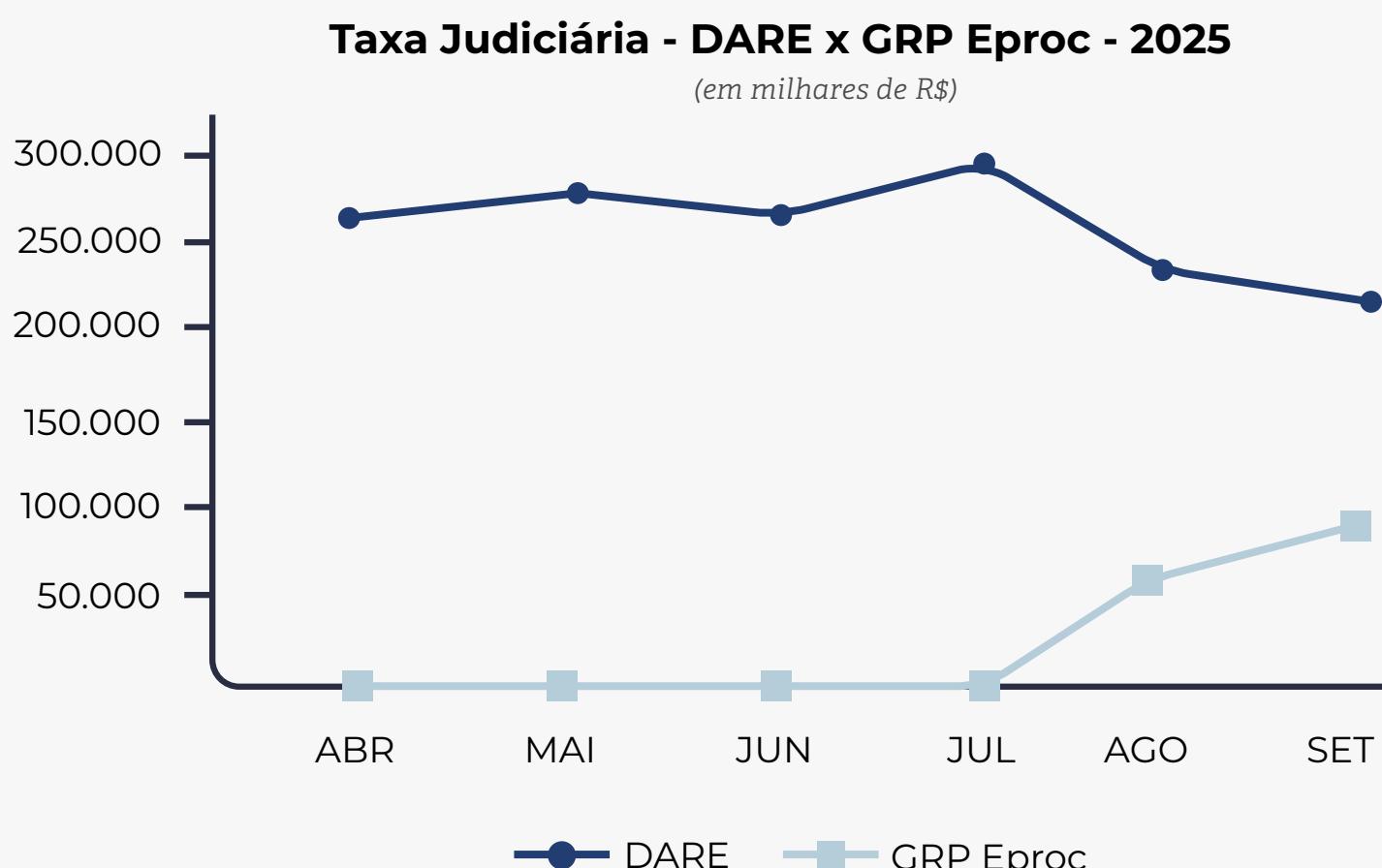
Obs.: 4º trimestre/2025 - dados estimativos

Modernização dos Processos de Arrecadação

A partir de 31 de março de 2025, iniciou-se a substituição do sistema SAJ pelo eproc, marco significativo para o avanço na modernização dos processos de arrecadação. A principal mudança foi a adoção da Guia de Receita Própria (GRP) do TJSP, em substituição ao Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare), gerido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. Como destaque, estão previstas também as migrações da guia FED e da GRD (mandados pagos aos Oficiais de Justiça) para o modelo GRP, nos processos ainda em trâmite no SAJ. Essa transição fortalece a autonomia institucional e aprimora a gestão das receitas.

A implantação da GRP trouxe avanços significativos para a gestão das receitas do TJSP. No âmbito administrativo, destaca-se o aprimoramento do controle sobre os valores arrecadados e a agilidade na confirmação dos pagamentos em até 1 segundo, dependendo da modalidade escolhida pelo contribuinte. Além disso, a GRP oferece mais flexibilidade nas formas de recolhimento, é aceita em toda a rede bancária, além de permitir pagamento via Pix. Outro benefício importante é a consolidação de despesas em um único documento, o que simplifica os procedimentos e contribui para uma gestão mais eficiente e transparente ao jurisdicionado.

Com o avanço do cronograma de implantação do sistema eproc, observa-se a migração da arrecadação da Dare para a GRP:



Despesas do Poder Judiciário

Os gastos com pessoal continuam sendo o principal componente do orçamento. Entre os fatores que contribuíram para esse cenário estão a concessão da data-base, o aumento nos valores dos auxílios, a criação de novas gratificações decorrentes da mudança no perfil de atividades com a adoção do sistema eproc, a nomeação de servidores e magistrados, além do pagamento de indenizações referentes a férias, licenças-prêmio, horas credoras e vencimentos atrasados.



Para além das despesas com pessoal, executadas pelo próprio órgão, o TJSP aloca os recursos do FED em:

- Desenvolvimento e implementação de sistema de informação
- Obras, reformas e manutenção predial
- Contratação de serviços terceirizados (manutenção, limpeza, segurança, entre outros)

Até 17 de outubro de 2025, o total empenhado chegou a R\$ 15,810 bilhões, representando um crescimento de 28% em relação ao ano anterior (acréscimo de R\$ 3,5 bilhões).

ORÇAMENTO 2024

GRUPO DE DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	SALDO ATUAL ¹
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.696.363.689,00	1.329.524.607,00	12.025.888.296,00	8.220.449.641,59	3.805.438.18,61
CUSTEIO	4.657.523.187,00	83.964.819,00	4.741.488.006,00	3.760.755.098,03	980.732.907,97
INVESTIMENTOS	549.255.141,00	390.964,00	549.646.105,00	342.652.067,83	206.994.037,17
INVERSÕES FINANCEIRAS [AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS]	20,00	0,00	20,00	0,00	20,00
TOTAL	15.903.142.037,00	1.413.880.390,00	17.317.022.427,00	12.323.856.807,45	4.993.165.619,55

¹ Obs. Dados extraídos do Sigeo (Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária) em 18/10/2024.

ORÇAMENTO 2025

GRUPO DE DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO [até 17/10/25]	SALDO ATUAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.907.481.727,00	3.000.000.000,00	14.907.481.727,00	11.370.684.488,97	3.536.797.238,03
CUSTEIO	5.216.978.637,00	0,00	5.216.978.637,00	4.267.550.612,32	949.428.024,68
INVESTIMENTOS	520.604.173,00	21.162.156,00	541.766.329,00	171.769.757,58	369.996.571,42
INVERSÕES FINANCEIRAS [AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS]	20,00	0,00	20,00	0,00	20,00
TOTAL	17.645.064.557,00	3.021.162.156,00	20.666.226.713,00	15.810.004.858,87	4.856.221.854,13

Obs. Dados extraídos do Sigeo (Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária) em 20/10/2025.

As despesas empenhadas pelo TJSP em 2025 refletem a natureza da instituição como prestadora de serviço público. Cerca de 72% dos gastos concentram-se em Pessoal e Encargos Sociais, enquanto as despesas de custeio representam 27% do total - distribuição característica de órgãos que demandam forte estrutura humana para o cumprimento de suas funções.

O aumento observado entre a previsão inicial da Lei Orçamentária e a execução final das despesas com pessoal está compatível com as receitas provenientes do Fundo Especial de Despesa (FED). As ações que resultaram nesse incremento estão detalhadas pelas secretarias de Gestão de Pessoas e da Magistratura, responsáveis pelas implantações que impactaram diretamente essa rubrica.

Índice de Despesa com Pessoal - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Apesar dessa elevação de despesas com pessoal, o TJSP manteve-se abaixo dos parâmetros do Limite de Alerta (5,36%), do Limite Prudencial (5,65%) e do Limite Máximo (5,95%), definidos pela LRF para o Poder Judiciário Estadual. Esse cenário evidencia o rigor e a eficiência na administração dos recursos públicos, conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) disponível na página oficial do TJSP.



5ª Semana da Contabilidade

Realizada entre os dias 22 e 26 de setembro, a Semana da Contabilidade é um evento anual promovido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Em sua 5ª edição, reuniu mais de 3 mil participantes de diversas áreas. A programação contou com palestras de especialistas de destaque nacional, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas institucionais.

O evento estimulou o debate sobre tendências e desafios da área contábil no setor público. Entre os temas abordados, destacaram-se:

- Cenários Turbulentos, Mudanças Velozes, com o prof. Mário Sérgio Cortella
- Processo de Convergência da Contabilidade Pública, com o prof. Paulo Henrique Feijó
- Relatório Financeiro de Sustentabilidade: desafios e oportunidades, com Alex Fabiane Teixeira.
- Reforma Tributária e os impactos nos Contratos Administrativos, com os profs. Luis Eduardo Schoueri e Luciana Andrea Accorsi Berardi

A iniciativa proporcionou aos participantes uma visão abrangente sobre o cenário atual e as perspectivas futuras da profissão contábil no setor público, reforçando seu papel estratégico na tomada de decisões institucionais.



André Pavani, Luis Eduardo Schoueri, desembargadora Mônica Serrano, Luciana Andrea Accorsi Berardi e Edimar Guskuma



Presidente Fernando Antonio Torres Garcia



Professores Alex Fabiane Teixeira, Mário Sérgio Cortella e Paulo Henrique Feijó



Secretaria de Administração e Abastecimento

A Secretaria de Administração e Abastecimento (Saab) coordena as atividades de Administração Predial, Engenharia e Arquitetura e Logística das 10 Regiões Administrativas (RAJs), sendo responsável pelas licitações, suprimentos e contratos administrativos, pela gestão de patrimônios e apoio administrativo. Veja [aqui](#), a estrutura completa da Secretaria.

Acessibilidade

Em 2025 se tornaram acessíveis 10 prédios, com destaque para a finalização do processo de obtenção de acessibilidade nas unidades de Borborema I – Fórum Principal, Pitangueiras I – Fórum Principal e São Miguel Arcanjo I – Fórum Principal.

Em dezembro de 2024 o TJSP contava com 52,8% de suas ocupações acessíveis. Em outubro de 2025 o percentual foi para 56%. A redução de prédios acessíveis deve-se a devoluções e desocupações que totalizaram 26 unidades acessíveis em 2025. Foi aprovada a priorização de obras de acessibilidade no Plano de Obras de 2025 a 2028.

Acessibilidade (imóveis ocupados)	2024 (dez)	2025 (out)
Acessível	374	369
Razoavelmente adaptados - inviabilidade técnica	2	1
Não acessível	280	242
Não informado pelo cedente	64	45
Não se aplica	68	46
Total	788	703
% acessíveis	52%	56%

Sustentabilidade

Usinas solares

As comarcas de Ilha Solteira e Pacaembu foram contempladas com a implantação de usinas solares fotovoltaicas pelo Projeto de Eficiência Energética em conjunto com a Elektro, com foco em economia de energia, redução da dependência de combustíveis fósseis e sustentabilidade ambiental.

Previsão de atendimento da necessidade de consumo de energia da edificação:

Teodoro Sampaio: 93%

Pacaembu: 105%

Ilha Solteira: 97%

Prédio	Redução \$	Desconto \$	Total \$	Redução kWh
Atibaia	22.067,42	11.786,54	33.853,96	34.034
Rio Claro Criminal	15.946,74	48.948,86	64.895,60	22.672
Rio Claro Cível	16.422,49	2.004,64	18.427,13	27.542
Limeira Cível	43.805,42	1.361,82	45.167,24	42.506
Mogi Guaçu	22.082,98	5.028,29	27.111,27	23.472
Total			189.455,20	150.226

* Redução trata do valor empenhado a menos em comparação ao mesmo período anterior à instalação das Usinas Fotovoltaicas nos prédios contemplados.

** Desconto trata do valor lançado como desconto nas faturas de energia, em função da energia gerada não consumida na edificação e injetada na rede da Concessionária de energia para ser utilizada pelos demais consumidores.

Projeto Mercado Livre de Energia

Migração para o ambiente de contratação livre de energia em Unidades Consumidoras exclusivamente atendidas em média tensão. Com isso, o TJSP poderá negociar livremente todas as condições comerciais para aquisição de energia elétrica diretamente com os agentes geradores.

Ilhas de Descarte

Uma das ações desenvolvidas para cumprimento da Meta 8.1 do Plano de Logística Sustentável do TJSP, consolidou-se na Capital, fortalecendo a cultura do descarte consciente e adequado de resíduos gerados na fonte. Projeta-se a expansão da campanha para as demais unidades do TJSP, conforme forem credenciadas cooperativas e associações para a coleta seletiva nas diversas comarcas.

Chamamentos Públicos para o credenciamento

- cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, para a coleta seletiva nas Comarcas do interior e litoral do Estado;
- organizações ou entidades interessadas na coleta de materiais de difícil reciclagem e potencialmente nocivos ao meio ambiente, como lâmpadas, eletroeletrônicos, pilhas, tampinhas plásticas, blisters de medicamentos e bitucas de cigarros, tornando o TJSP ponto de entrega voluntária.

Redutores de água

Instalado nos diversos prédios das comarcas do TJSP, a fim de se otimizar o consumo de água e cumprir a Meta 7.1 do Plano de Logística Sustentável do TJSP.

Aquisições compartilhadas

Foram realizadas 8 aquisições compartilhadas nos Registros de Preços de materiais de escritório, de gêneros alimentícios, de higiene e descartáveis, de hidráulica, de elétrica, de lâmpadas e de alvenaria e pintura com a Assembleia Legislativa de São Paulo, Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, Tribunal de Contas de São Paulo e Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Economias

Frota

A redução da frota do TJSP permitiu a economia com custos de manutenção, além da recuperação de recursos com o leilão de tais bens, efetuando-se a redução de 2,6% da frota, hoje composta por 963 veículos, sendo 372 na Capital, 450 no interior e 141 recolhidos para leilão ou aguardando destinação.

Frota

	2024 (dez)	2025 (out)
--	------------	------------

Total Veículos	989	963
-----------------------	------------	------------

Devolução de imóveis

Desde o início da gestão, foram devolvidos 155 imóveis, entre prédios, salas e terrenos. Essas ações resultaram em uma economia média mensal total de R\$ 3.761.833,62, sendo R\$ 767.212,56 referente à economia com despesa de aluguéis e R\$ 2.994.621,06 com manutenção predial, gerando economia anual de R\$ 45.142.002,72.

Devolução imóveis

	2024 (dez)	2025 (nov)	Total
Imóveis devolvidos	59	96	155
Economia mensal com aluguel (R\$)	137.769,08	629.443,48	767.212,56
Economia mensal com manutenção predial (R\$)	576.149,05	2.418.472,01	2.994.621,06
Total (R\$)	713.918,13	3.047.915,49	3.761.833,62

Estudos de ocupação

Visando a redução e otimização de espaços, está em andamento estudo de ocupação para mais 18 Comarcas, já encaminhado para aprovação. Com isso, estima-se a devolução de 22 imóveis e economia de aproximadamente R\$ 380.000,00 mensais.

No mesmo sentido, segue em andamento estudo de ocupação e layout para instalação de 30 UPJs e novas Varas para 18 Comarcas até o final deste ano.

Leilões de veículos e bens inservíveis

No segundo bimestre/25 foram realizados leilões de veículos e materiais inservíveis, com arrecadação de R\$ 1.410.941,33 até 31/10. Está em andamento a alienação de novos lotes, compostos por 141 veículos.

Rateio de despesas

Em relação ao rateio de despesas com os órgãos auxiliares instalados nas dependências dos imóveis ocupados pelo TJSP, o valor resarcido até o momento foi de R\$ 687.007,94.



[veja mais](#)

Multas em procedimentos apuratórios

Foi arrecadado com multas aplicadas em procedimentos apuratórios o montante de R\$ 1.105.346,46.

Gestão

Recebimento de imóveis

Vistorias nos imóveis de Piracicaba (recebido no primeiro bimestre, aluguel mensal R\$ 2.330,28) e Bauru (recebido no segundo bimestre, aluguel mensal R\$ 26.703,75), visando à devolução aos proprietários.

Vistoria de engenharia

Realizadas 340 vistorias de fiscalização e obras pela equipe do TJSP e 3.081 pelas equipes contratadas para prestação de serviço de apoio técnico.

Atendimentos de transporte

Foram cumpridas 135.133 ordens de serviço de transporte com a frota própria e 7.600 utilizações do serviço Táxi TJ. Para a manutenção dos veículos TJSP, foram finalizadas 1.897 manutenções e realizados 21.989 abastecimentos e 7.419 lavagens dos veículos.

Plano de obras e demandas de manutenção predial

Atas de Registro de Preços de materiais de manutenção predial (de hidráulica, de elétrica, de lâmpadas e de alvenaria e pintura) nas RAJs e contratos de manutenção preventiva e corretiva e de braçais encarregados.

Pequenos serviços de engenharia por Ata de Registro de Preços

Concluídas 70 demandas de pequenas reformas e 85 estão em andamento. Estão em andamento 448 procedimentos apuratórios, distribuídos entre as 10 RAJs

Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado

Visando a eficiência e a racionalização dos recursos públicos, foi feito levantamento de eventuais aparelhos sem instalação em prédios ocupados pelo TJSP, para redistribuição a locais com capaci-



[veja mais](#)



[veja mais](#)

dade elétrica, bem como aqueles inutilizados, para realização de baixa patrimonial. Foram adquiridos 1.071 aparelhos de ar-condicionado (split), sendo formalizados 20 pedidos de contratos.

Aplicativo Colaboradores CNJ

Alimentado pelos fiscais de contrato e gerenciado pelos gestores, permite a extração de listas automáticas que cumprem as determinações do Conselho Nacional de Justiça. Atuam no TJSP em média 9 mil terceirizados por mês em segurança patrimonial, conservação e limpeza, serviço de motorista/ manobrista, manutenção corretiva e preventiva, mão de obra braçal, serviço de portaria, "facilities", serviços gerais, apoio operacional, bombeiro civil, serviços médicos, serviço de elevadores, manutenção de ar-condicionado.

Manual de Licitações, Manual de Contratos e Manual de Procedimentos Apuratórios

No período, finalizou-se a elaboração do novo Manual de Licitações e do novo Manual de Contratos do TJSP, desenvolvidos em conformidade à Lei nº 14.133/21 e ao Provimento CSM nº 2.724/23. Seus conteúdos foram amplamente divulgados e disponibilizados aos servidores atuantes nos processos de contratação, fiscalização e gestão contratual. Em fase final de elaboração o manual de Procedimentos Apuratórios.

Procedimentos de gestão de contratos

Criação de painéis gerenciais, aplicativos e sistemas de controle interno, que aperfeiçoaram a gestão contratual, como o controle dos prazos e os procedimentos para prorrogação.

Banco de Informações Prediais (BIP)

Desenvolvimento do módulo de imagens, cujo objetivo é mapear todos os espaços ocupados nos prédios do TJSP, a fim de permitir eventuais aglutições e desocupações. Criação do módulo ISS, que permitirá a consulta das alíquotas praticadas em todas as Comarcas, a fim de subsidiar informações aos servidores atuantes nos processos de contratação. No mesmo sentido, desenvolveu-se o módulo de demandas, que permite a inserção e gestão das diversas demandas necessárias nas unidades do TJSP.

Projetos finalizados em 2025

Sistemas de alarmes de intrusão — implantação de sistemas de alarmes de intrusão em prédios elegíveis como complemento ao Centro Integrado de Monitoramento (CIM), visando o aumento da segurança e a redução dos custos com vigilância terceirizada.

Contratação de Apoio Técnico – Projetos e Fiscalização de Obras — estudos de viabilidade técnica e econômica das novas contratações de apoio técnico na área de engenharia para elaboração de projetos e fiscalização de obras.

201

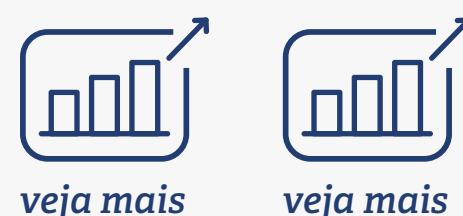
Licitações concluídas

[até 31/10/25]

29

Licitações em andamento

[até 31/10/25]



74

Contratações diretas
[até 31/10/25]

695

Convênios

507

**Vistorias por
técnicos da SAAB**

104

Atas de registro de preços

747

Contratos Vigentes

253

**Sessões Públicas Virtuais
e Presenciais**



Secretaria de Gestão de Pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) atua baseada na visão estratégica de pessoas, por meio da mobilização de talentos, desenvolvimento de competências e constante incentivo a práticas inovadoras e produtivas. A secretaria foi reestruturada visando melhor divisão interna das atividades, extinção de setores cujas atividades deixaram de ter a demanda que os justifique e criação de outros mais voltados à gestão de carreiras, ao quadro funcional e ao planejamento de novas estruturas judiciais, especialmente diante da evolução tecnológica e da implantação do eproc, além de setores voltados à prevenção de doenças e programas de bem-estar e qualidade de vida dos servidores. Foram criadas 8 novas unidades, sendo 1 Coordenadoria, 3 Serviços e 4 Seções, com a extinção de 3 Serviços e o remanejamento de 10 unidades. Veja [aqui](#) a estrutura completa da Secretaria.

Principais Projetos

Concluídos

Portal Nacional do Conhecimento eproc

O Tribunal de Justiça de São Paulo foi escolhido para gerir o Portal Nacional de Capacitação eproc. O portal é baseado em educação a distância (EaD), sendo utilizada a plataforma Moodle como ambiente de aprendizagem, e visa à capacitação contínua e padronizada de servidores e magistrados dos Tribunais que utilizam o sistema eletrônico eproc.



Foi pensado e criado para melhorar a qualificação profissional e uniformizar os conteúdos entre os Tribunais, propiciando acesso universal aos cursos com recursos de acessibilidade, além de permitir que outras cortes submetam cursos específicos, mantendo a padronização e a economia de recursos.

Cada Tribunal tem um administrador da plataforma (pontos focais titulares e pontos focais suplementares) que são responsáveis por gerar relatórios, gerenciar usuários e acompanhar o progresso dos seus respectivos cursos.

Além disso, a plataforma possui caráter colaborativo, permitindo o compartilhamento e o acesso a materiais atualizados do sistema eproc entre os tribunais, promovendo integração e troca de conhecimentos e de boas práticas.

Gaag e GDAF

Por meio da [Portaria nº 10.579/25](#) que regulamentou o apoio aos Gabinetes de 1ª Instância no contexto da implantação do eproc e da [Portaria nº 10.592/25](#) que regulamentou o pagamento de gratificação a escreventes técnicos judiciais responsáveis pelo desenvolvimento de automatizações no fluxo de trabalho do sistema eproc, o TJSP inovou implementando vantagens financeiras por atividades desenvolvidas.



Por ora, a gratificação implantada é a Gratificação de Representação, em tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 44/25 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, visando à alteração da Lei Complementar nº 1.111/10, que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores deste Tribunal, com o fim de prever o pagamento de Gratificação de Atividade de Apoio aos Gabinetes dos(as) Juízes(as) de 1ª Instância e da Gratificação pelo Desenvolvimento de Automatizações no Fluxo de Trabalho, mantidos os mesmos valores atualmente pagos. Com a aprovação dessa alteração, as gratificações atualmente pagas serão substituídas por aquelas aprovadas na proposta em tramitação.

Mesa de Negociação com as Entidades de Classes

A criação da Mesa de Negociação consolidou um importante canal oficial de diálogo entre o Tribunal de Justiça e as entidades de classe representativas dos servidores. A iniciativa reforça o compromisso da gestão com a valorização do servidor público, a transparência administrativa e a gestão participativa, sempre pautadas pela responsabilidade orçamentária e pelo fortalecimento das relações institucionais.

Os debates resultaram em avanços significativos, entre os quais se destacam: a recomposição salarial dos servidores, de 2,5% a partir de julho de 2025, decorrentes das diferenças entre os reajustes anuais concedidos e a inflação, conforme Resolução do Órgão Especial nº 976/25; a majoração de 15%

no auxílio-saúde por faixa etária; e o Projeto de Lei para majoração dos percentuais do adicional de qualificação (Graduação em 7,5%; Especialização em 10%; Mestrado em 15%; Doutorado em 20%).

Opção da Contribuição Previdenciária

Em virtude das disposições introduzidas pela Reforma da Previdência, Emenda Constitucional nº 103/19, que vedaram a incorporação, à remuneração do cargo efetivo, de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão, a legislação estadual passou a disciplinar a base de incidência da contribuição previdenciária.

Nesse contexto, a contribuição previdenciária deve incidir exclusivamente sobre as parcelas próprias do cargo efetivo, acrescidas das parcelas incorporadas e permanentes, sendo facultado ao servidor optar pelo recolhimento previdenciário também sobre as parcelas não incorporáveis.

Foram realizadas iniciativas para auxiliar os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS/SPPrev) a formalizar a opção quanto à base da contribuição previdenciária:

- Publicação dos décimos de cargos incorporados dos servidores ocupantes de cargo em comissão;
- Desmembramento dos componentes dos vencimentos, com o objetivo de conferir maior clareza sobre quais parcelas são permanentes e incorporadas e quais são não incorporáveis;
- Disponibilização de fluxo para que o servidor realize a opção pela base de cálculo da contribuição previdenciária;
- Promoção de evento ao vivo, disponibilizado aos servidores do TJSP, para apresentação do tutorial desenvolvido e para esclarecimento de dúvidas.

Concursos

Os concursos em andamento para os cargos de assistente social judiciário, escrevente técnico judiciário e psicólogo judiciário previram o aproveitamento de candidatos habilitados entre certames realizados pelo TJSP.



Com isso, após a homologação dos certames, o Tribunal passará a ter maior agilidade no preenchimento de vagas, sem precisar aguardar a homologação de novo concurso quando ocorrer o esgotamento da lista de remanescentes de uma determinada Circunscrição Judiciária.

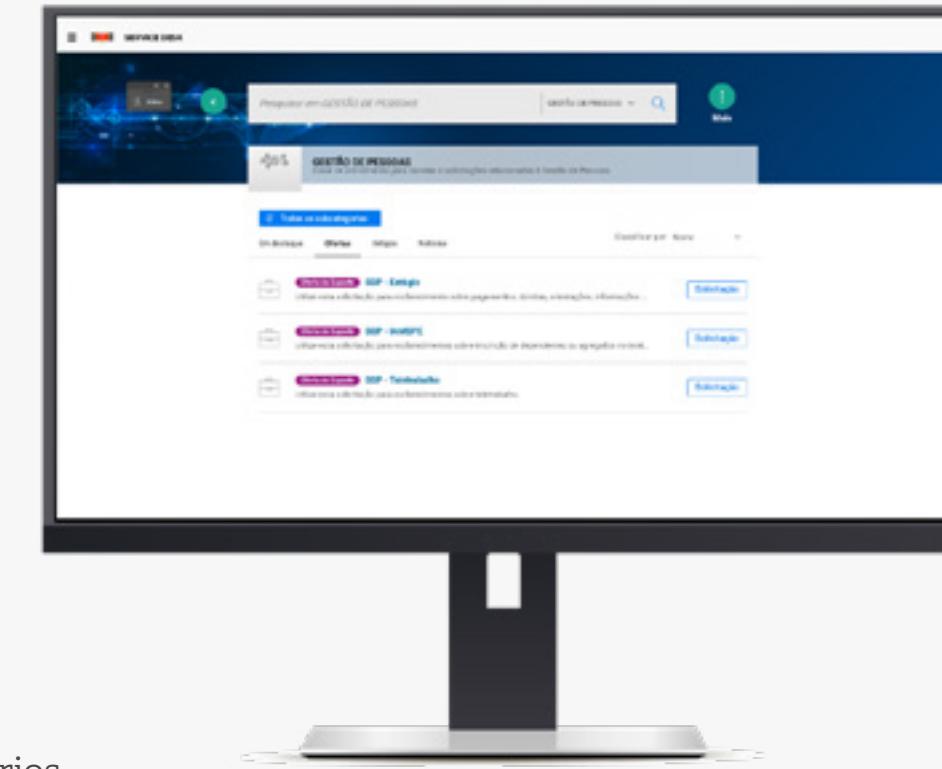
Os concursos para o cargo de escrevente também trouxeram duas inovações: a substituição da prova prática de digitação pela prova discursiva (redação) e a abertura de concurso para formação de cadastro reserva, garantindo ao TJSP maior autonomia no provimento das vagas, uma vez que não há o comprometimento do orçamento com vagas imediatas no edital, que muitas vezes não refletem a real necessidade do serviço após a homologação do certame, que leva aproximadamente um ano para se concretizar.

Portal de Chamados

Implantação de ofertas selecionadas no Portal de Chamados (SMax), substituindo o atendimento por mensagens eletrônicas. A ferramenta permite a centralização e a gestão das solicitações de serviços, com organização das demandas, priorização de atendimentos urgentes, acompanhamento das etapas de resolução e mensuração dos resultados. Para viabilizar a implantação, os serviços foram mapeados, os scripts de atendimento elaborados conforme as especificidades de cada matéria, e os servidores capacitados em ambiente de homologação.

Na primeira fase, foram disponibilizados atendimentos para:

- Público interno
 - Teletrabalho
 - Iamspe
 - Estágio
- Público externo
 - Estágio
 - Iamspe
- Em fase de implantação
 - Certidões e declarações
 - Falecimento de servidores
 - Recadastramento e prova de vida
 - Auxílio-saúde
 - Contribuição previdenciária
 - Alteração de dados cadastrais e bancários



À medida que as ofertas são disponibilizadas no Portal de Serviços é realizada ampla divulgação e orientação aos usuários, com o encerramento das caixas de e-mail anteriormente utilizadas para recebimento das solicitações.

Agente Virtual

Os dados constantes na aplicação GPS-SGP foram integrados ao agente virtual MAX, ferramenta de atendimento por Inteligência Artificial, disponível no Portal de Chamados do TJSP e no Microsoft Teams, por meio do aplicativo próprio.

A integração permite que servidores e magistrados consultem, de forma automatizada, orientações sobre os principais serviços da SGP, como procedimentos, canais de atendimento e contatos institucionais. O agente virtual MAX passou, assim, a oferecer respostas imediatas com base no conteúdo previamente estruturado pela SGP, facilitando o direcionamento adequado das demandas.

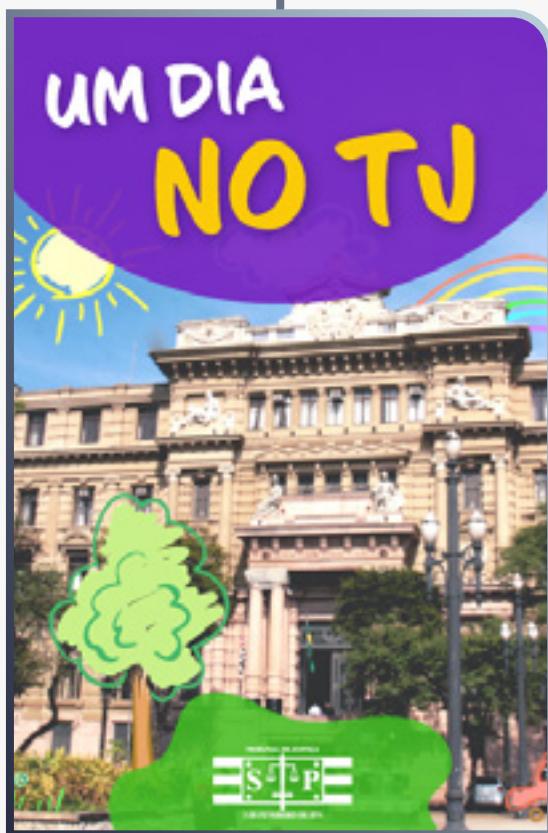
Um Dia no TJ

O projeto-piloto, realizado em julho de 2025, teve como objetivo proporcionar aos filhos dos servidores do TJSP conhecerem o local de trabalho dos pais e o Palácio da Justiça. As crianças e os adolescentes participaram de uma visita monitorada ao Palácio da Justiça, com atividades lúdicas e educativas adaptadas à faixa etária.

Houve ampla adesão e alto índice de aprovação. Foram registradas 235 inscrições válidas, com 337 participantes, entre servidores e filhos, distribuídos em seis dias de evento. A pesquisa de reação revelou que 94,7% dos servidores estavam muito satisfeitos e 100% afirmaram que o projeto teve impacto positivo na percepção dos filhos sobre o trabalho dos pais e sobre o TJSP.

Diante dos resultados positivos, a iniciativa será continuada como programa permanente, com edições regulares durante o período de férias escolares. A proposta inclui a expansão para os Fóruns Regionais da Capital e a organização por faixa etária, visando aprimorar a experiência dos participantes.

Além de fortalecer os vínculos familiares e institucionais, o projeto contribui para a valorização dos servidores, a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho e o fortalecimento da cultura organizacional do TJSP.



Ambulatórios médicos do Interior

Contratação de ambulatórios médicos nos prédios da 2ª a 10ª RAJs, com inauguração em dezembro/25, nos fóruns de Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba, com oferta de consulta na modalidade telemedicina na especialidade de psiquiatria (Pregão Eletrônico nº 90154/2025 – Processo nº 2024/096874).

Campanha de vacinação

A Campanha de Vacinação contra a Gripe – 2025 objetivou zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário, em consonância com [Resolução CNJ nº 207/15](#), que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

Llicitação foi realizada para a entrega e aplicação da vacina tetravalente em magistrados, servidores, terceirizados e estagiários do TJSP, realizada entre 17 de abril a 11 de julho/25, percorrendo todos os prédios do Tribunal, na Capital e no Interior

No total, foram aplicadas 24.750 doses e foram deixadas 250 doses de reserva no prédio da Consolação.

Feira de Carreiras na PUC

O TJSP participou da Feira de Carreiras da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), organizada pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto, nos dias 23 e 24/9. Foram divulgadas informações sobre os programas de estágios, de serviço voluntário e dos cursos da Escola Paulista de Magistratura.

Lotação Paradigma

O indicador mensura o quantitativo ideal de servidores por unidade judiciária, conforme definido na [Resolução CNJ nº 219/16](#) e atualizado pela [Resolução CNJ nº 553/24](#), calculado com base na média trienal de casos novos e na complexidade das demandas. O indicador tem a finalidade de assegurar proporcionalidade entre demanda processual e força de trabalho, promover equidade entre os graus de jurisdição e garantir racionalidade na alocação de recursos humanos. Do total das unidades judiciárias do TJSP,

84% estão com o quadro funcional adequado conforme os critérios da tabela da lotação paradigmática.



Normativo de Licença-Prêmio

Atualização da normativa referente à licença-prêmio, especificamente quanto aos procedimentos para gozo e indeferimento do benefício, com a edição da [Portaria nº 10.611/25](#). A principal modificação consistiu na exclusão da exigência de comprovação de frequência mínima de 50% no período solicitado para gozo, requisito anteriormente necessário para a validação do indeferimento por absoluta necessidade de serviço. Tal medida visa dar celeridade ao processo de solicitação, inclusive nos casos em que o servidor se encontra em vias de aposentadoria.

Automação de solicitações

Implementação dos fluxos automatizados no sistema Hólos para solicitações de servidores ativos e aposentados, como a inclusão de tempo de serviço, afastamentos diversos, alterações cadastrais e isenção de imposto de renda. O novo procedimento elimina a necessidade de cadastro manual pelas unidades da SGP, além de permitir a anexação direta de documentos pelo próprio servidor.

Entre os principais benefícios, destacam-se a rastreabilidade das solicitações por meio de número de protocolo, a possibilidade de acompanhamento em tempo real pelo servidor, a devolução do pedido para complementação sem necessidade de troca de e-mails e o acesso direto às certidões e declarações emitidas, disponíveis para download no próprio sistema. Para os casos de ex-servidores, o atendimento é realizado via Portal de Chamados.

Aposentadoria

Nos pedidos de aposentadoria são analisados os benefícios do servidor (férias, licença-prêmio, banco de horas) para orientação quanto ao usufruto antes da aposentadoria ou regularização para pedido de indeferimento, evitando prejuízos com perda de direito por pendência de documentação. Foi realizada palestra ministrada por servidores da São Paulo Previdência e evento ao vivo para sanar dúvidas com relação a opção do recolhimento da contribuição previdenciária e os impactos nos proventos de aposentadoria.

Projeto Caminhada com o TJM

Em celebração ao Dia do Servidor Público, o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Tribunal de Justiça

Militar do Estado de São Paulo (TJM-SP) uniram-se na organização de uma caminhada comemorativa. O evento foi realizado na Academia da Polícia Militar do Barro Branco, para 160 servidores e magistrados dos dois Tribunais.

Auriculoterapia

Técnica terapêutica da Medicina Tradicional Chinesa, derivada da acupuntura, que consiste na aplicação de estímulos em pontos específicos da orelha para tratar e auxiliar no diagnóstico de condições físicas, mentais e emocionais.



Projeto caminhada com o TJM

Projeto realizado em parceria com a Escola de Terapias Orientais de São Paulo (Etosp), em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (151 atendimentos- Daps/Fórum João Mendes), Dia das Mães, em parceria com o Tribunal de Justiça Militar – 214 atendimentos – Consolação), Dia dos Pais (211 atendimentos – Daps/Fórum João Mendes).

A parceria proporcionou a servidores e magistrados uma experiência terapêutica voltada ao bem-estar físico e emocional, alinhada às diretrizes da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário ([Resolução CNJ nº 207/15](#)).



Residente Jurídico

Proposta do Comitê Gestor de Orçamento e Priorização do Primeiro Grau, em conformidade com os termos da [Resolução CNJ nº 439/22](#) que autoriza os tribunais a instituírem referido programa. Foi realizado estudo técnico para subsidiar a implantação do Programa de Residência Jurídica no TJSP, conforme regulamento do CNJ.

Voltado a bacharéis em Direito com até cinco anos de formação ou em pós-graduação, o programa prevê atuação supervisionada por magistrado, com jornada de até 30 horas semanais e bolsa-auxílio limitada a três salários-mínimos.

A seleção será feita por processo seletivo público, com cotas afirmativas para grupos específicos e possibilidade de uso de contratos vigentes com a Fundação Vunesp ou Super Estágios. A proposta inicial é a realização de projeto piloto com número reduzido de vagas.

O residente participará de capacitações iniciais e será avaliado ao final do programa. A iniciativa visa aproximar a formação acadêmica da prática forense, contribuindo para a qualificação profissional e o fortalecimento da prestação jurisdicional.

As atividades práticas desenvolvidas pelo residente jurídico envolvem pesquisas jurídicas, elaboração de relatórios para fundamentação de atos judiciais, redação de minutas de informações, despachos e decisões, análise de petições, entre outras para impulso dos processos judiciais.

Pendente a aprovação final da minuta de normativo, bem como a definição da quantidade de vagas e o valor da bolsa auxílio.

Trilhas de Formação e Aperfeiçoamento

Implantação do Plano B bianual de Capacitação por Competências, com a finalidade de promover a capacitação contínua e permanente dos servidores, por meio de trilhas, inicialmente nas modalidades de iniciação funcional, fundamental, gerencial e preparação para a aposentadoria.

Todos os servidores terão uma trilha designada, com cursos e formações que deverão ser obrigatoriamente concluídos no período de dois anos. O servidor, poderá, mediante acordo com gestor, realizar o treinamento em horário de expediente, não excedendo uma hora por dia.

O projeto, em fase de ajustes no Portal de Capacitação, será implantado por meio de Portaria a ser publicada no Dejesp e divulgada para o público interno.

Instituto do Acesso

Trata-se da regulamentação do provimento vertical de cargos em comissão de direção, coordenação, supervisão ou chefia, conforme previsto no Art. 29 da [Lei Complementar nº 1.111/10](#).

A [Portaria nº 10.624/25](#) instituiu o Grupo de Trabalho para Estudo e Regulamentação do Instituto do Acesso. O grupo é composto por juízes assessores da Corregedoria Geral da Justiça e da Presidência, além de servidores de diversas áreas, incluindo a SGP. A composição, com vigência até 31/12/25, tem como missão nova proposta de regulamentação, como alternativa à indicação direta do juiz para os cargos de confiança. Pendente aprovação final da minuta proposta pelo Grupo de Trabalho.

Programa Novo Olhar

Programa de reinserção de servidores após afastamento das atividades por motivo de saúde, por período prolongado ou períodos curtos recorrentes, questões comportamentais ou comprometimento funcional associado ao uso de álcool e/ou drogas. Pendente regulamentação formal por normativo.

Projeto Gestão com Saúde

Voltado a gestores, por meio da realização de oficinas temáticas com foco na gestão e na saúde mental.

Antes do início do programa será aplicado o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) a todos os servidores administrados pelos gestores participantes, com o objetivo de estabelecer uma linha de base para a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC), como depressão, ansiedade e sintomas somáticos. Três meses após a conclusão das oficinas, o SRQ-20 será reaplicado aos mesmos servidores, para avaliar mudanças nos níveis de sintomas de TMC. Os resultados agregados (sem identificação individual) serão analisados para medir o impacto do programa na saúde mental dos servidores, utilizando o ponto de corte validado no Brasil (7/8) para identificar casos suspeitos.

Servidores com pontuações altas serão encaminhados para avaliação e atendimento psicológico; caso o teleatendimento de psiquiatria já esteja ativo no TJSP, os servidores com score maior que 7 serão encaminhados para tratamento. Pendente finalização da proposta.

Simplificação Programa Creche-Escola

Disponibilizada no Dejesp em 14/11, a [Portaria nº 10.683/25](#) tem o objetivo de simplificar os procedimentos do Programa Creche-Escola, especialmente no que se refere ao Auxílio ao Filho com Deficiência, com foco na eliminação de exigências como a apresentação frequente de laudos médicos para condições permanentes, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja validade já é reconhecida como indeterminada por lei estadual. Espera-se que as sugestões de alterações possam reduzir a burocracia, facilitar o acesso do servidor ao benefício e promover maior inclusão e eficiência na gestão do programa.

Entre as principais mudanças sugeridas está a ampliação do prazo de validade dos laudos médicos (ou prazo indeterminado em casos de deficiência permanente), a concessão do benefício por período maior que 12 meses, e a dispensa da reapresentação de laudo na renovação, mediante declaração do servidor. Também está sendo estudada a análise dos pedidos pela área técnica da Diretoria de Saúde, garantindo maior precisão e segurança na concessão do auxílio ao filho com deficiência.

Aperfeiçoamento da Regulamentação do Apoio Remoto

Revisão da [Portaria nº 10.307/23](#), que atualmente regulamenta o apoio remoto nas unidades de primeiro grau de jurisdição e nos colégios recursais. O estudo em curso visa tornar o apoio remoto mais atrativo aos servidores, com foco na valorização da força de trabalho e na ampliação da adesão voluntária. Entre os pontos em análise estão:

- Revisão dos horários e formatos de execução, com possibilidade de flexibilização para melhor compatibilidade com a rotina dos servidores;
- Ampliação dos critérios de elegibilidade, permitindo maior inclusão de perfis profissionais;
- Adoção de incentivos adicionais, como maiores acréscimos no banco de horas; e
- Formas alternativas de inscrição, permitindo o cadastro em atividades específicas.

A expectativa é que as propostas resultem em maior engajamento dos servidores, contribuindo para a redução dos acervos processuais e para o fortalecimento da cultura colaborativa entre unidades do Tribunal. Pendente alinhamento com a SPI.



Ingresso, Movimentação, Desenvolvimento de Carreiras, Estruturas e Legislação

Servidores do quadro efetivo:

40.824

SETEMBRO 2025 [Dados de 30/09/25]

Número de servidores por sexo:

22.575

MULHERES

18.249

HOMENS

O indicador mensura a distribuição dos servidores ativos segundo o nível de escolaridade mais elevado registrado no cadastro funcional:

Escolaridade cadastrada no SHF	Total
Pós-doutorado	7
Doutorado	277
Mestrado	1.062
Pós-graduação <i>lato sensu</i>	24.109
Extensão universitária	18
Superior completo – Direito	4.515
Superior completo (outras áreas)	4.913
Segundo grau completo – Técnico	304
Segundo grau completo (Ensino médio)	4.447
Segundo grau Incompleto (Ensino médio)	1
Primeiro grau completo (Ensino fundamental)	626
Primeiro grau Incompleto (Ensino fundamental)	5
4ª Série do 1º grau	63
Escolaridade não cadastrada	477
TOTAL	40.824

Dados de 30/09/25

Distribuição dos servidores por cargo efetivo:

Cargo efetivo <small>(incluída a “categoria C” na última linha)</small>	Total
Administrador Judiciário	4
Advogado	2
Agente Administrativo Judiciário	368
Agente de Fiscalização Judiciário	170
Agente de Segurança Judiciário	431
Agente de Serviços Judiciário	508
Agente Operacional Judiciário	749
Analista de Sistemas Judiciário	5
Analista em Comunicação e Processamento de Dados Judiciário	5
Assistente Social Judiciário	1.100
Auxiliar de Saúde Judiciário	12
Auxiliar Judiciário Chefe	2
Bibliotecário Judiciário	1
Chefe de Seção Judiciário	3
Cirurgião Dentista Judiciário	10
Contador Judiciário	211
Enfermeiro Judiciário	30
Escrevente Técnico Judiciário	32.344
Estatístico Judiciário	1
Médico Judiciário	31
Oficial de Justiça Judiciário	3.555
Psicólogo Judiciário	889
Técnico em Comunicação e Processamento de Dados Judiciário	4
Técnico em Informática Judiciário	3
Categoria C*	386
TOTAL	40.824

*Na categoria C estão incluídos os servidores que não possuem cargo efetivo, apenas cargo comissionado, essa categoria foi incluída para compatibilidade do total de Servidores do TJSP. Fonte: Dados extraídos do Módulo de Relatórios – Puma, Formação dos Servidores e Servidores por faixa etária – Data: 30/09/25.

Distribuição dos servidores ativos ocupantes de cargo em comissão:

Cargo Comissionado	Total	Comissionados Puros	Total
Analista Técnico Judiciário	8	Analista Técnico Judiciário	1
Assistente Judiciário	4.075	Assistente Jurídico	329
Assistente Jurídico	2.210	Assessor Técnico de Gabinete Judiciário	15
Assessor Técnico de Gabinete Judiciário	2	Coordenador	4
Assistente Técnico de Gabinete Judiciário	83	Diretor	1
Assistente Técnico Judiciário	2	Supervisor de serviço	36
Auxiliar de Gabinete Judiciário	2	TOTAL	386
Auxiliar Judiciário Chefe	1	Dados de 30/09/25	
Chefe de Seção Judiciário	4.528		
Chefe de Seção Técnica Judiciário	88		
Coordenador	1.280		
Diretor	66		
Oficial de Gabinete Judiciário	5		
Secretário	9		
Supervisor de serviço	1.225		
TOTAL	13.584		

Dados de 30/09/25

Quantitativo total de servidores na Capital e no Interior:

14.530 **26.294**
CAPITAL INTERIOR

Em relação aos servidores com deficiência, a instituição conta, atualmente, com 1.511 servidores ativos no quadro:

Quadro efetivo	40.824	%
Agente Administrativo Judiciário	3	0,20%
Agente de Fiscalização Judiciário	4	0,26%
Agente de Segurança Judiciário	14	0,93%
Assistente Judiciário	80	5,29%
Agente de Serviços Judiciário	12	0,79%
Agente Operacional Judiciário	15	0,99%
Assistente Jurídico	22	1,46%
Assistente Social Judiciário	48	3,18%
Assistente Técnico de Gabinete	4	0,26%
Auxiliar de Saúde Judiciário	1	0,07%
Chefe de Seção Judiciário	134	8,87%
Chefe de Seção Técnica Judiciário	1	0,07%
Contador Judiciário	4	0,26%
Coordenador	22	1,46%
Diretor	2	0,13%
Enfermeiro Judiciário	5	0,33%
Escrevente Técnico Judiciário	942	62,34%
Médico Judiciário	2	0,13%
Oficial de Justiça	138	9,13%
Psicólogo Judiciário	35	2,32%
Supervisor de Serviço	23	1,52%
TOTAL	1.511	100%

Dados de 30/09/25

O TJSP possui cerca de 66% dos seus servidores trabalhando no 1º Grau, 24% nas unidades de apoio e cerca de 10% no 2º Grau:

Distribuição dos servidores por grau de unidade

	Feminino	Masculino	Total
1º Grau	15.644	11.396	27.040
2º Grau	2.463	1.523	3.986
Administrativo	4.468	5.330	9.798
TOTAL	22.575	18.249	40.824

Perfil do servidor classificado por geração e gênero:

Geração	Feminino	Masculino	Quantitativo	%
<i>Baby Boomer (1946-1964) 58 a 76 anos</i>	2.482	2.390	4.872	11,93%
<i>Geração X (1965 – 1980) 42 a 57 anos</i>	11.193	8.313	19.506	47,78%
<i>Geração Y – Millennials (1981 – 1996) 26 a 41 anos</i>	8.206	6.746	14.952	36,63%
<i>Geração Z – Centennials (1997 – 2010) 12 a 25 anos</i>	694	800	1.494	3,66%
TOTAL	22.575	18.249	40.824	100%

Dados de 30/09/25

Distribuição dos servidores por Região Administrativa Judiciária:

Circunscrição judiciária – CJ	Total
1ª RAJ – Grande São Paulo	18.966
2ª RAJ – Araçatuba	1.358
3ª RAJ – Bauru	1.836
4ª RAJ – Campinas	5.017
5ª RAJ – Presidente Prudente	2.104
6ª RAJ – Ribeirão Preto	3.276
7ª RAJ – Santos	2.070
8ª RAJ – São José do Rio Preto	2.048
9ª RAJ – São José dos Campos	2.060
10ª RAJ – Sorocaba	2.089
TOTAL	40.824

Dados de 30/09/25

Servidores cedidos de outros órgãos ao TJSP

Servidores cedidos por outros órgãos públicos na composição da força de trabalho do TJSP, com a finalidade de acompanhar a presença de recursos humanos externos no quadro funcional:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	2.043	2.002	1.993	1.992	1.990	1.935	1.995	1.957	1.995	1.955	1.913	1.892
2025	1.845	1.830	1.834	1.832	1.825	1.827	1.820	1.795	1.771	-	-	-
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	76	74	76	76	79	78	78	78	80	81	80	82
2025	42	81	81	80	80	78	76	75	71	-	-	-

Servidores cedidos do TJSP a outros órgãos

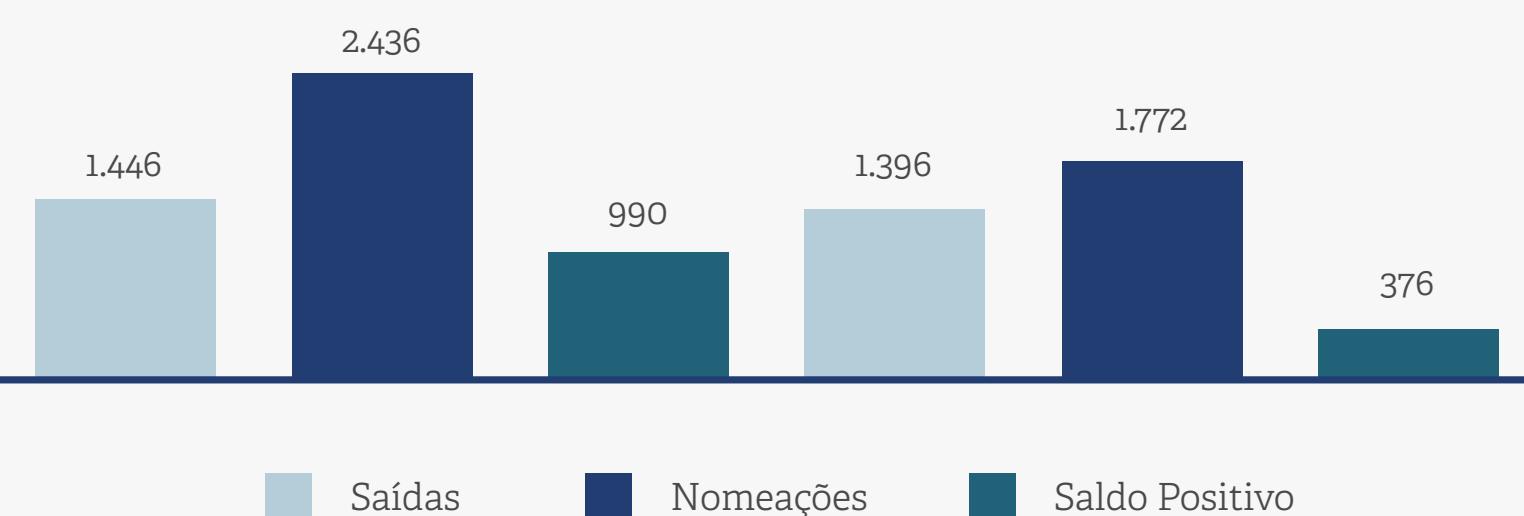
Quantidade de servidores do TJSP cedidos a outros órgãos públicos, com a finalidade de acompanhar o impacto dessas cessões na força de trabalho disponível, contribuindo para o planejamento da gestão de pessoal e para a avaliação da capacidade operacional das unidades administrativas e judiciais:

Ingresso de novos servidores

Cargos	2024	2025	Total
Escrevente Técnico Judiciário	2.320	1.461	3.781
Psicólogo	24	114	138
Assistente social	38	103	141
Contador	6	12	18
Oficial de Justiça	35	77	112
Administrador	2	1	3
Enfermeiro	7	3	10
Médico	4	1	5
TOTAL	2.436	1.772	4.208

Nomeações X Saídas

A gestão 2024-2025 implementou reposição positiva de servidores, nos dois anos, garantindo o aumento líquido do quadro.



1.366 Saldo positivo de reposição de servidores no biênio 2024/2025

Concursos em andamento por vagas

Cargo	Vagas
Analista de Sistemas	50
Assistente Social	137
Contador	10
Escrevente Técnico Judiciário	CR*
Psicólogo	137

334 + CR

Total

*CR: Cadastro de Reserva

Concursos em validade por CJ

Cargo	Vagas	Aprovados habilitados	Remanescentes
Assistente Social – Capital	20	71	19
Escrevente Técnico Judiciário*	602	5.438	3.916
Oficial de Justiça	148	803	626
Psicólogo	2	14	11
TOTAL	772	6.326	4.572

*não há remanescentes na 4ª e na 45ª CJ.

Desligamentos por tipo de ocorrência – Total de 1.396 até setembro de 2025

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Aposentados	132	164	112	92	71	81	102	102	98	-	-
Exonerados	55	38	42	35	38	44	66	30	25	-	-
Falecidos	8	6	7	7	3	9	6	5	1	-	-
Demitidos	0	3	0	0	0	1	5	2	0	-	-
Dispensados	1	1	1	1	1	0	0	1	0	-	-
TOTAL	196	212	162	135	113	135	179	140	124	-	-

Estagiários

Média, até setembro de 2025, estagiários distribuídos por nível de escolaridade (médio, graduação e pós-graduação):



[veja mais](#)

2.189

Nível Médio

3.152

Graduação

736

Pós-graduação

Voluntários

Média, até setembro de 2025, de colaboradores que prestam serviços não remunerados e sem vínculo funcional:

62
2025



[veja mais](#)



[veja mais](#)

Abono de Permanência

Para servidores efetivos que, após cumprirem os requisitos legais para aposentadoria voluntária, optaram por permanecer em atividade:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	6.202	5.850	5.832	5.804	5.817	5.851	5.864	5.890	5.930	5.961	6.050	6.105
2025	6.081	6.022	6.013	6.047	6.079	6.127	6.133	6.148	6.077	-	-	-

Folha de Pagamento

O TJSP realizou em favor dos servidores reajustes de 5% em março (data-base) e de 2,5% em julho (mesa de negociação).



[veja mais](#)

Servidores em Teletrabalho

Servidores que realizam teletrabalho conforme as regras dos Capítulos II e IV da Resolução nº 850/21.

O Capítulo II do normativo disciplina o teletrabalho para servidores em geral, estabelecendo critérios como limites percentuais por unidade, autorização da chefia e a necessidade de revezamento entre os interessados. O regime é facultativo e condicionado à compatibilidade das atividades com o trabalho remoto, mantendo metas de produtividade e controle de frequência.

Média, até setembro de 2025, dos servidores com autorização para realizar teletrabalho:

18.518

Média mensal 2024

20.671

Média mensal 2025

Já o Capítulo IV trata de situações excepcionais, garantindo o teletrabalho a servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como àqueles que possuam filhos ou dependentes nessas condições. Diferentemente da regra, não há revezamento, e a concessão independe dos limites percentuais aplicáveis às demais unidades.

Média, até setembro de 2025, dos servidores com autorização para realizar teletrabalho em casos excepcionais:

461

Média mensal 2024

514

Média mensal 2025



[veja mais](#)

Frequência e Benefícios

- Autorização para a redução da jornada – quantidade de servidores beneficiados com o Horário Especial de Trabalho, sem prejuízo da remuneração, para servidores com deficiência, com dependente legal na mesma condição, ou para servidoras gestantes e lactantes.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	0	0	0	0	0	0	5	55	72	81	89	104
2025	111	119	122	127	136	144	150	162	167	-	-	-

34

Média mensal 2024

138

Média mensal 2025

- Serviço extraordinário autorizado – quantidade de servidores que realizam serviços extraordinários mediante autorização formal

3.156

Média mensal 2024

2.559

Média mensal 2025



veja mais

- Serviço extraordinário autorizado – quantidade de unidades judiciais e administrativas que tiveram o serviço extraordinário autorizado pela Presidência.

1.201

Média mensal 2024

909

Média mensal 2025



veja mais

- Apoio remoto – quantidade de servidores convocados para participar do Apoio Remoto. A inscrição é voluntária e tem como finalidade oferecer suporte a distância às unidades judiciais que apresentam necessidade de reforço na força de trabalho. As inscrições foram liberadas a partir de março de 2024, o que justifica os valores zerados em janeiro e fevereiro do mesmo ano.

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Inscritos	35	57	116	103	57	55	77	80	46	-	-	-
Convocados	130	132	127	122	139	163	184	122	110	-	-	-
Unidades pendentes de atendimento	9	2	5	4	4	2	2	4	2	-	-	-
Unidades com Apoio Remoto	13	15	15	17	22	28	31	15	14	-	-	-

626 TOTAL INSCRITOS

Capacitação, desenvolvimento de talentos, novos projetos, governança em gestão de pessoas e análise de desempenhos funcionais

Turmas Ofertadas por Categoria

Até setembro, 1.172 turmas de capacitação, aperfeiçoamento ou desenvolvimento profissional, incluindo tutoriais

Certificados

Área	2024	2025
Judicial	524	536
Gestão	385	284
Administrativo	371	309
Iniciação Funcional	12	19
Sustentabilidade	16	10
Vida	1	9
Saúde	27	5
TOTAL	1.336	1.172

Dados até set/25

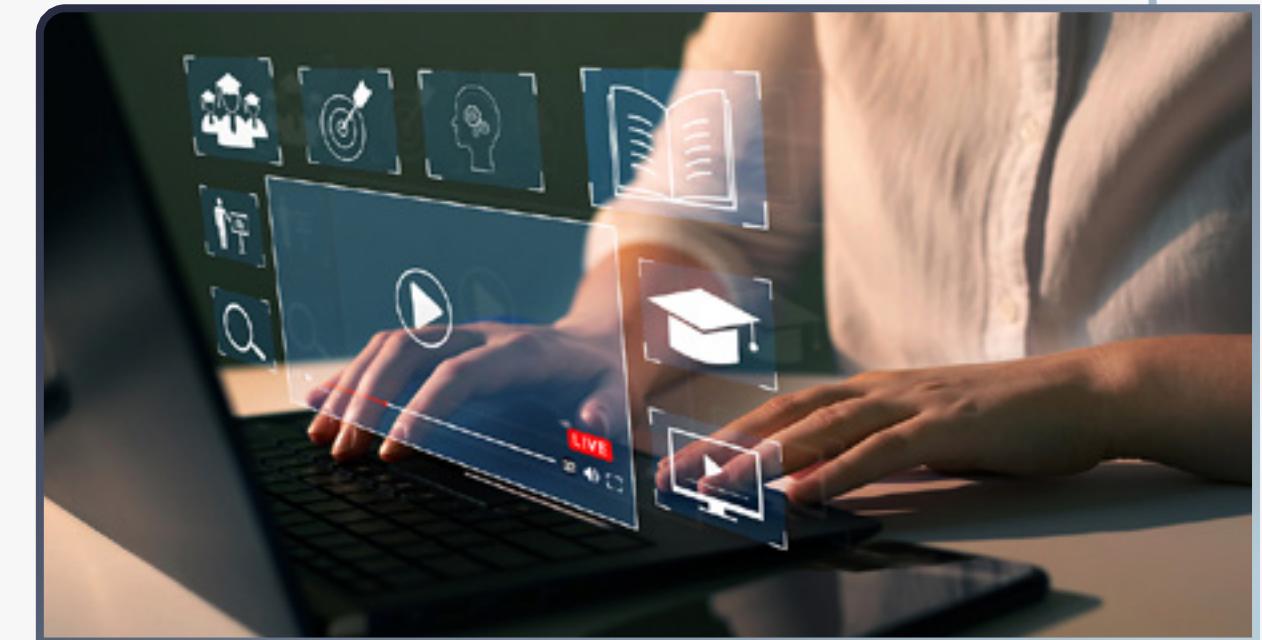
Certificados emitidos

Até setembro, 109.890 certificados emitidos.

Certificados

Área	2024	2025
Judicial	20.122	94.435
Gestão	12.914	5.845
Administrativo	5.125	4.554
Iniciação Funcional	4.264	2.363
Sustentabilidade	88	48
Vida	975	53
Saúde	104	2.592
TOTAL	43.619	109.890

Dados até set/25



Pesquisa de Reação dos Respondentes

25.867 Respondentes [até set/25]

Satisfação média das turmas

Ano	Eficiência	Eficácia	Efetividade
2024	93,17%	93,07%	79,64%
2025	88,16%	87,89%	80,19%

No quesito de eficiência são considerados o curso, o material didático e os tutores; no quesito eficácia, a carga horária, o fórum e os tutores e, no quesito efetividade, o curso.

Alunos certificados

Magistrados, servidores, estagiários e externos, monitorado anualmente, até setembro de 2025.

18.072 2024 **32.285** 2025

Tutoriais Disponibilizados

Quantidade de tutoriais disponibilizados para orientação e suporte aos usuários internos, abrangendo conteúdos relacionados a sistemas, procedimentos e rotinas institucionais.

Os valores referentes a janeiro de 2024 englobam dados acumulados de períodos anteriores, devido ao fato de que o painel de *Business Intelligence* (BI) utilizado para acompanhamento foi desenvolvido posteriormente à disponibilização dos tutoriais.

Certificados

Área	2024	2025
Judicial	7.620	4.666
Gestão	207	114
Administrativo	3.359	2.598
Iniciação Funcional	22	33
Vida	420	434
Saúde	292	151
TOTAL	11.920	7.996

Dados até set/25

Clima organizacional (meta 3.1)

Em atenção ao Planejamento Estratégico 2021-2026, a primeira pesquisa anual para aferição do Clima Organizacional da instituição foi realizada em 2021, obtendo o resultado de 3,15 de média de satisfação dos servidores. Em 2025, esse índice evoluiu para 3,37, superando a meta estabelecida de 3,31, correspondente ao objetivo de “Elevar em 5% o Clima Organizacional até 31/12/2026”.

Pesquisa de Clima Organizacional

	2021	2022	2023	2024	2025
Grau de Satisfação	3,15	3,12	3,20	3,24	3,37

3,31 Meta

Satisfação dos agentes públicos (meta 3.2)

Para compor o índice de satisfação do público interno, foram destacadas 4 perguntas (20, 27, 28 e 29) envolvendo “Trabalho Realizado” e “Valorização e Reconhecimento”, da Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2021, a composição desse dado atingiu a média de 3,22. No ano de 2025, o grau de satisfação foi de 3,35, indicando um aumento com relação aos anos anteriores.

Satisfação dos agentes públicos

	2021	2022	2023	2024	2025	Meta
Grau de Satisfação	3,22	3,16	3,22	3,27	3,35	3,54

Capacitação (meta 4.1)

A meta 4.1 consiste em capacitar, anualmente, 30% dos agentes públicos em competências específicas, observada, preferencialmente, a área de atuação, até 31/12/26. Em 2024, mais de 30.000 servidores haviam sido capacitados em algum curso de interesse da área de atuação do servidor.

Já em 2025, a meta de 30% foi atingida no mês de abril, com 12.939 servidores capacitados, 33,5%. Até o mês de setembro, mais de 22.000 servidores haviam sido capacitados.

Ano	Servidores Capacitados	Meta
2024	30.183	78,10%
2025	22.313	57,75%

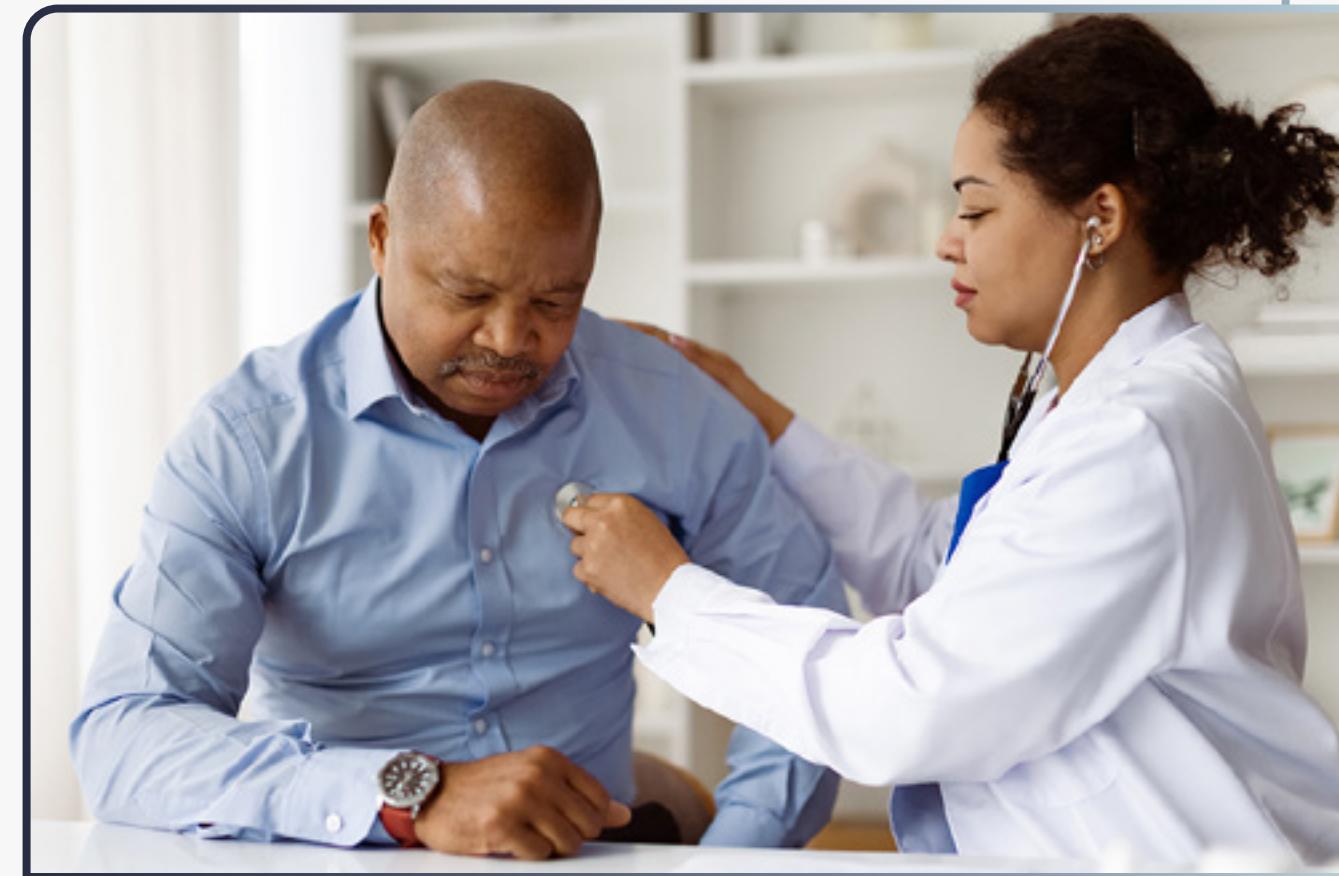
Saúde

Licenças-médicas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Requeridas	753	878	921	922	982	833	805	819	942	-	-	-	7.855
Analisadas	852	822	883	828	1.013	772	845	835	836	-	-	-	7.686
Decorridas de Acidentes de Trabalho	3	1	0	0	1	3	2	2	4	-	-	-	16

Servidores readaptados

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2024	16	14	20	30	16	17	12	12	11	12	6	7	173
2025	9	7	3	7	17	14	14	14	12	-	-	-	97



Perícias em servidores

Servidores	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Regulares	810	815	852	833	1.022	789	840	826	891	-	-	-
Admissionais	292	102	398	345	201	50	148	254	171	-	-	-
Magistrados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Regulares	5	8	10	11	4	2	10	10	4	-	-	-
Admissionais	0	0	0	137	0	0	0	0	0	-	-	-

7.742 Regulares

2.098 Admissionais

Consultas

- Consultas médicas por especialidade:

18.524
Consultas médicas
em 2025



veja mais

- Enfermagem

1.954
Consultas

14.695
Atendimentos

- Consultas médicas por modalidade

12.376
Consultas presenciais

2.851
Teleatendimento

- Número de atestados

1.115
Atestados

11.360

Clínica Geral

838

Ginecologia

3.297

Odontológica

187

Mastologia

2.842

Psiquiatria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

**Secretaria de
Tecnologia da Informação**

A Secretaria de Tecnologia da Informação é responsável por planejar, gerenciar, coordenar e executar ou definir a contratação de prestadores de serviços ou produtos tecnológicos visando atender às necessidades de Tecnologia da Informação e a modernização dos processos de trabalho do Tribunal de Justiça, por meio de gestão única das atividades e desempenho de papel estratégico e de apoio técnico ao Comitê de Tecnologia da Informação e a Comissão de Informática. A STI conduz iniciativas voltadas à modernização de sistemas, à ampliação da infraestrutura tecnológica, à automação de processos e ao fortalecimento da governança de dados. Veja [aqui](#) estrutura completa da Secretaria.

Sistemas Judiciais

39 Projetos concluídos

Projetos Concluídos

■ eproc

Implantação iniciada em março/25. Foram concluídas as competências JEC, Cejusc e Cível para o 1º e 2º Graus e criado módulo único de mandados para o sistema eproc.

■ Integração de sistemas

Foram concluídas as integrações de sistemas de entes externos junto ao eproc, entre os quais o MPSP, a DPESP e a PGESP.

■ Canais unificados

Criação de canais unificados de atendimento ao público externo, entre os quais o novo sistema de certidões TJSP, o formulário de atermação para conciliação pelo Cejusc e a consulta unificada, todos

integrados ao eproc. Disponibilizado também o módulo Jurisprudência para consulta pública a acórdãos e sentenças produzidos no eproc.

■ **Ferramentas facilitadoras**

Migração de autotexto e modelos de documentos pessoais de magistrados e servidores do sistema SAJ para o eproc e de processos do sistema SAJ para o eproc; implantação dos sistemas GRP/Thema para controle e gestão de pagamentos das custas e despesas processuais; Controladoria Digital de Mandados (CDM) para confecção centralizada dos mapas, integrada diretamente aos sistemas SMG e SGF; agendamento de audiências virtuais no Teams diretamente pelo eproc no calendário do coorganizador e demais participantes, com o upload da gravação da audiência de forma automatizada no eproc.

■ Djen e Domicílio Judicial Eletrônico

Integrações Djen e Domicílio Judicial Eletrônico foram implementadas no eproc, com a prática de atos de citação e intimação eletrônicas.

■ Dejesp

Implantado em ambiente de produção em julho/25, o novo Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (Dejesp) substituiu o sistema anterior, Diário de Justiça Eletrônico (DJE), da empresa Softplan. O Dejesp, atual meio de comunicação oficial do TJSP para as matérias de natureza administrativa, permitiu a total adesão ao sistema nacional de publicações de atos judiciais criado pela Resolução CNJ nº 455/20.

■ Plataforma de Editais

Criada e implantada a ferramenta de publicação de matérias administrativas do TJSP no SAJ, com integração para publicação de editais em processos judiciais no Plataforma de Editais do CNJ.

■ Seeu – Sistema Eletrônico de Execução Unificado

A implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu) nas 1^a e 2^a Varas de Execução Criminal de Bauru compreendeu a migração dos processos legados do SAJ, além do desenvolvimento de ferramenta de integração para envio de novos processos de execução.

■ Login AD eproc e SAJ

Login por AD TJSP (AD – Active Directory) nos sistemas eproc e SAJ, permitiu a unificação de dados de acesso dos usuários internos e o uso do multifator de autenticação, trazendo maior segurança e simplificando o acesso.

■ Assinatura em Lote SAJ (Assinatura Assíncrona)

Melhoria no sistema SAJ para reduzir o tempo de assinatura de documentos. No SAJ/PG a redução do tempo de assinatura foi de 12 segundos para 2 segundos por documento. No SAJ/SG, o tempo de assinatura e liberação passou de 14 segundos para 8 segundos por documento.

■ Julgamento Virtual – eproc e SAJ

Adaptação no módulo Julgamento Virtual dos sistemas judiciais eproc e SAJ, em atendimento à Resolução CNJ nº 591/24.

■ Portal de Serviço CNJ - Peticionamento Intercorrente

Integração dos sistemas judiciais eproc e SAJ ao Portal de Serviços do CNJ para recebimento de pe-
tições intermediárias (denominado “peticionamento intercorrente”) por meio da plataforma do CNJ.

■ SICCE - Consulta Centralizada de Endereço

Desenvolvido pela STI 1 em parceria com a fábrica de software, o Sistema de Consulta Centralizada de Endereços – SICCE possibilita ao usuário localizar o endereço já diligenciado com sucesso (carta AR ou certidão de oficial de justiça), aumentando consideravelmente as chances de localização do desti-
natário da citação ou intimação pessoal.

14
Projetos em
andamento

7 + 2 + 5
eproc SAJ eproc e SAJ

■ Projetos em Andamento

■ Execução Fiscal Estadual no eproc

Implantação da Vara de Execuções Fiscais Estaduais no eproc, iniciada em outubro/25. Estão em de-
senvolvimento integrações com os sistemas da Polícia Civil, do STF e do STJ, para envio de recursos
diretamente pelo sistema judicial e com o TSE, para fins de fornecer informações ao Infodip - Sistema
de Informações de Óbitos e Direitos Políticos.

■ Requisitórios e Precatórios

Desenvolvimento de integração para envio de precatórios e RPVs do sistema eproc ao módulo do sis-
tema SAJ utilizado pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos - Depre do TJSP. Foi disponi-
bilizado formulário *on-line* de solicitação de início do requisitório ou precatório às varas de execução
para preenchimento pelo advogado, assim como ocorre atualmente no e-SAJ.

■ FICdep - Formulário de Inserção de Custas e Despesas Pendentes

Formulário web para que o usuário do SAJ consiga preencher manualmente as custas e despesas pen-
dentes do SAJ no sistema GRP, automatizando a cobrança de custas.

■ Assinatura sem certificado digital ICP-Brasil

Assinaturas de documentos produzidos por servidores nos sistemas judiciais a serem realizadas ex-
clusivamente por login e senha, e não mais por certificado digital ICP-Brasil:

- Mudança de padrão, para o modelo de certificado digital ICP-Brasil em nuvem
 - Dispensa do uso de certificados digitais ICP-Brasil pelos servidores, mantendo-se os destinados
aos magistrados, profissionais de Saúde e advogadas do TJSP, totalizando 2.700 certificados em
nuvem - redução de 94% dos certificados contratados e mantidos pelo TJSP
 - Economia de R\$ 23,9 milhões em 5 anos
- Adaptações de sistemas parceiros ao novo formato de certificação em nuvem com conclusão pre-
vista em 2025.

■ Portal de Serviços CNJ – Remessa Digital de Cartas e Declínio de Competência

Integração dos sistemas judiciais eproc e SAJ ao Portal de Serviços CNJ para envio e recebimento de
cartas precatórias e tramitação de declínios de competência, com previsão de implementação em 2025.

Robotização – 2025

76 Robôs divididos em 8 categorias

5.669.690 = 149.000

Inteligência Artificial (IA)

Após a alteração da Resolução CNJ nº 332/20 e a posterior edição da Resolução CNJ nº 615/25, as iniciativas envolvendo IA estão sendo implementadas de forma gradual:

Sistemas Administrativos

56 Projetos concluídos

24 Projetos em andamento

Projetos Concluídos

■ Cédula Funcional Digital de Magistrados (Quadro Ativo e Aposentados)

Solução mobile voltada à geração dinâmica e exportação estruturada da cédula funcional de magistrados em exercício, com requisitos de interoperabilidade, segurança e conformidade com os padrões aprovados institucionalmente para identificação funcional. Disponibilizado por autenticação por login e senha. Portaria CNJ nº 295/25.

■ Sistema de Promoção de Magistrados

- Inclusão de funcionalidades que permitem a inscrição, classificação e efetivação dos processos de promoção e/ou remoção para o cargo de juiz(a) titular coordenador - Resolução nº 939/24
 - Novas regras de estágio aplicáveis às classificações dos concursos de Remoção de Magistrados - Resolução nº 961/25
 - Ranqueamento otimizado das vagas na funcionalidade de Classificação Prévia dos concursos de Promoção e Remoção de Magistrados, com base no primeiro classificado para cada vaga e ajustes no tratamento dos remanescentes, garantindo maior consistência e aderência às regras de movimentação funcional.

- **Co-workspace - Sistema de agendamento e gerenciamento de salas de audiência, gabinetes e estações de trabalhos**

Sistema *on-line* para gestão de estações de trabalho, salas de audiência e gabinetes que permitirão o agendamento do uso de mesas e espaços, especialmente em razão do regime híbrido de trabalho de muitos servidores e do compartilhamento de salas entre unidades.



■ **Implantômetro eproc**

Acompanhamento da evolução da implantação do sistema eproc nas unidades judiciais, por gráficos e mapas com dados atualizados mensalmente sobre processos distribuídos nas 1^a e 2^a Instâncias do TJSP. Página foi desenvolvida, com integração ao Power BI e mapas SVG para visualização dinâmica para garantir transparência e controle sobre a transição do sistema SAJ para o eproc.

■ **Integração de dados com o eSocial**

Para o envio de dados e informações fiscais, previdenciárias e funcionais, de forma digital, ao eSocial da Receita Federal, foi implementada a integração dos dados das Secretarias de Gestão de Pessoas, da Magistratura e de Orçamento e Finanças.

■ **Controle de Inassiduidade**

Sistema para a apuração de inassiduidade (ausências injustificadas) dos servidores do TJSP, com envio automatizado dos dados à SGP 1.3.1, viabilizando a análise e a eventual instauração de procedimento administrativo disciplinar.

■ **Perícias Médicas**

Novo fluxo digital para recurso de posse, permitindo maior controle, rastreabilidade dos processos e automatização do envio de laudos de avaliação (perícias) de deficiência ao Sistema de Histórico Funcional (SHF). Integração do sistema com o módulo de Readaptação para compartilhamento de dados e o acompanhamento dos processos de readaptação funcional.

■ **Dejesp**

Aprimoramentos e melhoria de recursos, principalmente no quesito de integração com os demais sistemas administrativos, incluindo a reformulação da página de consulta pública.

■ **Sistema de Gestão de Processos Administrativos – CPA/SAJ ADM**

Integração GOV.br: Atualização e desenvolvimento de página e aplicações para a e Integração GOV.

br para fins de identificação nos formulários disponíveis para o setor Ouvidoria/SIC e implantação formulário Ouvidoria da Mulher (Portaria nº 10567/25).

■ **Novo Conceito de Fila de Trabalho**

Novo layout e novas funcionalidades para a gestão de processos nos setores. Foi criada a fila exclusiva “Conclusão” para uso dos magistrados, com o objetivo de facilitar o acompanhamento dos expedientes que foram tramitados de forma interpessoal.

■ **Rede de suprimentos**

Automatização do ciclo completo de compras na integração entre o SAJ ADM e os sistemas das empresas fornecedoras de materiais para a Rede de Suprimentos (RDS), desde a emissão de pedidos baseados no histórico de consumo até a obtenção automática dos dados pelas empresas e a entrega para reposição de estoques nas comarcas. Expectativa de automatização de mais de 10 mil entradas anualmente. Implantada a funcionalidade para a emissão de relatório de todos os pedidos de reposição de materiais para identificação das inconsistências.

■ **Sistema Financeiro e Orçamentário – SGF/SAJ ADM**

Mandados - Central Compartilhada: alteração na funcionalidade de cadastro de mandados pagos para adicionar novo campo para indicação se os atos são correspondentes aos mandados registrados no eproc, validando os dados e enviando o lote de pagamento pela SOF. Desenvolvido um web-service para possibilitar a inclusão de registro de valores para mandados pagos de oficiais de Justiça do 1º Grau.

■ **Autorizações de Fornecimento (AF's) e Ordens de Serviço (OS's) ao PNCP**

Transmissão de Autorizações de Fornecimento (AF's) e Ordens de Serviço (OS's) ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

■ **Auxiliares da Justiça**

O Portal de Auxiliares da Justiça foi aperfeiçoado, com vistas ao controle do lançamento de horas trabalhadas pelos Conciliadores.

■ Gerenciamento digital das diligências

Com a desativação do Sharepoint foundation, foi realizada ação de migração dos dados para o Sharepoint on-line, visando a manutenção das ações de gerenciamento das diligências realizadas pelos oficiais de Justiça e seus respectivos pagamentos realizados por meio de módulo no SAJ ADM.

Projetos em Andamento

■ Aprimoramento dos módulos de Gestão de Pessoas em razão do eproc

Criação de gabinetes para lotação de assistentes e demais funcionários para adequar as movimentações ao sistema eproc – sistema SHF – demais competências, conforme cronograma do eproc. Realizada a ativação das unidades e ajustes nos horários de funcionamento, nas jornadas de trabalho dos servidores lotados, na obrigatoriedade do registro de ponto e na concessão de acesso ao aplicativo Frequência Unificada.

■ Módulo de Concurso e Ingresso de Magistrados

Adequações para contemplar as listas de cotistas de Povos Originários e Quilombolas, em conformidade com as diretrizes de inclusão e equidade previstas na legislação vigente, e o registro de notas na 3ª etapa do concurso de ingresso.

■ Equalizador de Dados de Magistrados 2.0

Refatoração da integração de dados com o sistema SAJ ADM, com foco na otimização da performance e na conformidade com as regras específicas de concessão de benefícios aos magistrados.

■ Estagiários

Criação de fluxo de indicação de estagiários pelos magistrados e cadastro de eventuais devoluções de verbas, com a finalidade de regularizar os dados de pagamentos junto ao eSocial.

■ Cadastro de Documentação de Formalização de Demanda (DFD) no módulo de Proposta Orçamentária Setorial – POS/SAJADM

Com o objetivo de agregar informações pré-estabelecidas ao pedido de licitação e ao cadastro de novas necessidades PCA, está em desenvolvimento o cadastro da Documentação de Formalização de Demanda (DFD) no próprio sistema de cadastro da necessidade de compra/aquisição.

■ Certificado Digital Interno para pessoas físicas

Fase final de homologação da implantação do Certificado Digital Interno para assinatura de documentos pelos servidores no AS JADM, por meio de login e senha integrada ao Active Directory (AD).

■ Sistema Eletrônico de Informações – SEI

Plataforma desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) utilizada por tribunais e órgãos públicos para a gestão e tramitação digital de processos administrativos. Implantação no TJSP em fase de testes.

Apoio aos Usuários

■ Conclusão da substituição do Parque Computacional

20.980

Equipamentos entregues
notebooks, desktops, monitores
e dockstations

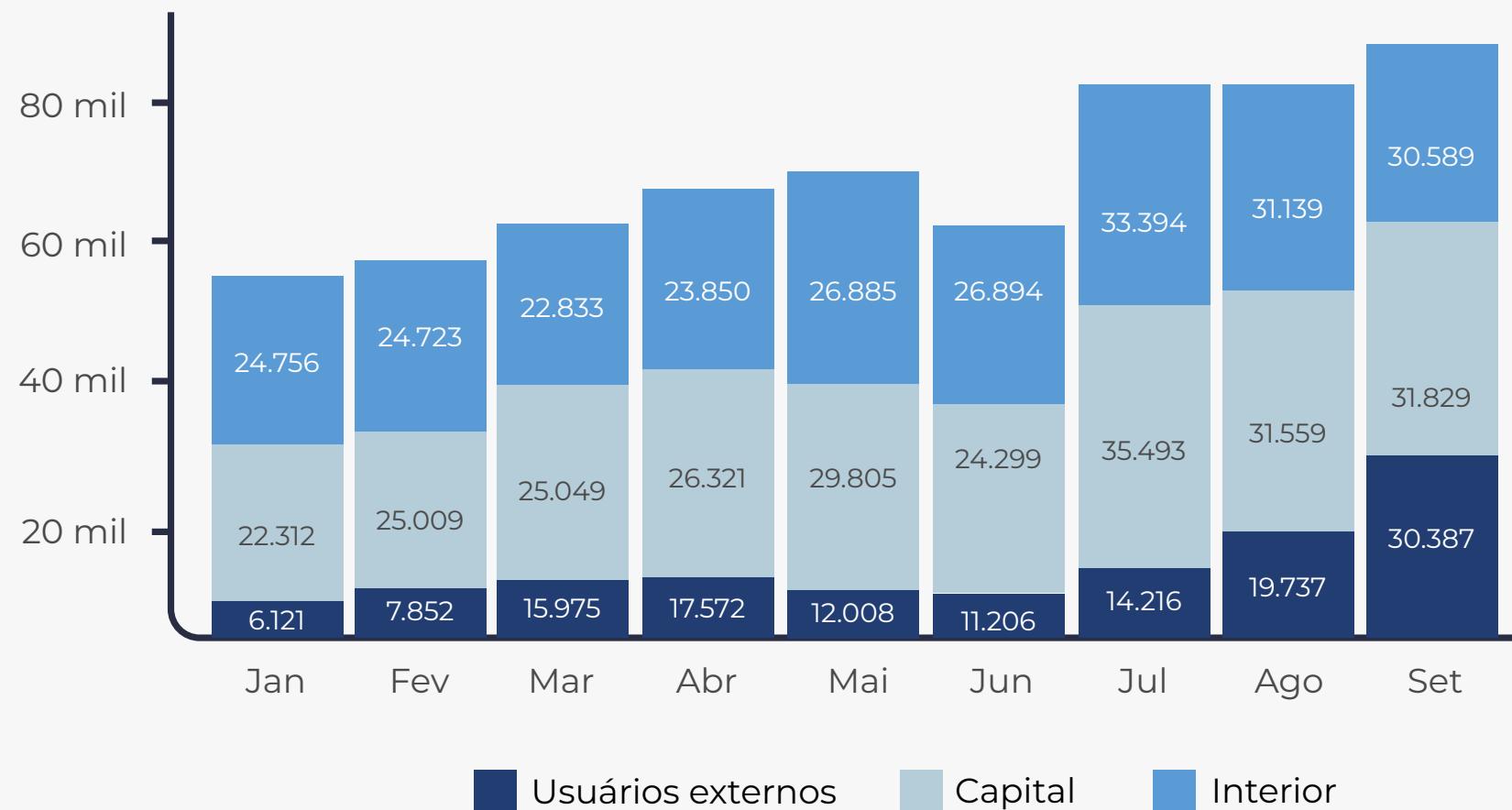
6.400
Computadores

480
Notebooks

13.240
Monitores

860
Dockstations

Chamados Registrados em 2025



631.813

Chamados internos e externos



14.000

Equipamentos disponibilizados
do estoque

■ Implantação do chatbot no Portal eproc e no Portal Nacional do Conhecimento

Destinado a auxiliar os usuários no esclarecimento de dúvidas acerca do novo sistema e no Portal Nacional do conhecimento, possibilitando a consulta personalizada do conteúdo didático.

■ Aquisição de computadores de alto desempenho

299 computadores de alto desempenho para processamento e tratamento de imagens e vídeos.

Controle Operacional e Comunicação de TI

Projetos de infraestrutura crítica, segurança da informação e transformação digital:

- A implantação do sistema eproc;
- A modernização dos ambientes Linux/Red Hat;
- A integração ao Sistema Codex;
- O projeto de Intimações Judiciais via WhatsApp;
- Ações de Segurança da Informação em cooperação com órgãos nacionais;

eproc

O eproc TJSP representa a maior implantação nacional entre os tribunais que adotaram essa solução. A infraestrutura totaliza mais de 400 servidores físicos e virtuais, distribuídos em duas VLANs e hospedados em dois Data Centers institucionais, designados pelas siglas PRD e HLM, interligados por backbone de 40 Gb Ethernet. O Data Center HLM abriga o sistema de automação da justiça (SAJ) e demais workloads de infraestrutura, segurança e serviços corporativos. O Data Center PRD é dedicado integralmente ao eproc e suas dependências técnicas, concentrando os ambientes de produção, homologação e observabilidade do sistema.

Arquitetura e Estrutura de Ambientes

O sistema possui arquitetura monolítica, organizada em quatro ambientes de produção, conforme a competência jurisdicional:

- EPROC 1G: primeiro grau (Cível, Família, Fazenda Pública, Infância e Juventude e Juizados Especiais)
- EPROC 2G: segundo grau, responsável pelas Câmaras e Turmas Julgadoras
- EPROC Criminal: processos penais e execuções penais
- EPROC Execução Fiscal: execuções fiscais estaduais e municipais

Os ambientes de homologação espelham integralmente os de produção, permitindo validação funcional, testes de carga e auditoria de desempenho. Cada ambiente contém, em média:

- 40 a 80 nós de aplicação
- clusters ELK (Elastic Search, Logstash e Kibana) para jurisprudência, DBLog e documentos
- serviços auxiliares (Redis, NFS, Crontab, Download, Keycloak, Ansible, Zabbix, SOLR, FTP, RTF e IA)
- 平衡adores internos e externos em alta disponibilidade
- base em Red Hat Enterprise Linux 8 e MySQL Enterprise 8.

Modernização com Tecnologias Red Hat

A adoção do Linux corporativo (RHEL) e de soluções open source transformou o modelo de gestão de infraestrutura. Em parceria com a empresa Red Hat, foram executados quatro projetos complementares:

- Projeto 1 – Governança do Ambiente RHEL (Satellite)

Atualização do Red Hat Satellite 6.16/6.17, automação de provisionamento, integração com Insights, padronização de erratas e arquitetura em alta disponibilidade.

- Projeto 2 – Autenticação e Identidade Centralizada (IdM)

Implantação do Red Hat Identity Management (IdM) em alta disponibilidade, centralizando autenticação SSO e reforçando a segurança com Kerberos e certificados digitais.

- Projeto 3 – Otimização de Desempenho e Segurança do eproc

Aplicação de patches críticos, ajustes de tuning, integração com Satellite e pré-integração IdM.

■ Projeto 4 – Padronização e Alta Disponibilidade do eproc

Padronização de logs, aprimoramento de auditoria e implementação completa do IAM com IdM integrado.

Com resultado, um ambiente RHEL modernizado, seguro e gerenciável, com redução de incidentes, elevação de desempenho e governança centralizada. A execução envolveu equipes multidisciplinares, com foco em automação, segurança e provisionamento. A nova base Linux/Red Hat proporcionou maior estabilidade, desempenho e confiabilidade, permitindo a expansão segura do eproc em escala estadual.

Integração com o Sistema Codex

A integração do TJSP ao Sistema Codex, plataforma nacional de dados judiciais do CNJ, foi concluída em 2025, assegurando a transmissão automatizada de metadados e documentos processuais do eproc e do SAJ ao repositório nacional.

O projeto foi validado no painel oficial do Codex, apresentando os seguintes resultados em outubro/2025:

Indicador	Resultado Atual	Total de Referência
Fontes de dados implantadas	21	21
Fontes de dados habilitadas	21	21
Processos sincronizados	93,62 %	de 103.058.207 processos
Documentos sincronizados	99,84 %	de 4.055.416.751 documentos

Dada a magnitude do volume processual do TJSP, com centenas de milhares de novos atos e documentos por dia, o alcance de 93,62% de processos e 99,84% de documentos sincronizados representa resultado técnico de excelência, plenamente compatível com a complexidade operacional do Tribunal. A integração fortalece a governança de dados judiciais, assegura interoperabilidade nacional e cria a base tecnológica para futuras aplicações no TJSP.



Sistema de Intimações Judiciais via Whatsapp (ACS)

O Sistema de Intimações Judiciais via WhatsApp, desenvolvido com o uso do Azure Communication Services (ACS), moderniza as comunicações processuais do TJSP, substituindo o AR Digital por solução digital, segura e de baixo custo. Os testes operacionais iniciaram-se em 16/6/25, com unidades-piloto nos Juizados Especiais e nas Varas de Violência Doméstica.

10.815

Mensagens enviadas [16/6 a 8/10/25]

Unidade	Mensagens Enviadas
Foro Regional V - São Miguel Paulista - Ofício de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	1.865
Foro Regional V - São Miguel Paulista - Juizado Especial Cível	1.097
Demais unidades	7.853
TOTAL	10.815

■ Estudo comparativo de Custos (Base 2024 – Juizados Especiais)

Tomando como base o número de ARs Digitais enviados pelos Juizados Especiais do Estado no ano de 2024 e projetando-o para intimações por WhatsApp, verifica-se redução de cerca de 99% nos custos anuais:

Modalidade	Custo Unitário	Volume (804.993)	Custo Total Anual	Redução
AR Digital	R\$ 32,75	804.993	R\$ 26.363.520,75	-
WhatsApp (ACS)	R\$ 0,22	804.993	R\$ 177.098,46	≈ 99,33%

A futura substituição integral do AR Digital por mensagens via WhatsApp representará economia anual superior a R\$ 26 milhões, apenas considerando o recorte dos Juizados Especiais.

■ Custo do Período-Piloto (jun a out/25)

Custos durante o período-piloto das intimações por WhatsApp:

Modalidade	Custo Unitário	Quantidade (10.815)	Total
AR Digital (estimado)	R\$ 32,75	10.815	R\$ 354.191,25
WhatsApp (efetivo)	R\$ 0,22	10.815	R\$ 2.379,30

R\$ 351.811,95

Economia direta

99,33%

Redução percentual

O resultado confirma a redução drástica dos custos de comunicação judicial, mantendo rastreabilidade, controle e conformidade técnica.

- Mensageria gerenciada pelo Azure Communication Services, com autenticação, logs e dashboards.
- Registro automático de status de envio e entrega.
- Estrutura escalável para expansão gradual às demais unidades jurisdicionais.

Segurança da Informação

A STI atuou em conjunto com órgãos de segurança nacionais no fortalecimento das ações de proteção cibernética (ETIR-CNJ e CTIR GOV / DSIC):

- Redefinição de senhas dos e-mails corporativos vinculados à PDPJ, garantindo a ativação do MFA
- Revisão do controle da credencial gov.br
- Restabelecimento de credenciais somente após validação do Gestor Regional
- Pesquisa detalhada nos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e BNMP
- Relato formal de casos conforme a Portaria CNJ nº 186/24
- Atendimento a solicitações do CTIR Gov, órgão subordinado ao Departamento de Segurança da Informação e Cibernética (DSIC/PRODESP), resultando em 284 contas analisadas
- Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) habilitado para 71.264 usuários (funcionários e terceiros), em abril/25, atendendo à Resolução CNJ nº 140/24
- Monitoramento comportamental proativo implementado sobre 43.858 contas do TJSP, com alertas automatizados de anomalias e reforço contínuo da política de segurança

Governança de TI

Criação de área especializada em procedimento de contratação direta e por licitação e em negociação e gestão contratual, unificação das áreas de gestão de dados e painéis de Business Intelligence (BI) e reforço das áreas de projetos, governança, capacitação, serviços e fluxos de trabalho.

Contratações

12

Finalizadas

9

Em andamento

Prorrogações/Aditamentos

9

Finalizadas

8

Em andamento

Cooperações

35

Finalizadas

4

Em andamento



R\$ 96.810.025,54

De economia em negociações diretas com empresas em 2025



[veja mais](#)

Banco de Dados e BI

11 **Projetos concluídos**

2 **Projetos em andamento**

■ Painel BI Corporativo – Dicoge

Voltado à apresentação de indicadores e estatísticas corporativas, incluindo o monitoramento dos atos praticados pelos cartórios extrajudiciais – 95% concluído.

■ Painel BI Corporativo – EPM

Desenvolvido para a Escola Paulista da Magistratura, com foco na gestão estatística e acompanhamento histórico de indicadores institucionais – 90% concluído.

■ Painel BI Departamental – Depre

Monitoramento das publicações e intenções de pagamento de precatórios, otimizando a visualização e gestão das informações – 100% concluído.

■ Painel BI Departamental – Numopede (versão 2)

Acompanhamento de concentração de casos novos por advogado, média de casos por autor e taxa

de crescimento mensal de novos casos, permitindo análises comparativas e evolução temporal – 100% concluído.

■ Painel BI Departamental – ILM

Validação e monitoramento das informações de contas do AD, atualizadas diariamente conforme a base de dados SGP – 100% concluído.

■ Painel BI Departamental – Posse

Gestão dos registros de posse de servidores da Capital e do Interior, com visão consolidada e indicadores de movimentação funcional – 100% concluído.

■ Painéis BI Departamental – Colégio Recursal eproc

Contabilização de dados da base eproc – desenvolvimento 100% concluído, em validação pela área de negócio:

- recursos não originários distribuídos por gabinete
- embargos de declaração peticionados por gabinete
- decisões colegiadas (acórdãos) proferidas por gabinete
- decisões monocráticas terminativas proferidas por gabinete
- processos suspensos por gabinete
- despachos proferidos pela Presidência do Colégio
- recursos originários distribuídos por gabinete

Dados BI – TJSP

- Média de acessos aos painéis internos: 15.000 acessos mensais (últimos 12 meses)
- Média de acessos aos painéis externos: 8.000 acessos mensais (últimos 12 meses)
- Número de usuários distintos: 10.771
- Média de acessos diários: 510 (últimos 12 meses)
- Média mensal de cargas monitoradas: 1.300

Projetos em andamento

■ Projeto Execução Fiscal Eficiente

Melhorias técnicas para racionalizar e melhorar a tramitação das execuções fiscais no TJSP, garantindo eficiência e segurança jurídica no tratamento da matéria tributária.

Resultados

- Mais de 350 intervenções no banco de dados do SAJPG5, para extrações de listagens de processos e execução das ações de saneamento, extinção, baixa e migração.
- Mais de 7 milhões de execuções fiscais extintas e baixadas, sendo que cerca de 4 milhões foram realizadas via banco de dados e 3 milhões diretamente pelos usuários das unidades.
- Mais de 500 mil execuções fiscais migradas via banco de dados das SAFs e SEFs extintas para o Núcleo 4.0.
- Cerca de 50 mil processos em tratamento para extinção e baixa.

■ Saneamento [DataJud](#) – Portaria CNJ nº 160/20

Aprimorar a qualidade dos dados encaminhados ao DataJud, com foco na análise da tabela de correspondência (“de-para”) entre as movimentações reconhecidas pelo CNJ e as utilizadas pelo TJSP – **75% concluído.**

Resultados obtidos até o momento

- 99,81% de movimentos válidos
- 99,89% de movimentos com complementos válidos

■ Intervenções via banco de dados

Ações de migração de dados decorrente da criação, especialização ou extinção de Varas, bem como de saneamento de dados nos sistemas do TJSP são realizadas por meio de intervenções em banco de dados:

- 22 migrações concluídas e 9 em andamento
- 18 saneamentos concluídos e 3 em andamento
- Total de 6.026.524 processos afetados até o momento



veja mais

Catálogo de Serviços

Novos serviços de Help Desk:

eproc

Público interno

- eproc 1º Grau e Colégio Recursal
- eproc 2º Grau
- Infoeproc

Público externo

- eproc Público Externo
- eproc - Integração MNI 3.0
- eproc - Cadastro da Entidade Conveniada / Representante

eproc Serviços

público interno específico

- Criação de novas unidades no eproc
- Homologação de Versão ou Funcionalidade do eproc
- Testes_Funcionalidades eproc

SGP

- SGP – Aposentados/Ex-Servidores/Pensionistas (público externo)
- SGP – Estágio (público interno e externo)
- SGP – IAMSPE (público interno)
- SGP – Teletrabalho (público interno)
- Inclusão de funcionários - Sistema de Intimações Judiciais (SIJ) via WhatsApp
- Solicitação de auditoria – Sistema de Intimações Judiciais (SIJ) via WhatsApp
- TJSP – App Mobile
- TJSP – Portais/Sistemas/App Mobile – Estou com problemas
- TJSP – Sistemas Institucionais
- Projeto Execução Fiscal Eficiente

- Projeto Execução Fiscal Eficiente - Recursos

- Contagem de Pontos por Função;

- Contagem da Fábrica de Métricas

- Contagem Inicial de PPF

- Contagem Final de PPF

- Sistema – Controladoria Digital dos Mandados

- Integração de sistemas de Service Desk

Gestão de Mudanças (módulo exclusivo da STI na ferramenta de ITSM)

- Templates de Gmud eproc para as equipes de Dev e Infra

Capacitação STI

- Contratação da plataforma Udemy e respectivas montagens de trilhas de aprendizado por diretria especializada - 90 usuários contemplados com licença de uso
- Monitoramento/Treinamento/Apoio/Acompanhamento e extração de relatórios

Centro de Excelência (CdE) - Mapeamento e Modelagem de Processos de TI

38 **Processos**
[abr-set/25]



[veja mais](#)

eproc (parceria CdE/Deplan)

4 **Processos entregues**
[fev-mar/25]



[veja mais](#)

17 **Processos em mapeamento e confecção de documentação** [até 21/12/25]



**Secretaria de
Governança de Sistemas**

Criada pela [Portaria nº 10.547/25](#), a Secretaria de Governança de Sistemas (SGS) atua de forma articulada junto às demais secretarias do Tribunal, com o objetivo de aperfeiçoar a governança, assegurar a integração entre o 1º e o 2º Graus, fortalecer a autonomia tecnológica, promover a adoção de boas práticas e consolidar o melhor uso do sistema eproc por toda a jurisdição. Sua estrutura reúne áreas responsáveis pela implantação do sistema, suporte ao público interno e externo, curadoria, gestão de demandas e inovação. Veja [aqui](#) a estrutura completa da Secretaria.

TJSP + eproc

O projeto, que visa à implantação do sistema eproc em todas as unidades judiciais de 1º e 2º Graus, representa o eixo central das ações da SGS e constitui a principal frente de modernização processual do TJSP. A iniciativa tem como propósito assegurar a implantação gradual e sustentável do sistema, garantindo a integração entre áreas técnicas e negociais.



O Tribunal de Justiça de São Paulo vem promovendo, ao longo das últimas décadas, um amplo processo de modernização institucional orientado pela adoção de sistemas eletrônicos de tramitação processual. Em 2006, foi implementado o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), em todas as unidades judiciais. Posteriormente, o Plano de Unificação, Modernização e Alinhamento (Puma) digitalizou 42% das unidades em 18 meses, migrou 60 milhões de processos e capacitou mais de 52 mil servidores, estabelecendo a base tecnológica que sustentaria as etapas seguintes.

Com a publicação da [Resolução CNJ nº 335/20](#), os Tribunais passaram a adotar sistemas públicos de tramitação processual. O TJSP, então usuário do SAJ, elaborou plano de migração acompanhado pelo CNJ (CUMPRDEC nº 0003440-96.2021.2.00.0000).

Nesse contexto, foi escolhido o Sistema de Processo Eletrônico (eproc), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), cuja implantação bem-sucedida em Tribunais Estaduais, como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC),

comprovou sua robustez e adaptabilidade, além de ser o sistema judicial com maior índice de satisfação entre os usuários (78,3%).

Planejamento

A fase de planejamento compreendeu a definição de estratégias, metas e frentes de trabalho voltadas à implantação do eproc, além da preparação das equipes responsáveis pela condução das ações técnicas e negociais. Essa etapa foi decisiva para garantir que a execução ocorresse de forma coordenada, com monitoramento contínuo dos resultados e alinhamento entre as áreas envolvidas. O trabalho contou com a participação direta de representantes de todas as Secretarias do TJSP, além do engajamento de unidades judiciais em processos de validação e homologação.

Frentes de Trabalho

A execução do projeto eproc foi organizada em frentes de trabalho específicas, responsáveis por coordenar as dimensões técnica, negocial, de suporte e capacitação. Essa estrutura favoreceu a divisão de responsabilidades, o acompanhamento simultâneo das entregas e a padronização dos processos.



[veja mais](#)

O modelo de frentes de trabalho permitiu a gestão colaborativa das atividades e consolidou uma rotina de cooperação entre as equipes envolvidas, totalizando mais de 1.800 horas de reunião.

Multiplicadores

A criação do programa de multiplicadores representou um marco na implantação do eproc, ao estabelecer uma ampla rede interna de apoio e compartilhamento de conhecimento entre servidores. O objetivo foi criar uma estrutura colaborativa capaz de auxiliar na transição de sistemas, na disseminação de orientações e no incentivo ao uso qualificado do eproc nas unidades judiciais.



Os integrantes atuam como pontos de referência locais, apoiando colegas em dúvidas e sugestões sobre o uso do sistema. Embora não exerçam funções de capacitação formal nem de suporte técnico, ambos disponibilizados institucionalmente aos usuários, os multiplicadores desempenharam papel importante na integração das equipes e na circulação de informações durante o processo de implantação.

Os participantes tiveram acesso antecipado ao sistema, participaram de aulas *on-line* exclusivas e integram grupo dedicado no Microsoft Teams, voltado à troca de informações e experiências práticas.

A adesão à rede ocorreu de forma espontânea e voluntária, por meio de inscrição aberta a todos os servidores interessados. Atualmente, a rede reúne mais de 5 mil multiplicadores, distribuídos em mais de 20 salas temáticas, nas quais são debatidas diferentes competências e práticas relacionadas ao eproc.

Capacitação

As ações de capacitação desempenharam papel central na implantação do eproc, assegurando que magistrados, servidores e colaboradores dominassem as funcionalidades do sistema e compreendessem as mudanças de fluxo decorrentes da migração. Foram elaborados treinamentos padronizados, acessíveis e alinhados às necessidades de cada público, com materiais didáticos específicos para diferentes perfis de usuários, contemplando desde operações básicas até o uso avançado de funcionalidades, automações e painéis. As capacitações foram realizadas de forma remota e assíncrona, o que possibilitou alcançar todas as RAJs e garantir a participação de servidores de unidades já implantadas e em fase de implantação.

Além dos cursos voltados ao público interno, o TJSP contribuiu com o Portal Nacional de Conhecimento do eproc, primeira iniciativa colaborativa de compartilhamento de conteúdo entre tribunais que utilizam o sistema. A participação do TJSP nesse ambiente marca a primeira contribuição do Tribunal para a comunidade nacional do eproc, reforçando seu papel ativo na governança compartilhada e na difusão de boas práticas.

Implantação

A estratégia de implantação do eproc foi definida de forma colaborativa, a partir de análises técnicas e negociais que orientaram a priorização por competências e regiões administrativas. O plano foi estruturado com base nas diretrizes de implantação e no levantamento conjunto realizado pelas equipes da SGS e das áreas parceiras.

O modelo adotado para as unidades de Primeiro Grau caracterizou-se pela condução 100% remota

das implantações, possibilitada pelo uso intensivo de tecnologias de comunicação e ferramentas de acompanhamento. Essa metodologia viabilizou o atendimento simultâneo de diversas unidades em todo o estado e a execução de uma implantação em massa, garantindo apoio a todas as unidades, mesmo com equipe reduzida. A cada duas semanas, um grupo de comarcas recebe apoio por meio de salas virtuais para simulação e esclarecimento de dúvidas, com todo o conteúdo gravado; interação via chat; atendimento via balcão virtual; apoio de inteligência artificial para orientação automatizada sobre funcionalidades do sistema.

Referente à implantação do sistema eproc no 2º Grau, considerando as particularidades do trabalho nos gabinetes e a importância de garantir estabilidade na tramitação dos primeiros recursos, foi adotado um modelo com foco em oferecer condições seguras para a adaptação ao novo sistema. Foram realizadas visitas técnicas aos gabinetes, reuniões de alinhamento e acompanhamento direto da primeira distribuição, o que permitiu ajustes pontuais e respostas rápidas às necessidades identificadas pelos gabinetes.

O amadurecimento desse modelo de implantação levou ao reconhecimento nacional da expertise paulista na governança do eproc, abrindo espaço para novas formas de cooperação interinstitucional, como, por exemplo, o convite para ser tribunal orientador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que inicia este ano a sua implantação no eproc.

Em pouco mais de 6 meses de projeto, cerca de 1.600 unidades judiciais de primeiro e segundo graus haviam sido implantadas no TJSP.

Supporte

Finalizado o ciclo de implantação, o atendimento aos servidores e magistrados passa a ser de responsabilidade da área de suporte. Diferentemente do modelo adotado no sistema legado (SAJ), o suporte ao sistema eproc passa a ser realizado por servidores do TJSP, consolidando um marco na redução da dependência tecnológica de fornecedores externos. Essa internalização das atividades representou não apenas uma mudança operacional, mas também uma evolução estratégica, ao transferir para dentro do Tribunal o domínio técnico e funcional sobre o sistema.

O principal desafio foi aprimorar o conhecimento das equipes em um curto espaço de tempo, garantindo atendimento eficaz a magistrados, servidores e usuários externos durante as etapas de implantação. Diante disso, foram promovidas oficinas de “brainstorming”, encontros voltados à troca de experiências e à construção coletiva de soluções, que favoreceram o aprendizado prático e a padronização das orientações prestadas.

As oficinas funcionaram como espaço estruturado de diálogo entre as equipes de suporte e implantação, permitindo discutir fluxos, propor melhorias e consolidar entendimentos. Esse modelo colaborativo contribuiu para o desenvolvimento rápido da expertise necessária.

A atuação contou ainda com o apoio dos orientadores, que auxiliaram na análise de situações e na validação de soluções, fortalecendo o elo do TJSP com outros tribunais que utilizam o eproc.

Vale ressaltar que todas as informações coletadas pelo suporte passam por mineração interna de dados para orientar planejamento futuro de implantação e até mesmo eventuais evoluções necessárias do sistema, a serem propostas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo ao comitê de governança nacional do eproc, coordenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Migração

A etapa de migração de processos consiste na transição gradativa dos processos em andamento no SAJ para o novo sistema. O migrador utilizado foi originalmente desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e aprimorado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP, incorporando ajustes de desempenho, rastreabilidade e controle de integridade das informações processuais.

Importante ressaltar que o projeto foi estruturado em fases: inicialmente, a implantação do eproc, que possibilitou o recebimento de novos processos, e, em seguida, a migração dos processos em andamento. Esse modelo garantiu estabilidade ao sistema e permitiu o acompanhamento técnico próximo durante as transferências.

Os projetos-piloto foram conduzidos na UPJ dos Juizados Especiais Cíveis de Campinas, na 1ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital e na Comarca de Pilar do Sul, que serviram como referência para a

definição de parâmetros técnicos e validação das etapas. O modelo de migração da competência “JEC” encontra-se em fase de expansão de forma escalonada para todas as regiões administrativas.

No 2º semestre/25, a SGS promoveu a execução de projetos-piloto de migração em varas cíveis, com o objetivo de preparar o Tribunal para a próxima etapa de transição do sistema. As ações contemplaram a UPJ das 11ª a 15ª Varas do Foro Cível Central, a UPJ das 1ª a 4ª e 16ª Varas Cíveis do Foro Regional de Santo Amaro e a UPJ das 9ª a 12ª Varas Cíveis da Comarca de Guarulhos, escolhidas por representarem competências de elevado volume processual. Nesta fase de execução do projeto, foram avaliados diferentes formatos de migração, com suspensão de prazos, sem suspensão e híbrido, permitindo definir o modelo mais seguro e sustentável para aplicação em larga escala. Até 31/10/25, mais de 50 mil processos foram migrados para o sistema eproc, abrangendo cerca de 40 unidades judiciais.

Gestão de Demandas

A gestão de demandas e implementação de melhorias no sistema eproc foi estruturada em conformidade com os princípios definidos pela Portaria TRF4 nº 487/24 que disciplina a governança colaborativa do sistema entre os tribunais usuários.

Com base nesse modelo, o TJSP elaborou minuta de portaria própria, atualmente em fase de consolidação, que tem como foco regulamentar o fluxo interno de recebimento, análise e encaminhamento das propostas de aprimoramento do sistema. O objetivo é garantir controle, transparência e alinhamento entre as áreas técnicas e negociais antes da submissão das sugestões ao comitê nacional do eproc. O fluxo em elaboração prevê a atuação integrada de três agentes:

- Núcleo Técnico, responsável pela análise de viabilidade tecnológica e de impacto sistêmico;
- Núcleo Negocial, encarregado de avaliar a pertinência funcional e a aderência das propostas às rotinas judiciais;
- Comitê Interno de Governança, que delibera sobre o encaminhamento das demandas ao comitê nacional, conforme as diretrizes estabelecidas pelo TRF4.

A SGS está conduzindo o detalhamento do fluxo e dos critérios de priorização, que serão submetidos à apreciação institucional após a conclusão dos trabalhos.



Essa nova metodologia permitirá padronizar o tratamento das propostas, reduzir retrabalho e fortalecer a integração entre os setores envolvidos na manutenção e evolução do eproc, para que reflitam as necessidades reais das unidades judiciais e dos usuários finais.

Curadoria

A curadoria do sistema eproc tem como objetivo garantir a coerência e a padronização no uso do sistema, assegurando que todas as orientações, manuais e procedimentos reflitam as melhores práticas de utilização. A atuação da SGS nesse eixo está voltada a fortalecer o papel do Tribunal de Justiça de São Paulo como guardião dos princípios do eproc, assegurando que as decisões técnicas e funcionais estejam alinhadas aos parâmetros de governança nacional definidos pela comunidade eproc.

Entre as ações, destacam-se:

- Padronização das orientações repassadas às unidades judiciais;
- Apoio técnico e funcional às áreas de suporte, implantação e capacitação;
- Revisão e atualização de materiais oficiais, como manuais, roteiros e guias de boas práticas;
- Criação da base de conhecimento do eproc, destinada à consolidação das informações e respostas padronizadas para uso interno e externo.

Indicadores

O monitoramento dos indicadores de implantação e operação do eproc permite mensurar a efetividade das ações e acompanhar a consolidação do sistema em todo o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Unidades e Competências Implantadas

Competências Implantadas

	Unidades
JEC, Cível, Registros Públicos, Falências e Recuperações Judiciais, Empresarial, Conflitos relacionados à Arbitragem, Núcleo Especializado de Justiça 4.0 – Direito Marítimo e respectivas unidades de Segundo Grau	1.248
Anexos Juizados	36
Colégio Recursal	1
Cejusc	263
Postos Cejusc	52
TOTAL	1.600

Unidades Implantadas por mês

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2025	-	-	5	439	79	168	48	342	501	18	-	-

Processos Distribuídos

638.000

Processos distribuídos

[out/25]

626.000

1º Grau

12.000

2º Grau

217.592

Advogados (OAB)

157.779

Empresas

5.649

Ministério Público

Usuários Externos

381.020

Usuários cadastrados

[out/25]

Atendimentos Balcão Virtual

Durante a implantação do eproc, o balcão virtual tem se consolidado como canal de atendimento direcionado ao público interno, magistrados e servidores. Até 31/10/25, foram contabilizados cerca de 1.100 atendimentos realizados por meio desse recurso.

Horas Atendimento de Implantação

As horas de atendimento de implantação representam o tempo dedicado pela equipe da SGS a atividades diretamente ligadas à transição para o eproc, como orientações, treinamentos, acompanhamento remoto e suporte presencial às unidades. Esse indicador reflete o investimento de esforço e dedicação empregados para assegurar que a utilização do novo sistema ocorra de forma organizada e segura.

Até 31/10/25, foram registradas cerca de 2.900 horas, incluindo videoconferências e atendimentos de balcão virtual.

Perguntas e Respostas (P&Rs)

A implantação foi conduzida integralmente no ambiente Microsoft Teams, plataforma que permitiu a realização de encontros simultâneos com centenas de participantes de diferentes regiões do Estado. Essa metodologia viabilizou a condução de um modelo 100% remoto de implantação, com registro em tempo real das interações e dúvidas apresentadas pelos usuários.

Durante as sessões, as perguntas encaminhadas por magistrados e servidores foram respondidas pela equipe SGS no próprio chat da reunião, sendo posteriormente catalogadas como "P&Rs". Esse processo garantiu o registro sistemático das dúvidas mais recorrentes, transformando o espaço virtual em uma base contínua de aprendizado colaborativo.

Até 31/10/25, foram registradas mais de 3 mil perguntas respondidas por chat (P&R) - 1º e 2º Graus. O volume expressivo de interações demonstra o alto nível de engajamento das unidades judiciais e confirma a relevância desse espaço como canal de esclarecimento rápido, acessível e participativo.

Visitas Realizadas - 2º Grau

Com o avanço da implantação nas unidades de Primeiro Grau, os primeiros recursos foram distribuídos no eproc de Segundo Grau. Diante desse cenário, foram disponibilizadas visitas técnicas online

ou presenciais aos gabinetes de desembargadores(as) e juízes(as) substitutos(as) em 2º Grau. De 23 de julho a 31 de outubro/25, foram registradas mais de 550 visitas, com foco no acompanhamento da primeira distribuição de recursos ou para esclarecimento de dúvidas em geral.

Suporte

■ Chamados Recebidos – Até 31/10/25, em um período de 146 dias de operação, a SGS recebeu 42.216 chamados, assim distribuídos:

42.216

Chamados

[out/25]

25.048

Público Externo

17.168

Público Interno

■ Chamados Atendidos

16.169

Público Interno

22.898

Público Externo

Público	Atendidos (%)	Em atendimento (%)
Externo	91,43%	8,57%
Interno	94,18%	5,82%

- Tempo Médio de Atendimento dos Chamados – até 31/10/25, o tempo médio de atendimento consolidado foi de 21,6 horas. Segmentado por público, observa-se:

21,1h
Público Interno

25,2h
Público Externo

Infoprocs

Os Infoprocs representam um esforço de padronização e sistematização de orientações para magistrados, servidores e usuários externos. São guias práticos, com linguagem simples e intuitiva, com boa aceitação visual, que consolidam dúvidas recorrentes, instruções de uso e boas práticas no manejo do sistema.

Até 31/10/25, foram elaborados 76 Infoprocs, já disponibilizados no site do TJSP, e realizadas 67 atualizações em razão de mudanças em normativos ou funcionalidades do eproc.

Para centralizar e facilitar o acesso a esse conjunto de informações, o TJSP criou uma página institucional dedicada ao [eproc](#). O espaço reúne, em um único ambiente, manuais, cronogramas, campanhas, Infoprocs, materiais de capacitação, perguntas frequentes e o Implantômetro, além de canais de suporte para o público interno e externo e notícias atualizadas sobre o andamento do projeto.

Automações Disponibilizadas

Foram criadas mais de 400 regras nas lotações de unidades judiciais já em funcionamento. Essas regras estão distribuídas entre as diversas unidades implantadas, sejam Juizados, Cejuscs ou Varas Cíveis.

Além disso, cerca de 120 regras foram desenvolvidas, destinadas aos fluxos iniciais e comuns do 1º e do 2º Graus, para que possam ser importadas por gabinetes, cartórios e demais setores correlatos.



Projetos em andamento

Projeto Gaia – Assistente

A Gestão Avançada de Inteligência Artificial (Gaia) é uma plataforma desenvolvida pelo TJRS e compartilhada de forma colaborativa para integração ao sistema eproc. No TJSP, o projeto está sendo conduzido como uma iniciativa conjunta da SGS, STI e SJ, estruturando um modelo para adoção responsável de soluções de inteligência artificial no apoio às rotinas judiciais. A plataforma oferece suporte a magistrados e servidores por meio de funcionalidades que auxiliam na análise processual, automação de tarefas e disponibilização de informações de maneira ágil e confiável.

- Objetivo – implantar a Gaia Assistente como primeira entrega da plataforma, com foco na emissão de resumos processuais. Paralelamente, avaliar outras funcionalidades e modelos de inteligência artificial que possam ser incorporados futuramente, de forma planejada e institucionalmente alinhada.

- Status – a implementação da Gaia Assistente está em andamento como entrega inicial do projeto, sendo implantada em algumas unidades de primeiro e segundo graus. Outras funcionalidades e modelos de IA permanecem em fase de avaliação e poderão ser incorporados em gestões futuras.

Pessoas Automatizadoras

A Curadoria das Pessoas Automatizadoras foi instituída a partir da Portaria nº 10.592/25, que regulamenta a gratificação aos servidores designados para desenvolver automatizações no sistema eproc. A criação dessa política reconhece o protagonismo das unidades cartorárias na transformação digital do Tribunal, estabelecendo parâmetros claros para apoiar e acompanhar o desempenho dos servidores designados.

- Objetivo – consolidar um modelo de atuação das pessoas automatizadoras que assegure a efetividade das automatizações implantadas, reduza desigualdades de desempenho entre unidades e garanta transparência nos critérios de manutenção da gratificação. O projeto busca fortalecer a cultura de inovação cartorária e ampliar o uso estratégico das funcionalidades do eproc.

- Capacitação – A capacitação contínua constitui eixo fundamental da proposta. O programa combina

formação inicial, reforço periódico e criação de uma comunidade de prática. Os formatos previstos incluem:

- Vídeo explicativo: instruções padronizadas para preenchimento do “Relatório Zero”;
- Reuniões iniciais: reuniões de alinhamento conforme designado – bimestrais;
- Workshops de conteúdo: disponibilizados no Moodle, com registro de visualização;
- Fórum de dúvidas: espaço permanente no Moodle para perguntas e troca de experiências;
- Oficinas pontuais: aplicadas quando identificada necessidade de estudo de caso ou aprofundamento.

O apoio técnico na modelagem de fluxos será prestado pela Deplan, em articulação com a SGS. A SGP apoiará a coordenação das capacitações, evitando sobreposição de conteúdos e integrando com programas de formação existentes.

■ Relatórios – a avaliação da atuação das pessoas automatizadoras será realizada por meio de relatórios padronizados, que constituem a base documental para acompanhamento da evolução das unidades:

- Relatório Zero: diagnóstico inicial da unidade, entregue até 45 dias após a designação, registrando a “fotografia” do ponto de partida;
- Relatórios Periódicos: utilizados para mensurar avanços, identificar gargalos e subsidiar decisões sobre a manutenção da gratificação.

Esse sistema de relatórios garante comparabilidade entre unidades e fornece dados objetivos para decisões administrativas.

■ Status – o projeto foi iniciado no âmbito da gestão 2024/2025, com definição de diretrizes, materiais e cronograma. Contudo, a primeira avaliação formal, prevista na forma de relatório consolidado após seis meses de execução, está programada para ocorrer apenas em 2026.

Manual “Automatizar é Preciso”

O manual “Automatizar é Preciso” foi elaborado a partir das necessidades identificadas nas fases iniciais da implantação do eproc. Nessas etapas, observou-se que muitas unidades tinham dúvidas recorrentes sobre a utilização da ferramenta de automação, especialmente em relação à criação de localizadores, classificadores de conteúdo e modelos de minuta.

Para superar essas dificuldades, foram reunidas experiências práticas de servidores e magistrados, consolidando-as em um material de fácil consulta. O documento alia conceitos teóricos a exemplos aplicáveis no dia a dia, com a função de servir como referência institucional, garantindo que as unidades tenham acesso a orientações uniformes e atualizadas sobre como utilizar as automações de forma estratégica e segura.

■ Objetivo – fornecer orientações práticas e detalhadas para a criação de regras de automatização no eproc, apoiando as unidades cartorárias na execução de suas atividades cotidianas com maior eficiência e padronização.

O material busca simplificar e desmistificar o processo de automatização, oferecendo exemplos concretos e catálogos de regras que sirvam como referência aplicável. Ao cumprir esse papel, contribui para a transição segura ao eproc, reduz esforços manuais e auxilia na construção de soluções que impactam diretamente a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional.

■ Escopo – o manual organiza seu conteúdo em diferentes eixos:

- Conceitos fundamentais: explicação detalhada sobre localizadores, classificadores por conteúdo, modelos de minuta e preferências, destacando a importância de cada um para a configuração correta de regras;
- Catálogo de regras: conjunto de exemplos práticos que ilustram como as automatizações podem ser aplicadas em rotinas essenciais, como citação, intimação, trânsito em julgado, manifestações e pesquisas de bens;
- Capítulo específico para UPJs Cíveis: apresentação de cerca de 30 regras estruturadas para o “Fluxo Comum – UPJs Cíveis”, que servem como referência padronizada para as unidades dessa competência.

Além de listar os elementos, o manual explica como cada regra se insere nos fluxos processuais e quais benefícios pode gerar. O escopo, portanto, vai além de instruir tecnicamente: procura criar um padrão institucional para o uso das automações, assegurando consistência entre diferentes unidades e reduzindo divergências na execução das atividades cartorárias.

- *Status* – o material foi publicado e encontra-se disponível para utilização pelas unidades.

Fluxo Básico 1G E 2G

A implantação do eproc exigiu a criação de materiais que pudessem orientar as unidades na reorganização de seus trabalhos. Para atender a essa demanda, foram desenvolvidos os fluxos básicos, que funcionam como guias metodológicos e oferecem um ponto de partida seguro e padronizado para utilização do sistema.

A proposta foi elaborada de forma multidisciplinar, com base em rotinas já testadas e estruturadas em diferentes unidades, permitindo que o conteúdo pudesse ser facilmente adaptado conforme a realidade de cada setor.

■ **Objetivo** – oferecer às unidades judiciais um ponto de partida estruturado, didático e prático para a adaptação ao sistema eproc, por meio de fluxos testados e padronizados que organizam etapas, localizadores e regras de automação. O objetivo é garantir que cada unidade disponha de um guia inicial seguro, capaz de ser adaptado às suas rotinas específicas, sem perder a consistência institucional necessária para a governança do projeto.

A iniciativa também busca criar uma base comum de conhecimento e prática, assegurando maior clareza no trabalho cartorário, redução de erros e ampliação da eficiência operacional.

■ **Escopo** – o material contempla as linhas de fluxos:

- **Fluxo Comum – UPJ Cível (1G)**: apresenta subfluxos voltados a etapas essenciais do processo, como peticionamento inicial, arresto e bloqueio, citação e intimação, manifestação, pesquisas de bens e endereços, cumprimento e trânsito em julgado. Cada um desses subfluxos é descrito com orientações claras sobre como configurar localizadores, preferências e regras;

- **Fluxo Comum - Execuções Fiscais (1G)**: fluxo auxiliar desenvolvido para atender às especificidades das varas de execuções fiscais, contemplando suas particularidades procedimentais;



- **Fluxo Inicial Privado – 2º Grau (2G)**: direcionado a gabinetes, UPJs e DRTS, inclui localizadores de sistema, comunicação interna, preferências, gestão do acervo e instruções para importação de regras de automação. Esse fluxo aborda também a tramitação em gabinete e julgamento, consolidando práticas de segunda instância;
- **Fluxo Inicial Público – 2º Grau (2G)**: elaborado de forma a contemplar as particularidades inerentes à tramitação de processos de direito público no segundo grau de jurisdição.

O escopo dos fluxos não se limita a indicar etapas técnicas: eles foram pensados para servir como base de planejamento de trabalho das unidades, orientando a distribuição de tarefas, a padronização de nomes e o correto encadeamento das regras de automação.

- *Status* – os fluxos foram elaborados e distribuídos às unidades, que vêm aplicando os modelos como referência.



Secretaria da Primeira Instância

Produtividade

[jan/24 – out/25]



veja mais

730

ATOS NORMATIVOS
PUBLICADOS NO DJE/DEJESP



veja mais

302

COMUNICADOS
PUBLICAÇÕES POR
E-MAIL

A Secretaria de Primeira Instância passou por reestruturação organizacional voltada a aprimorar a eficiência e a especialização funcional. O número de diretorias foi ampliado para seis, concentrando competências específicas por área e fortalecendo a atuação estratégica no apoio à gestão do TJSP. As coordenadorias foram reorganizadas, com redistribuição de serviços e seções e a criação de novas unidades, além do detalhamento e ampliação das seções de suporte, resultando em uma estrutura mais segmentada, técnica e aderente às demandas da primeira instância. Veja [aqui](#) a estrutura completa da Secretaria.

SAJADM

4.269

Informações em CPAs



veja mais

5.760

CPAs encaminhados

5.605

CPAs recebidos

400

CPAs em andamento

598

CPAs cadastrados

E-mails

[jan/24 – set/25]

MAIS DE

130.000

RECEBIDOS

MAIS DE

39.000

ENVIADOS

Chamados

[jan/24 – out/25]

76.470

ATENDIMENTOS PELO PORTAL

75.312 – **98%**

Fechados

1.158 – **2%**

Pendentes

1.551

Unidades com atendimento ativo

Balcão Virtual

12.293

Média de atendimentos diários

Estações Passivas

37.583

Atendimentos nas estações passivas

92

Média de atendimentos diários nas 335 estações



veja mais

Normativos

[jan/24 – out/25]

357



veja mais

INFORMAÇÕES E ESTUDOS DE NORMATIVOS

205

Consultas/Providências/
Estudos (sem minuta)

152

Estudos
(com minuta)

177



veja mais

NORMATIVOS ELABORADOS/ALTERADOS

Estudos e propostas – Implementação das Diretrizes Nacionais

- Resolução CNJ nº 498/23: Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte – PPCAAM - Provimento CG nº 53/24. Estudos para criação de nova estrutura para melhor atendimento do fluxo de trabalho.
- Resoluções Conjuntas CNJ/CNMP nº 10/24 e 11/24: Dispõem sobre os procedimentos e as medidas para a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, bem como sobre medidas de transparência, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas e autoriza o repasse de recursos à Defesa Civil em quaisquer casos de calamidade pública. Edição dos Provimentos CG nº 51/24 e nº 12/25 (CPA nº 2024/97867).
- Resoluções CNJ nº 558/24 e 559/24: Estabelecem diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário. Edição do Provimento CG 47/24 (CPA nº 2024/65849) e o Comunicado CG 769/24 (CPA 2024/53459), bem como a disponibilização da aplicação desenvolvida no Power Apps para informação dos dados de gestão e destinação dos valores e bens oriundos da Prestação Pecuniária por condenação criminal, garantindo a publicidade desses dados, [veja Painel B.I](#). Atualmente, no contexto do CPA 2012/113391, estão em curso os estudos referentes à destinação das prestações pecuniárias decorrentes de Acordos de Não Persecução Penal - ANPP.
- Resolução CNJ nº 569/24: Altera a Resolução CNJ nº 455/22 para disciplinar a utilização do Domicílio Judicial Eletrônico e do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (Djen).
 - Djen. CPA 2020/76692: implementações de melhorias no SAJPG5 e SG5 para viabilizar o envio automático de publicações ao Djen. Paralelamente, o eproc já se encontra integrado ao Djen, inclusive para editais, sendo tratado como foco prioritário da estratégia nacional de adequação.
 - Domicílio Judicial Eletrônico. CPA 2021/99487: Em desenvolvimento melhorias necessárias no SAJ. O eproc já se encontra integrado ao Domicílio Judicial Eletrônico, em consonância com a estratégia nacional de priorização do sistema.
- Resolução CNJ nº 474/22 e decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo 0000013-23.2023.2.00.000: Altera a Resolução CNJ nº 417/21 que institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0). Edição do Comunicado CG nº 67/25 (CPA nº 2021/104300 e nº 2025/44985) que orienta as unidades judiciais quanto aos procedimentos relacionados ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime semiaberto.

Projetos

Estudos de criação, instalação e remanejamento de varas

No biênio de 2024/2025, foram elaboradas 72 informações envolvendo atos de instalação de varas e anexos, implantações de Núcleos Especializados de Justiça 4.0, conversões e renomeações de unidades, além de remanejamentos de competência e desativações. As medidas abrangeram foros de diversas regiões do Estado, refletindo a ampliação da estrutura judiciária, a especialização de competências e a modernização da organização judicial:

Data	Evento	Comarca/Foro	Vara
8/1/24	Conversão	Promissão	Conversão JEC em JeCrim
19/1/24	Instalação	Cosmópolis	Juizado Especial Cível
19/3/24	Instalação	Itapevi	Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
6/5/24	Instalação	Matão	Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
17/5/24	Instalação	Presidente Prudente	6ª Vara Cível
21/5/24	Instalação	Foro Central Criminal Barra Funda	1ª e 2ª Varas de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes
24/5/24	Instalação	Osasco	2ª Vara do Juizado Especial Cível
10/6/24	Renomeação	Foro Central – Fazenda Pública/Accidentes	Núcleo Especializado de Justiça 4.0 (Ampliação da Competência)
10/7/24	Instalação e Renomeação	Santos	Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Renomeação da 6ª Vara Criminal para 1ª Vara Criminal
18/7/24	Instalação	Suzano	5ª Vara Cível
5/8/24	Implantação	Núcleo 4.0 x – Execuções Fiscais Estaduais	Núcleo Especializado de Justiça 4.0 – Execuções Fiscais Estaduais do Interior e Litoral
29/8/24	Instalação	Foro Regional II – Santo Amaro	16ª Vara Cível
6/9/24	Instalação	Hortolândia	Vara da Família e das Sucessões
23/9/24	Desativação	Bauru	Anexo Poupatempo
31/10/24	Desativação	Brotas	Unidade Avançada de Atendimento Judiciária do Município de Torrinha
31/10/24	Desativação	Foro Regional II – Santo Amaro	CIC - Juizado Especial Cível – Feitiço da Vila
4/11/24	Instalação	Ribeirão Preto	11ª e 12ª Varas Cíveis

Data	Evento	Comarca/Foro	Vara
4/11/24	Instalação	Ribeirão Preto	4ª Vara da Família e das Sucessões
5/11/24	Instalação	Juiz das Garantias – 10ª RAJ	Vara Regional das Garantias – 10ª RAJ
25/11/24	Implantação	Araçatuba	Núcleo Especializado de Justiça 4.0 – Execuções Fiscais Municipais 2ª RAJ
25/11/24	Instalação	São José do Rio Preto	2ª Vara do Juizado Especial Cível
25/11/24	Implantação	Núcleo 4.0 Acid. Trabalho Inter. e Lit.	Núcleo Especializado de Justiça 4.0 – Acidentes do Trabalho do Interior e do Litoral
25/11/24	Implantação	Núcleo 4.0 Ações Coletivas Serv. Público	Núcleo Especializado de Justiça 4.0 das Ações Coletivas – Servidor Público
25/11/24	Implantação	Núcleo 4.0 Grandes Litigantes P. Físicas	Núcleo Especializado de Justiça 4.0 – Grandes Litigantes P. Físicas
9/12/24	Instalação	Juiz das Garantias – 7ª RAJ	Vara Regional das Garantias da 7ª RAJ
12/12/24	Desativação	Bebedouro	Anexo do Juizado Especial Cível – Centro Universitário Unifafibe
16/12/24	Instalação	Cosmópolis	Conversão JEC – JECrime
7/1/25	Renomeação	Foro das Execuções Fiscais Estaduais	Alteração da Competência – Renomeação
13/2/25	Renomeação	São José do Rio Preto	Vara Especializada do Juri e do JECrime
10/3/25	Conversão	Cravinhos	Conversão do Juizado Especial Cível para Juizado Especial Cível e Criminal
11/3/25	Instalação	Itapevi	3ª Vara Cível
25/3/25	Instalação	Juiz das Garantias – 2ª RAJ	Vara Regional das Garantias da 2ª RAJ
25/3/25	Instalação	Juiz das Garantias – 9ª RAJ	Vara Regional das Garantias da 9ª RAJ
25/3/25	Implantação	Foro das Execuções Fiscais Estaduais	Unidade 1 - Núcleo 4.0 - Execuções Fiscais Estaduais - Foro 1 - Núcleo
31/3/25	Desativação e Renomeação	Foro Especial da Infância e Juventude	Unidade de Processamento Judicial 1ª a 5ª Varas Especiais da Infância e da Juventude
7/4/25	Instalação	São José dos Campos	9ª Vara Cível
7/4/25	Instalação	São José dos Campos	4ª Vara da Família e das Sucessões
7/4/25	Instalação	Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó	Vara do Juizado Especial Cível
15/4/25	Instalação	Juiz das Garantias – 3ª RAJ	Vara Regional das Garantias

Data	Evento	Comarca/Foro	Vara
24/4/25	Instalação	Paulínia	3ª Vara Judicial
24/4/25	Instalação	Sumaré	Vara da Família e das Sucessões
25/4/25	Instalação	Campinas	2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
28/4/25	Instalação	Barueri	2ª Vara do JECCrim
29/4/25	Instalação	Taboão da Serra	Vara da Família e das Sucessões
6/5/25	Instalação	Juiz das Garantias – 6ª RAJ	Vara Regional das Garantias 6ª RAJ
6/5/25	Instalação	Juiz das Garantias – 8ª RAJ	Vara Regional das Garantias - 8ª RAJ
8/5/25	Instalação	Ribeirão Preto	2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
13/5/25	Instalação	Foro Central Cível	3ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem
16/5/25	Instalação	Sorocaba	2ª Vara da Infância e Juventude
22/5/25	Instalação	Barretos	4ª Vara Cível
30/5/25	Instalação	Araras	2ª Vara Criminal
9/6/25	Instalação	Juiz das Garantias – 5ª RAJ	Vara Regional das Garantias da 5ª RAJ – Presidente Prudente
16/6/25	Instalação	Cotia	UPJ 1ª a 3ª Varas Cíveis (renomeadas para Vara da Família e das Sucessões)
23/6/25	Instalação	Guarulhos	4ª Vara Cível
15/7/25	Instalação	Foro Central Criminal Barra Funda	3ª Vara de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes
1º/9/25	Instalação e Renomeação	Jundiaí	2ª Vara do Juizado Especial Cível
1º/9/25	Instalação	Sorocaba	10ª Vara Cível
5/9/25	Instalação	Praia Grande	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
8/9/25	Instalação	Itanhaém	4ª Vara Judicial
16/9/25	Instalação	Santo André	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Data	Evento	Comarca/Foro	Vara
17/10/25	Instalação	Andradina	4ª Vara Judicial
23/10/25	Instalação	Foro Regional VII – Itaquera	Instalação da 6ª Vara Cível
30/10/25	Remanejamento de Competência	Bauru	1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica
3/11/25	Renomeação	Foro Regional de Vila Mimosa	1ª e 2ª Varas Judiciais, renomeadas para 1ª e 2ª Varas da Família e das Sucessões (ofício único)
6/11/25	Instalação	Piracicaba	Vara Regional das Garantias
6/11/25	Instalação	Campinas	Vara Regional das Garantias
6/11/25	Instalação	Piracicaba	7ª Vara Cível
10/11/25	Instalação e Renomeação	Foro Regional de Vila Mimosa	6ª Vara Judicial, renomeada para 4ª Vara Cível
10/11/25	Instalação	Carapicuíba	5ª Vara Cível
4/12/25	Instalação	Capital	Vara das Garantias da Capital
4/12/25	Instalação	Guarulhos	Vara Regional das Garantias de Guarulhos
4/12/25	Instalação	Osasco	Vara Regional das Garantias de Osasco

Reinstalação da UAAJ

Em 8/1/24 foi reinstalada a Unidade Avançada de Atendimento Judiciário das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com competência para processar, julgar e executar as ações de conhecimento e as execuções de título extrajudicial contra réus ou executados domiciliados na Comarca da Capital, atinentes à Lei nº 9.099/95 (Comunicado Conjunto nº 2/24).

Estudo para alteração do Provimento nº 82/11

Apresentação de um novo estudo para a alteração do Provimento 82/2011 (criação de varas), visando sua adequação à Resolução nº 184/13 e a inclusão de competências que não foram contempladas no referido Provimento.

Livro Eletrônico de Visitas e Correções

Apresentação de estudos para alteração do formato físico para eletrônico dos Livros de Visitas e Correções, que resultaram na publicação dos [Provimentos CG nº 13/24](#) e [CG nº 31/25](#) e do [Comunicado CG nº 336/24](#) (CPA nº 2023/3984).

eproc

Participação em grupos de trabalho e no Comitê de Governança, com atuação tanto no planejamento e execução de medidas preparatórias quanto no acompanhamento das unidades já implantadas do sistema eproc, em substituição ao SAJPG5. As atividades envolvem a configuração

e padronização de procedimentos, apoio na definição de novos fluxos e rotinas operacionais e a realização de testes de funcionamento:

- Migrador: analisados requisitos e procedimentos para adaptação do migrador SAJ x EPROC para o 1G e Colégio Recursal
- Central de Mandados: liderança desta frente, realizando diversos estudos sobre configuração de zonas, cargos, logradouros, afastamentos, distribuição, redistribuição, recolhimento de condução de oficial de Justiça, certificação e devolução de mandados
- Colégio Recursal: realização de estudos sobre distribuição, sessão de julgamento e publicação
- Normativos: análise e observação comparativa da dinâmica modernizada de trabalho do sistema eproc, optando-se, nesta fase incipiente, pelo mero controle da não adequação e propositura oportunamente de formato adaptável aos níveis de automação e maturidade operacional de cada unidade
- Localidades/Organização Judiciária: mapeamento e modelação comparativa de toda estrutura organizacional judiciária do estado
- Tabelas de Classes e Assuntos: análise e definição de itens correspondentes na tabela “de-para” em relação ao novo sistema. Tabela do Primeiro Grau (1 - Total de classes analisadas: 944 e quantidade de classes com indicação de item correspondente: 586; 2 – Total de assuntos analisados: 3.165 e quantidade de assuntos com indicação de item correspondente: 1.073; 3 – Total de competências analisadas: 108). Tabela das Turmas Recursais (1 – Total de classes analisadas: 86 e quantidade de classes com indicação de item correspondente: 86; 2 – Total de assuntos analisados: 1.598 e quantidade de assuntos com indicação de item correspondente: 163; 3 – Total de competências analisadas: 119)
- Saneamento SAJ: padronização de nomenclaturas, identificação de unidades extintas e resíduos de teste, visando migração assertiva
- Itens de Recolhimento e Módulo de Cálculos: realizados testes no módulo de Custas do eproc fornecido pelo TJSC, verificação da aderência da ferramenta às regras de negócio para cálculo de custas do TJSP
- Informativos e orientações eproc (custas): validação de Infoeprocs quanto ao conteúdo normativo/operacional

- Módulo Certidões: conclusão da configuração do novo modelo, disponibilizado em produção em 31/3/25

Portal eletrônico Imesc

Implementação, monitoramento e refinamento da rotina otimizada nas comunicações com o Imesc por meio do Portal Eletrônico, com a criação de modelos institucionais de documentos, reuniões de alinhamento e adequação do serviço à volumetria da demanda.

Certidão de honorários – Convênio de assistência gratuita

Adoção do módulo da Defensoria Pública do Estado para indicação e emissão das certidões de honorários fixados em prol de advogados atuantes, mediante convênio com o órgão nos processos de assistência judiciária gratuita.

Portal eletrônico – Colégio Recursal e Prefeituras Municipais

Acompanhamento e implantação de citações e intimações das Prefeituras Municipais por meio do Portal Eletrônico nos Colégios Recursais junto ao Sistema SAJSGCR5.

Portal dos Auxiliares da Justiça

Acompanhamento e implementação da nova versão do Portal de Auxiliares da Justiça na PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário.

Colégio Recursal

Acompanhamento do funcionamento do Colégio Recursal dos Juizados Especiais do Estado de São Paulo, criado pela Resolução nº 896/23.

Entre 2024 e 2025, as atividades centraram-se na consolidação da UPJ, o que exigiu um monitoramento rigoroso dos antigos Colégios Recursais, visando à regularização dos processos ainda em tramitação antes da migração à nova estrutura. Em cumprimento ao Comunicado Conjunto nº 61/25, os Colégios Recursais descentralizados foram encerrados em 14/2/25. Neste contexto, foi instituído um grupo de apoio à UPJ, destinado ao saneamento de processos, cujos integrantes são encarregados de identificar, corrigir e acompanhar os casos com pendências, assegurando que apenas processos regulares sejam migrados, além de tratar petições das unidades já encerradas.

Simultaneamente, avançou a definição das regras de migração, abrangendo cenários complexos como incidentes, apensos, processos sobreestados e fluxos especiais. As tratativas com a STI

estão focadas na concepção do migrador SAJ → SAJ, sob critérios técnicos e operacionais que garantam segurança e integridade, atualmente em desenvolvimento pela STI.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura dos gabinetes do Colégio Recursal, foi aprovada a designação de mais um escrevente para os gabinetes das Turmas Cíveis. Adicionalmente, segue em curso a inclusão do Colégio Recursal no painel de produtividade do TJSP, medida que proporcionará maior visibilidade e governança das atividades, bem como estudo de melhorias na extração de dados para publicação mensal dos dados estatísticos do Colégio Recursal dos Juizados Especiais do Estado De São Paulo.

Em atendimento à Resolução nº 961/25, foram conduzidas tratativas voltadas à ampliação da composição das Turmas Recursais, com a designação de um quarto juiz em cada Turma. A nova composição, vigente desde agosto de 25, abrange os oito Grupos de Turmas Recursais já existentes no Colégio Recursal Unificado, totalizando 16 Turmas — sete Cíveis (1^a a 7^a), uma Criminal (1^a) e oito de Fazenda Pública (1^a a 8^a). As unidades operam de forma integrada em 64 gabinetes compartilhados.

Por fim, em cumprimento às Resoluções CNJ nº 569/24 e 455/22, foram realizados ajustes relacionados à publicação das pautas de julgamento no Djen com a integração entre o sistema SAJ/SG5 e o Diário Eletrônico, além da definição de perfis de acesso e responsabilidades de publicadores, assegurando que cada Turma Recursal pudesse gerir suas próprias pautas e publicar no site do TJSP.

Painel de Estatísticas da Central de Mandados

Está em andamento o desenvolvimento de painel estatístico da Central de Mandados, para extração de dados do SAJ e do eproc, medida que proporcionará maior visibilidade e governança das atividades do setor.

Controladoria Digital de Mandados

A Controladoria Digital de Mandados (CDM), responsável pela integração dos mandados cumpridos nos sistemas eproc e SAJ com os sistemas SMG e SGF, foi implantada como projeto piloto em agosto de 25 na SADM de Penha de França. Nos termos do Comunicado Conjunto nº 797/25, a partir de 1º de outubro de 25, o projeto foi expandido, passando o sistema a ser utilizado por todas as unidades.

Central de Mandados Remota – SADM – Cumprimento Remoto

A “SADM – Cumprimento Remoto” tem competência para o cumprimento dos mandados de processos digitais, cujo destinatário seja pessoa custodiada em estabelecimento prisional ou de

internação de adolescentes infratores, com cumprimento exclusivamente remoto. Iniciado em 24, o projeto teve a expansão para todo o TJSP concluída em junho de 25.

Fichas Memórias – Juizados Especiais

Projeto para finalização de fichas memórias pendentes de elaboração pelos Juizados Especiais. A meta inicial era a eliminação de cerca de 285.000 fichas memórias de 76 unidades judiciais. Ao longo do projeto, foram incluídas mais 3 unidades, além de uma correção na quantidade inicialmente indicada. Essas alterações resultaram na inclusão de mais 84.524 processos, elevando o total final para 321.745 autos pendentes de elaboração das fichas memórias. Nos anos de 24/25, vem sendo feito o monitoramento dessa atividade, sendo que restam apenas 15 unidades para finalizar seus acervos, totalizando 100.082 processos (MovJud – mês referência julho/25).

Expansão do Malote Digital

O Malote Digital é um sistema de envio e recebimento eletrônico de documentos oficiais entre órgãos do Judiciário, substituindo correspondências físicas para agilizar e digitalizar a comunicação.

A expansão do sistema Malote Digital para todas as unidades judiciais do TJSP, em conformidade com a Resolução CNJ nº 100/09, que regulamenta a comunicação oficial eletrônica no âmbito do Poder Judiciário, por meio do sistema Hermes – Malote Digital (CPA nº 2009/137098), foi concluída em 5/8/25, marcando mais um avanço na modernização e eficiência da comunicação institucional.

Acordo de Cooperação entre o TJSP e o Tribunal Regional Federal da 3^a Região

Foi celebrado Acordo de Cooperação entre o TJSP e TRF 3^a Região que estabeleceu regras para envio e recebimento de processos por redistribuição e em grau de recurso entre os Tribunais, visando maior fluidez, agilidade e eficácia à tramitação dos processos, favorecendo assim o exercício de uma jurisdição mais célere (Comunicado CG nº 134/24).

Atualização das Tabelas de Classes e Assuntos (CNJ)

Gestão das Tabelas de Classes e Assuntos utilizadas na Primeira Instância e Colégio Recursal, conforme atualizações das Tabelas Processuais Unificadas disponibilizadas pelo CNJ: vinculações envolvendo classe/competência/assunto (principal, complementar), forma de tramitação (em apartado, no principal, no dependente), categoria (principal/originário, principal/execução, principal/incidente, incidente processual, execução), segredo de justiça.

Nesse período, 27 atualizações das TPUs foram realizadas, sendo 22 versões exclusivas às tabelas do 1º Grau, Juizado Especial e Juizados Especiais da Fazenda Pública, 1 versão dirigida à competência 'Corregedoria Geral da Justiça' (Dicoge) em tabela própria que contempla vinculações de classes e assuntos do 2º Grau da Justiça Estadual e 4 versões reservadas às tabelas para Turmas Recursais e Turma de Uniformização.

Depre

O fluxo de trabalho utilizado pela Depre foi reestruturado para se tornar mais enxuto e intuitivo, com filas definidas conforme a situação ou fase do Precatório, respeitando as especificidades da matéria.

A reformulação foi implementada em etapas, alinhada às fases do Precatório: Processamento, Cartório Digital (responsável pela análise de todo o peticionamento intermediário) e o setor de Levantamento (Pagamento Direto). A nova estrutura já está em produção para a Depre 2 (Prefeituras e Autarquias Municipais), Depre 3 (Fazenda do Estado e Autarquias Estaduais) e Depre 4 (INSS).

Foram incorporadas funcionalidades do sistema SAJ, com o objetivo de otimizar e agilizar as rotinas da Diretoria, tais como publicação automática, juntada automática de petições e a criação de filas específicas para a contagem do prazo processual, similar ao modelo utilizado no 1º Grau.

Com essas reformulações e implementações, foi possível extinguir dois fluxos de trabalho não utilizados — Depre 1 e Depre 6 — além de remover cerca de 570 filas dos fluxos atuais, o que resultou em uma melhor visualização e usabilidade para os usuários. Quanto à Depre 5, foram realizados pequenos ajustes, também resultando em redução de filas, após reestruturação do setor.

Além disso, foram promovidas unificação das lotações e criação de perfis para grupos específicos de servidores, conforme os cargos ocupados, promovendo maior organização.

Atuação dos Distribuidores nas Varas Regionais das Garantias

Estudo e implementação de novo modelo de trabalho envolvendo a atuação dos Distribuidores nas Varas Regionais das Garantias. As atividades do Distribuidor (preparação dos expedientes destinados às audiências de custódia, tais como, cadastro dos cumprimentos de mandado de prisão, emissão e juntada da certidão de feitos criminais para fins judiciais e da folha de antecedentes criminais, além das redistribuições ao juízo competente após a realização das audiências ou com o oferecimento da denúncia ou queixa, conforme o caso) são desempenhadas por uma equipe multidisciplinar, composta pelos Distribuidores pertencentes à Região Administrativa correspondente a cada Vara Regional, atuando de forma remota e em sistema de rodízio, sem prejuízo das atividades da Comarca local.

Nos estudos realizados para estabelecer a nova dinâmica de trabalho foram considerados: a média diária prevista de audiências de custódia para a Vara Regional, o horário de início do expediente (9h), o horário de realização das audiências de custódia (até 13h) e o horário limite estipulado para apresentação da pessoa detida e dos expedientes relativos às audiências de custódia que serão realizadas no dia (até 10h), o tipo de atividade realizada, o tempo médio de produtividade por servidor (13 minutos por expediente) e o prazo para a execução das atividades de 2 horas, ou seja, previsão de que até as 11 horas todos os expedientes sejam encaminhados à Vara Regional.

Estudos para destinação de moedas estrangeiras apreendidas

Foram realizados estudos relativos à destinação de moedas estrangeiras apreendidas, que resultaram na publicação do [Provimento CG nº 31/24](#) (CPA nº 24/20173).

Saneamento no BNMP

A SPI também atua de forma contínua no monitoramento e orientações para saneamento do BNMP, mediante o tratamento das listagens encaminhadas pelo CNJ relativos a pessoas com informações de óbito, pendências de assinatura e certidão de cumprimento.

Transição para o BNMP 3.0 (Resolução CNJ)

Em 14 de agosto de 24 teve início em todo país o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões 3.0, que veio para substituir o BNMP 2.0 e colocou em prática as mudanças promovidas pela Resolução CNJ nº 421/17. Tendo em vista a enorme diferença de funcionalidades entre os sistemas, foi necessário o desligamento da integração existente entre o SAJPG5 e o BNMP, alterando a forma de trabalho das unidades e diversos procedimentos cartorários.

No ano de 2025, foi editado o Comunicado Conjunto nº 36/25 (CPA 2022/40922), que estabeleceu novas orientações e diretrizes para correta utilização do sistema.

Plantão Judiciário

Realizados estudos para adequação no número de magistrados e servidores convocados aos Plantões Especial e Ordinário na Comarca da Capital e nas Comarcas do Interior, a fim de manter a adequada prestação jurisdicional durante os dias sem expediente forense.

Durante o Plantão Especial a SPI atua remotamente prestando informações e orientações por e-mail aos públicos interno e externo, relativas às dúvidas sobre procedimentos. No Plantão Especial realizado no período de 20/12/24 a 6/1/25 foram respondidos 298 e-mails, emitidas 7 certidões e recepcionadas

35 comunicações de alvarás de levantamento emitidos.

Digitalização pelas Centrais Facilitadoras do Ministério Público

O Ministério Público, em razão do Termo de Cooperação firmado com o Tribunal de Justiça de São Paulo, por intermédio das Centrais Facilitadoras, realizou a digitalização de Inquéritos Policiais com denúncia e Ações Penais, totalizando 7.173 expedientes no ano de 24 e 1.649 expedientes no ano de 2025.

Assim, foram digitalizados, no biênio de 24-25, até o momento, 8.822 Inquéritos Policiais com denúncia e Ações Penais.

Destinação de armas de fogo custodiadas nos DJAs

Em que pese o TJSP não receber mais em seus fóruns armas apreendidas (Provimento CSM nº 2.345/16), é certo que existe um acervo de quase 3.600 armas armazenadas nos Depósitos Judiciais de Armas (DJAs) localizados nos Batalhões da Polícia Militar. Por esta razão, é realizado trabalho institucional pela SPI, visando a celeridade na destinação. Nessa linha, foram elaborados comunicados direcionados às unidades que ainda possuem armas apreendidas, como o Comunicado Conjunto nº 775/24.

De janeiro/24 até agosto/25, 1.702 armas custodiadas nos Depósitos Judiciais de Armas (DJAs) foram destruídas, além de outras 8.717 armas que se encontravam custodiadas na Seção de Depósito de Armas e Objetos do Dipo.

Requisição de Policiais Militares – Sistema SISAJ

Em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo foi implementado projeto piloto no Foro Regional de Santana para que as requisições de policiais militares deixem de ser realizadas por e-mail e passem a ser efetuadas via sistema.

O projeto piloto vem apresentando bons resultados e estão sendo implementadas tratativas para melhoria do sistema, controle de acessos dos usuários e para a assinatura de Termo de Cooperação e expansão do uso do sistema para outras unidades do TJSP.

Além do Foro Regional de Santana, o projeto piloto já foi expandido para a UPJ – Unidade de Processamento Judicial – 1 a 4ª Varas Criminais da Capital.

Câmeras Corporais da Polícia Militar

O Tribunal de Justiça de São Paulo e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, firmaram o Termo de Cooperação nº 000.145/2023-CV, para disponibilização dos vídeos das Câmeras Corporais dos agentes militares ao TJSP.

Devido a alterações contratuais da Polícia Militar com a empresa fornecedora do software, por ora, o acesso está sendo realizado tão somente por meio de ofício de requisição. Todavia, a SPI, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a partir de diversas reuniões, estabeleceram fluxo para acesso a tais gravações pelos Magistrados e Servidores do TJSP; tratativas nos autos do CPA 2021/101120.

Identificação civil das pessoas privadas de liberdade

Com a instalação das Varas Regionais das Garantias o projeto foi suspenso. Atualmente as identificações biométricas estão sendo realizadas pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), quando da entrada do preso no estabelecimento prisional.

Revisão dos grupos de peso criminais

Revisão dos grupos de peso criminais, resultando na configuração de 144 assuntos processuais que constavam sem grupo de peso vinculado. Além dos assuntos, foram ajustados os grupos de peso 9267 – Criminal – Crimes contra a vida, 937 – Criminal – Fato Atípico, 8732 – Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha), 9276 – Criminal – Lesão Corporal, 9335 – Violência Doméstica Contra a Mulher e 9336 – Decorrente de Violência Doméstica (CPA 2023/40602).

Atendimento de requisições de informações criminais feitas por outros Tribunais

Nos termos do Provimento CG nº 1/2019 e Comunicado SPI nº 12/19, compete à SPI o atendimento dos pedidos de informações gerais sobre antecedentes criminais formulados por outros Tribunais. As demandas são recebidas por meio de Malote Digital e do Portal de Chamados, sendo o atendimento realizado mediante o encaminhamento da certidão modelo 27 – Certidão de Feitos Criminais para Fins Judiciais com eventos, acompanhada da respectiva Folha de Antecedentes.

Em 2024: 12.262 certidões foram expedidas acompanhadas da mesma quantidade de FA's.

Em 2025 (de janeiro a agosto): 6.281 certidões foram expedidas acompanhadas da mesma quan-

tidade de FA's.

Concessão/Exclusão de perfil de acesso ao sistema SAJ SGC – Gerenciamento de certidões

De acordo com o cargo, função e lotação de cada servidor do Tribunal é fornecido um determinado perfil de acesso para análise e consulta de processos e para cadastro, análise e emissão de certidão. Os pedidos são atendidos via portal de chamados.

Em 2024 foram atendidos 1.517 chamados com esta finalidade e 1.194 até agosto/25.

Gestão documental

Serviços – Contratos com a empresa Iron Mountain de janeiro a setembro/24: Contrato 120/2019 (vigeante até 11/4/24) e Contrato 107/24 (vigente a partir de 12/4/24).

Serviços – Processos Físicos	Jan-Set/24	Out-Jul/25	Total
Desarquivamentos – prazo normal	195.095 volumes	173.550 volumes	368.645 volumes
Desarquivamentos – prazo urgente	273 volumes	209 volumes	482 volumes
Digitalizações – prazo normal	17.286.286 imagens	120.630.254 imagens	37.916.540 imagens
Digitalizações – prazo urgente	65.338 imagens	55.707 imagens	121.045 imagens
Arquivamentos	712.185 volumes	958.874 volumes	1.6171.049 volumes
Expurgos de caixas (desarquivamento definitivo)	82 caixas	691 caixas	773 caixas
Arquivamento de caixas com documentos administrativos	597 caixas	2.883 caixas	3.286 caixas

Nova Contratação

A SPI finalizou a nova contratação dos serviços afetos ao arquivo de processos/documentos físicos judiciais e administrativos, adotando a execução de glosas, nos faturamentos apresentados pela empresa terceirizada, dos serviços entregues fora do prazo contratual. Expedientes administrativos apuratórios também são instaurados para a aplicação de multas, para casos em que as glosas não são aplicadas.

Atendimentos à Ouvidoria e ao SIC

No ano de 2025, foram instaurados 18 expedientes para informações à Ouvidoria e ao SIC sobre processos não localizados para desarquivamento pela empresa terceirizada.

Catalogação de processos

Conforme Contrato nº 120/2019, a empresa Iron Mountain catalogou 314.138 processos no período de janeiro a fevereiro/24.

Cadastro de Acervo (Contrato nº 107/24)

O contrato firmado em abril/24 previu o serviço de Cadastro de Acervo, objetivando-se o conhecimento do acervo arquivado, por meio dos principais metadados de identificação dos processos (Comarca, Vara, Número do Processo, Partes, Competência, Classe e Assunto). Desde então, foram cadastrados 9.894.555 processos. Há uma conferência, por amostragem, pelo Serviço de Gestão Documental, mediante o recebimento de digitalização de alguns processos, bem como visitas presenciais à empresa. Desde o início do contrato, foram realizadas 31 visitas, nas quais foram verificados 2.655 processos, com a identificação de 344 erros de cadastro que seguiram para correção pela empresa.

Editais de Eliminação de Processos Findos Arquivados

Foram disponibilizados 76 editais, entre abril/24 e julho/25, para a eliminação de processos das competências de Execução Fiscal e Juizado Especial Cível.

Meta Estratégica 17.1 - Avaliar 600 mil processos físicos por ano, buscando eliminar 25% dos documentos arquivados e avaliados conforme Tabela de Temporalidade, até 31/12/26

Foram avaliados 7.435.580 processos de janeiro/21 a março/24. Houve a eliminação de 1.374.724 processos físicos findos (não contabilizados os

22.275 processos rearmazenados como amostra estatística dos editais). Nesta atualização, foram acrescentados os processos inseridos nos Editais de Eliminação nºs 61 a 79, disponibilizados no DJE de 2/4/25 a 25/6/25. Cumprimento de 114% da meta..

Convênio TJSP/USP

Firmado convênio com a USP para a indicação de 10 alunos contratados pelo TJSP como estagiários, os quais exercem atividades junto ao Arquivo Histórico para cadastro de descrição de processos.

Ampliação da Reserva Técnica de Gestão de Armazenamento e do Acervo

O espaço da Reserva Técnica foi ampliado no 11º andar do Complexo Administrativo Patriarca. Tem havido o recolhimento dos processos distribuídos até o ano de 1920, que se encontravam arquivados na empresa Iron Mountain do Brasil. Havia, na Reserva Técnica, 1.295 processos arquivados. Atualmente, o Arquivo Histórico armazena 42.034 processos (distribuídos até o ano de 1920, além processos com distribuições posteriores, mas de assuntos relevantes).

Os processos estão sendo cadastrados, informando-se os dados essenciais para a localização de processos solicitados por pesquisadores, além da atribuição de uma classificação por assunto, também com o intuito de facilitar as pesquisas.

Atendimentos a Pesquisadores e Jornalistas

A SPI realiza atendimentos a pesquisadores acadêmicos e jornalistas interessados em consultas de processos arquivados na empresa terceirizada Iron Mountain do Brasil ou na Reserva Técnica da SPI. No período de janeiro de 24 a outubro de 25, foram atendidos 60 pesquisadores, interessados em processos arquivados. No ano de 25 (até outubro/25), foram desarquivados 502 processos para atendimento a pesquisadores.

Processos Distribuídos até o ano de 1950 (Corte Cronológico)

A SPI disponibilizou Formulário para preenchimento pelas Unidades Judiciais de todo o Estado para que informassem eventual existência de processos distribuídos até o ano de 1950 em cartório e eventual cessão de processos a Instituições/Entidades públicas ou privadas. O levantamento dessas informações é imprescindível para o conhecimento do acervo de guarda permanente do Tribunal de Justiça, com verificação posterior do ambiente em que se encontram armazenados, visando a constatação da preservação documental. De todo o apurado acerca das respostas enviadas ao ci-

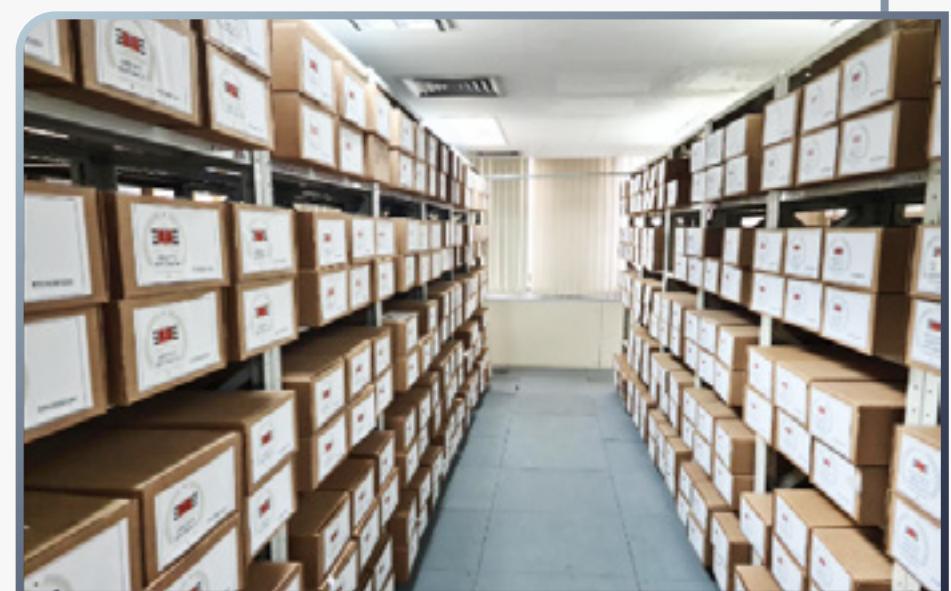
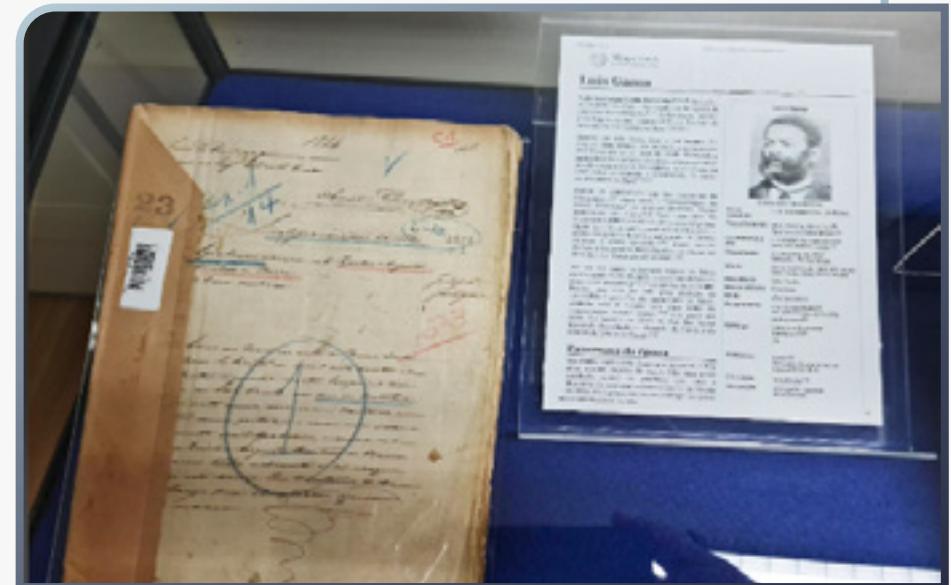
tado formulário, bem como após encaminhamento de e-mails para as Unidades Judiciais para complementação de informações, até o momento, 33 comarcas indicaram existência de convênios com entidades externas, algumas anexaram os termos de convênio, outras apenas confirmaram que há transferência de autos, sem juntar os termos, detectando-se muitas inconsistências acerca dos quantitativos de processos/documentos. Os termos são antigos, firmados entre as décadas de 1980/2000, todos com prazo indeterminado de vigência, de acordo com a legislação/normas da época em que foram celebrados.

Há transferência de acervo do TJSP para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, em tramitação para estabelecimento de novo convênio. Outros Expedientes Administrativos estão em andamento para renovação de convênios, notadamente com as comarcas de São José dos Campos, Assis, e Espírito Santo do Pinhal, para adequação nos termos dos seguintes normativos (e suas atualizações): Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.531/23 e da Portaria SEGES/MGI nº 1.605/24.

O único termo de cooperação firmado nos termos da Lei nº 14.133/21, de conhecimento da SPI 2.3 - Coordenadoria de Gestão de Armazenamento e do Acervo é o de nº 000.018/25/CV, entre o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo e a Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu".

Várias comarcas apontaram a existência de processos distribuídos antes de 1950 em suas dependências, reportando estarem armazenados adequadamente – para estes, houve a expedição de Comunicado, com orientações para a devida destinação – Comunicado nº 318/25, de 30/4/25.

Será feito novo levantamento a fim de verificar as comarcas que não atenderam ao Comunicado Conjunto nº 256/23, para as devidas reiterações de solicitação de informações sobre eventuais processos cedidos a entidades ou instituições externas e condições de armazenamento.



Comissão Permanente de Avaliação Documental – CPAD

Reuniões entre os membros da CPAD são realizadas a cada dois meses, para discussão de temas afetos à Coordenadoria de Gestão e Armazenamento e do Acervo, bem como assuntos objetos de expedientes administrativos, conforme a Resolução TJSP nº 859/21.

Encontro Nacional da Memória

A SPI participou do IV Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário (Enam), realizado em maio/24, em São Paulo, ocasião em que também integrou a comissão organizadora do evento. No ano seguinte, em maio/25, esteve presente no V Enam, sediado em Goiânia-GO, dando continuidade à sua atuação nas iniciativas de preservação e valorização da memória institucional do Poder Judiciário.

Participação no mutirão de atendimento à população em situação de rua

O Pop Rua Jud faz parte da Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ nº 425/21, que tem como objetivo, entre outros, assegurar o amplo acesso à justiça às pessoas em situação de rua, de forma célere e simplificada, a fim de contribuir para a superação das barreiras decorrentes das múltiplas vulnerabilidades econômicas e sociais, bem como da sua situação de precariedade e/ou ausência habitacional.

Nos mutirões realizados, a equipe do TJSP oferece diversos atendimentos, e a participação da SPI consiste na emissão de certidões criminais e execuções criminais (sistema SAJ e sistema SIvec) e a distribuição dos pedidos de extinção de multa penal. De 2024 a agosto/25 foram realizados 6 eventos (Pop Rua Jud Sampa IV, Pop Rua Jud Sampa V, Pop Rua Jud Campinas, Pop Rua Jud São Bernardo do Campo, Pop Rua Jud Sampa VI e Pop Rua Jud Guarulhos), coordenados pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região com a participação de mais de 60 instituições.

Digitalização das fichas de distribuições cíveis e criminais da Capital (CPA 2012/37182)

Durante muitos anos o TJSP utilizou-se de fichas manuais como forma de registro pesquisável dos processos judiciais distribuídos. A partir de 1984 iniciou-se a informatização da Comarca da Capital e as unidades deixaram de registrar suas distribuições em fichas manuais, sendo elas emitidas pelo próprio sistema. Somente com a introdução da emissão da certidão de forma eletrônica (SAJ/SGC), elas deixaram de ser emitidas e armazenadas.

Na data de 3/7/25, a SPI acompanhou a visita da empresa Iron Mountain aos arquivos de fichas de distribuições cíveis, da família, fazenda, inventários e acidentes do trabalho, que ficam armazenadas no prédio do TJSP dedicado à guarda de documentos, situado à Rua dos Sorocabanos, 680 - Ipiranga, São Paulo. Existem 159 arquivos, totalizando cerca de 5 milhões de fichas, sendo que por volta de 0,5% são totalmente manuscritas.

Os arquivos de fichas de distribuições criminais estão aloca-dos no Fórum Criminal da Barra Funda e foram visitados e iniciado o processo de digitalização.

A digitalização das fichas foi iniciada pela empresa Iron Mountain em 18/7/25 nos arquivos cíveis, no Ipiranga, tendo digitalizado até 20/8/25 cerca de 2.530.000 fichas. Já a digitalização dos arquivos criminais foi iniciada em 4/8/25, tendo sido digitalizadas cerca de 530.000 fichas até 20/8/25.

A produtividade da digitalização está na faixa de 210.000 fichas/dia, somando as duas frentes de trabalho.

As fichas estão sendo digitalizadas e repassadas a um programa que permitirá a localização pesquisando qualquer palavra que nela conste. O programa é capaz de tornar os dados das fichas pesquisáveis, facilitando a localização de acordo com os dados disponíveis. A exceção é para as fichas manuscritas cíveis, que serão digitalizadas e os arquivos organizados de modo que permitam consulta por manipulação das imagens, como se fosse uma pesquisa manual presencial. Isso cessará a necessidade de deslocamento de funcionários para o Complexo do Ipiranga para realizar pesquisas. A expectativa é que todas as fichas cíveis e criminais da Capital estejam digitalizadas no máximo até 19/12/25.



Certidões [2024-2025]

16.611.602

Total de pedidos



veja mais

9.673.866 *Internet*

725.777 *Formulário* **4.562** *Fins eleitorais*

Média diária – 2024 e 2025, respectivamente

37.729

Internet – todos os modelos

41.697

Internet e balcão – certidão estadual

17.739

Internet – todos os modelos

25.231

Internet e balcão – certidão estadual

No biênio, a média diária de certidões expedidas no sistema SAJ SGC (Sistema de Gestão de Certidões) após pedidos pela *internet* foi de 24.651 e no balcão foi 31.111.

Entre janeiro/24 e agosto/25, foram expedidas 12.420.805 certidões pelo sistema SAJ SGC (Sistema de Gestão de Certidões), resultando em uma média geral de 23.217 certidões por dia.



veja mais

Implantação Sistema eproc – Módulo Certidões

Em 14/2/25 foi apresentado à SPI o novo módulo de certidões do sistema eproc. Em um curto período, foram realizados diversos testes de funcionalidades até a conclusão da configuração do novo modelo, disponibilizado em produção em 31/3/25.

Desde então, a SPI vem conduzindo estudos relacionados aos critérios de buscas fonéticas, aos comportamentos do sistema, às auditorias e ao possível desenvolvimento de mecanismos de análise automatizada, junto à unidade expedidora colaborando com a agilidade no atendimento.

Os pedidos encontram-se disponíveis para cadastro via *internet* e, até 19 de agosto, foram expedidas 223.116, das quais 3.249 demandaram análise e liberação por parte dos servidores da unidade expedidora (SCECV - Serviço de Certidão Estadual Cível).

Robotização de análise das certidões cíveis

Em 24, o robô em produção analisou 1.252.353 pedidos, liberou 798.760 (64%) e salvou para conferência pelos servidores 453.593 pedidos (36%).

Durante a execução do projeto piloto com outro robô desenvolvido com tecnologia mais avançada, em novembro de 24, mostrou que, de 95.536 pedidos analisados, 50.408 deles poderiam ter sido liberados automaticamente, o que representa 52,76 % em média do total de pedidos. Mediante aprovação, em junho de 25 foi colocado em produção, tendo liberado em apenas 3 meses, o total de 33.943 certidões.

Em setembro de 24, a gestão da produção dos robôs STI foi transferida aos cuidados do SCECV - Serviço de Certidão Estadual Cível, liberando, de janeiro a agosto de 25, o total de 132.845 certidões; já o robô SPI (operado pela SPI), liberou 33.943 certidões.

Saneamentos

Estudos de saneamento de processos cíveis e criminais visando retirar das certidões apontamentos desnecessários:

1. Saneamento Processos Cíveis
2. Saneamento Processos Criminais
3. Saneamento de dados que prejudicam a pesquisa fonética
4. Saneamento de dados inseridos em campos indevidos

Criação de novos modelos de certidões

Foram realizados estudos e criados os seguintes modelos de certidões:

- 103 – Certidão Cível para Usucapião
- 104 – Certidão de Distribuição Criminal - Requerimento do Próprio Pesquisado/Representante (ainda não disponibilizada)
- 105 – Pesquisa Fonética - Requerimento do pesquisado/Representante (ainda não disponibilizada)
- 106 – PROVITA - Certidão de Distribuição de Ações Cíveis, Criminais e Infracionais. (ainda não disponibilizada)
- Modelo eproc – Cível - Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

Revisão de configuração de modelo de certidão

- 3 – Certidão Criminal para Fins Eleitorais
- 102 – SGP Ações Cíveis - Findas e em Andamento

Certidões destinadas à SGP

O modelo 102 - SGP Ações Cíveis - Findas e em Andamento foi criado especialmente para atendimento das necessidades da Secretaria de Gestão de Pessoas. Em 2024 foram expedidas 335 certidões destinadas a essa finalidade, e 108 certidões foram expedidas de janeiro a agosto/25.

Implantação e Monitoramento da Central de Apuração de Custas Pendentes – CACP – Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó

Em 30/6/24, foi finalizado o Projeto CACP - Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó. No período de 3/5/23 a 30/6/24, foram analisados 12.130 processos, obtendo-se o seguinte resultado em termos de valores apurados e recolhidos:

1.034.574,22

Valores apurados [R\$]

393.570,59

Valores arrecadados [R\$]



[veja mais](#)

Em razão da inviabilidade técnica e operacional não houve possibilidade da expansão da CACP para outros foros, tendo sido proposta a conversão da CACP em um setor de monitoramento de apuração e recolhimento de custas, no âmbito deste Tribunal. A proposta foi acolhida pela Presidência e pela Corregedoria Geral da Justiça.

Ferramentas de cálculo desenvolvidas em Power Apps

Em 2024, a SPI desenvolveu duas novas ferramentas voltadas à atualização de cálculos processuais simples. Além disso, foi realizada a otimização da funcionalidade existente de Custas Iniciais ou Finais, em conformidade com a Lei Estadual nº 17.785/23, que alterou a legislação de custas a partir de 3/1/24. A Calculadora Processual também foi mantida e realizada melhorias em andamento para atender às exigências da Lei nº 14.905/24, vigente desde 28/8/24.

As duas novas aplicações foram desenvolvidas em PowerApps, conforme detalhado a seguir:

- Cálculo Fazendário - IPCA-E + Selic, que visa à elaboração de cálculos judiciais contra a Fazenda Pública, com atualização de até quatro parcelas de condenação judicial;
- Taxa de Preparo para taxa judiciária, com base no valor da causa, em valor arbitrado pelo juízo ou no de até seis parcelas, devidamente acompanháveis de juros e correção monetária, de condenação judicial.

São recursos disponíveis ao público interno do tribunal, com acesso pela [intranet](#).

Ferramenta de Inteligência Artificial

Em 28/3/25, conforme [Comunicado Conjunto nº 204/25](#), a ferramenta TJSP_Calc, desenvolvida em conjunto com a STI, passou a ser disponibilizada em caráter amplo ao público interno deste tribunal, para a elaboração do cálculo do preparo de apelação em processos da Competência Cível.

O projeto-piloto teve início em 1º/10/24, na UPJ da comarca de Campinas e nas UPJs Judicial IV e IX do Foro Cível Central, conforme estabelecido no [Comunicado Conjunto nº 729/24](#).

A TJSP_Calc utiliza algoritmos de inteligência artificial e se vale do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) para acessar os dados processuais com o objetivo de:

- Identificar a guia de pagamento da taxa de preparo;
- Verificar, na base da Sefaz, se houve a queima;
- Localizar a sentença e isolar o respectivo dispositivo;
- Indicar se a sentença é líquida ou ilíquida;
- E, conforme o caso, permitir a condução do cálculo de acordo com a regra prevista no §2º ou no inciso II, respectivamente, do artigo 4º da Lei Estadual de Custas.

A SPI é responsável pela inserção mensal, no sistema, dos índices de atualização monetária e dos juros moratórios, conforme as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.905/24.

A aplicação é oferecida pela [página do TJSP Calc](#) e o acesso depende da identificação do servidor com login e senha, os mesmos utilizados para acessar a rede do Tribunal.

Atualização das Despesas Postais

A SPI realizou a atualização dos valores das despesas postais, considerando dois reajustes ocorridos no período, decorrentes do contrato com os Correios, conforme os percentuais estabelecidos nos Projetos [CSM nº 2.739/24](#) e [nº 2.788/25](#). Também colaborou na atualização das informações sobre despesas processuais disponíveis na *internet* e na reestruturação da página correspondente, em razão da implantação do sistema eproc.

Com a entrada em vigor do [Provimento CSM nº 2.777/25](#), que revogou a oferta dos serviços postais regulamentados nos Anexos I (Modalidade Carta), II (Sistema de Postagem Eletrônica – SPE) e IV

(Sistema de Mensagens Telemáticas – SMT) do [Provimento CSM nº 2.684/23](#), foram prestados esclarecimentos sobre os serviços mantidos, conforme o [Comunicado Conjunto nº 372/25](#).

Melhorias realizadas na página de cálculos judiciais e custas processuais

Ao longo do biênio, foram disponibilizadas novas planilhas e roteiros de instrução e disponibilizados normativos focados nos temas:

- Recolhimento de custas e despesas;
- Demanda por planilhas de cálculo processual específicas para os Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cejuscs);
- Cálculos judiciais simplificados, inclusive para o âmbito das condenações contra a Fazenda Pública.

Foi introduzida seção na página de cálculos da *intranet* referente aos Cejuscs, para auxiliar a apuração de custas, a elaboração de cálculos judiciais simples e verificação de partilhas.

Dessa forma, foi disponibilizado no período, em comparação com o biênio 2022/2023:

- 6 novos arquivos na página de Cálculos Judiciais da *internet*, sendo 2 referentes à atualização monetária e incidência de juros no que tange às condenações fazendárias, 2 para facilitar a apuração de custas e despesas em geral pelo público externo, e 2 sobre as novas regras de juros e correção monetária aplicadas aos cálculos cíveis em geral;
- 20 novos arquivos na página de Cálculos Processuais, para aplicativos em *PowerApps* e planilhas de cálculos processuais simples, de tabelas de índices de correção monetária e de juros para cálculos fazendários, para disponibilização de normativos internos e externos sobre juros e correção para cálculos judiciais cíveis em geral.

Acesso às páginas de cálculos judiciais e custas processuais

O setor dispõe de duas páginas de cálculo processual na *internet* e uma na *intranet*. A página de custas processuais na *internet*, a de criação mais recente, totalizou 409.259 entre janeiro/24 e julho/25, ou cerca de 21,5 mil acessos mensais. A página de Cálculos Judiciais da *internet* opera com média mensal de aproximadamente 144 mil acessos, sendo de 2.739.715 no período sob análise.



[veja mais](#)

Já a página da *intranet* opera com aproximadamente 270 mil acessos mensais, 5.137.215 computados no período, e cerca de 24 mil usuários detectados a cada mês.

Atualização mensal dos índices utilizados nas planilhas de cálculos judiciais e custas

Os arquivos disponibilizados na rede têm inserção em tempo real, sem anterior verificação por outros setores; na página de cálculos na *internet*, é possível dispor alertas aos usuários. Desde junho/24, os *uploads* para a *intranet* são efetuados sem intervenção da Diretoria de Comunicação Social, vinculada à Secretaria da Presidência.

São 173 arquivos de planilhas, *links* de Power Apps, PDFs de índices e de roteiros de instrução, dos quais:

- 51 inseridos na página de Cálculos Judiciais da *internet*;
- 19 na página de Custas Processuais da *internet*;
- 103 na página de Cálculos Judiciais da *intranet*.

Fornecimento mensal dos índices de correção monetária que municiam o SAJ/PG5

Logo que disponibilizados pelos órgãos oficiais os principais índices de atualização, há envio mensal pela SPI, mediante chamado à Central de Suporte aos Usuários de Sistemas do TJSP, de 58 tabelas de correção monetária, até aproximadamente o dia 12 de cada mês.

Meta estratégica 11.1 - Erradicar em 100% a evasão de custas, despesas processuais e emolumentos, até 31/12/26

O indicador definido no Planejamento Estratégico 2021-2026 para medir a meta 11.1 foi:

Percentual de processos com custas judiciais verificadas

■ Descrição: Mede o percentual de processos arquivados com certidão de verificação de custas ou custas pagas em relação ao total de processos arquivados.

■ Periodicidade de apuração: Trimestral

■ Fórmula: (quantidade de processos arquivados com certidão de verificação de custas ou custas pagas/quantidade de processos arquivados) x 100

■ Unidade de medida: Percentual (%)

■ Unidade responsável pela apuração: Secretaria da Primeira Instância - SPI

■ Polaridade: Positiva

Como ferramenta para aferição do referido indicador, utiliza-se o Fluxo de Controle de Pagamento de Custas, implantado em todo o Estado como Projeto Piloto, conforme Comunicado Conjunto nº 2.682/21 a partir de 22/11/21.

Com base na última aferição do indicador (1º trimestre/25), foi verificado o alcance de 96,17% da meta proposta, conforme tabela a seguir:



[veja mais](#)

Indicador da Meta 11.1	jan/25	fev/25	mar/25	Total
Processo com movimentação de certidão de custas	208.141	254.817	191.858	654.816
Certidão – Emissão – Certidão de inscrição na Dívida Ativa e Arquivamento (CIDAA)	6.870	8.228	6.898	21.996
Certidão de Cartório – Custas – Certidão de Custas e Arquivamento (CCA)	535	424	276	1.235
Certidão de Cartório – Custas – Certidão de Inexistência de Custas e Arquivamento – Cível (CICA)	122.824	153.075	114.823	390.722
Certidão de Cartório – Custas – Certidão de Pagamento de Custas e Arquivamento (CPCA)	74.826	90.257	67.500	232.583
Outras certidões de cartório pertinentes a custas	3.086	2.833	2.361	8.280
Processos extintos e arquivados definitivamente*	219.320	262.756	198.794	680.870
Percentual de processos arquivados com certidão de custas	94,90%	96,98%	96,51%	96,17%

*Excluindo todas as competências que não estão no Fluxo de Controle de Custas (Comunicado Conjunto nº 2.682/21), conforme autorizado pela Deplan no CPA nº 2022/20609.

Realização da Palestra “Aspectos práticos quanto à aplicação da nova sistemática de juros moratórios, instituída pela Lei nº 14.905/24 na elaboração de cálculos judiciais”, promovida pela EJUS em parceria com a SPI

No dia 15/10/24, foi realizada palestra na modalidade *on-line*, exclusivamente à distância, promovida pela Escola Judicial dos Servidores (EJUS) em parceria com a SPI, com o tema “Aspectos práticos quanto à aplicação da nova sistemática de juros moratórios, instituída pela Lei nº 14.905/24 na elaboração de cálculos judiciais”. Os palestrantes Flavio Augusto Soares da Silva Plens, Jean Carlos Soares de Souza e Marcelo Augusto de Souza Neves apresentaram o conteúdo do evento da seguinte forma: 1) Contextualização; 2) O que mudou na sistemática dos juros moratórios após a edição da Lei nº 14.905/23; 3) Casos Práticos e 4) Utilização das planilhas de cálculo disponibilizadas pelo TJ. Foi registrada a participação de mais de 700 servidores no evento.

Itens de Recolhimento e Módulo de Cálculos do eproc

Durante o segundo semestre/24, foram realizados vários testes no módulo de Custas do eproc, fornecido pelo TJSC, a fim de verificar o nível de aderência da ferramenta às regras de negócio para cálculo de custas do TJ/SP.

A SPI trabalhou intensivamente no cadastro dos itens de recolhimento no módulo, bem como nos ajustes pertinentes às regras de negócio para possibilitar a realização correta do cálculo e cobrança das custas e despesas processuais.

Implantação e desenvolvimento de melhorias no Portal de Custas

No biênio 2024/2025, a SPI participou de 48 reuniões com o Banco do Brasil, para tratar de questões relacionadas ao Portal de Custas e Depósitos Judiciais. No mesmo período, foram analisados os seguintes módulos e funcionalidades, com o objetivo de verificar a viabilidade de implantação ou identificar melhorias necessárias para o uso no Tribunal:

Funcionalidade	Descrição	Status
Assinatura em lote	Permite ao magistrado assinar até 10 MLEs simultaneamente.	Disponível desde 17/5/24 (Mantis nº 4512, Comunicado Conjunto 340/24)
Pagamento PIX	Permite pagamento do MLE via PIX, com limite de resgate ampliado para R\$ 50.000,00.	Disponível desde 17/5/24 (Comunicado Conjunto nº 341/24)
Autenticação de dois fatores	Solicita ao servidor um código (token), o qual é enviado ao seu e-mail institucional após a validação do e-mail e senha no Portal de Custas.	Disponível desde 22/5/24 (Comunicado Conjunto nº 342/24)
Formulário eletrônico para solicitação de MLE	Permite migração de dados dos advogados para o Portal de Custas, substituindo formulário em <i>Word</i> .	Em fase de homologação, implantação até o final do ano (Mantis nº 6.017)
Nova rubrica no Portal de Custas – Provimento CG N° 52/24	Permite a emissão de guias de transação penal, com destinação dos valores a uma conta única, nos mesmos moldes dos depósitos referentes à pena de prestação pecuniária. Por ora, as guias continuam sendo emitidas no site do Banco do Brasil, até a implementação da rubrica no Portal de Custas.	Em análise (Mantis nº 14.656)

Funcionalidade	Descrição	Status
Pagamento de guias	Permite às unidades judiciais pagar guias DARE e FEDTJ com código de barras via MLE.	Disponível desde 15/5/25 (Mantis 12.266), conforme Comunicado Conjunto nº 358/25
Consulta de MLEs pelo magistrado por vaga	Permite ao magistrado identificar processos e MLEs conforme a sua vaga nas unidades com mais de um juiz.	Em fase de homologação (Mantis nº 8.378), previsão de implantação até o fim do mês
Uso de código de verificação (<i>captcha</i>) para emissão de guias	Antes da inserção do CPF ou CNPJ na emissão de guias de depósito judicial ou de taxa judiciária, é solicitado ao usuário que informe um código <i>captcha</i> , com o objetivo de aumentar a segurança dos dados.	Disponível desde 3/6/25. Comunicado Conjunto nº 432/25

Análise e informativos com orientações para recolhimento de custas no sistema eproc

Em 25, a SPI contribuiu com a validação de minutas de Infoeprocs destinados a servidores e advogados sobre como realizar a geração de boletos e recolhimento de custas no sistema eproc.

Desenvolvimento de formulário/aplicativo que permita a cobrança de custas finais de processo SAJ no sistema THEMA

Em julho/25, juntamente com a STI a SOF, a SPI iniciou tratativas para desenvolvimento de formulário/aplicativo que possibilite às unidades judiciais cadastrarem e encaminharem as custas finais apuradas em processos que tramitam no sistema SAJ para o sistema de cobrança automatizado da THEMA.

Migração de grande parte dos dados dos depósitos judiciais anteriores a 1º/3/17 para o Portal de Custas

Tratativas para a migração dos valores depositados em contas judiciais anteriormente a 1º/3/17, e alteração do Comunicado Conjunto nº 318/23.

Em 13/8/24, a SPI iniciou a análise da planilha com a relação de depósitos judiciais, encaminhada pelo Banco do Brasil, os quais ainda não foram migrados para o Portal de Custas. Nessa fase da análise, op-

tou-se por priorizar os processos com maiores valores depositados, a fim de viabilizar a migração do maior montante de valores depositados.

No período de 13/8/24 a 11/8/25, a SPI identificou os depósitos judiciais pertencentes a 1548 processos, cujos valores depositados totalizaram R\$ 772.753.062,55, o que representa mais de 40% do saldo não migrado.

Lote	Processos identificados	Depósitos	Saldo de capital disponível
Lote 1	93	6.626	R\$ 473.615.613,68
Lote 2	166	2.132	R\$ 113.513.379,81
Lote 3	587	1.333	R\$ 43.292.706,78
Lote 4	187	723	R\$ 62.525.090,72
Lote 5	515	2.803	R\$ 79.806.271,56
TOTAL	1.548	13.617	R\$ 772.753.062,55

Adequação do quantitativo de processos no Fluxo de Custas no sistema SAJPG5

Em 23/5/25, conforme Comunicado Conjunto nº 385/25, foi realizado saneamento para ajustes na base de dados do Sistema SAJ/PG5, a fim de arquivar os processos que estavam na fila “Ag. Análise”, com os seguintes parâmetros:

1. Processos com anotação de justiça gratuita para autor e réu simultaneamente;
2. Processos que contêm guia Dare queimada-inutilizada.

Tal iniciativa propiciou o arquivamento de cerca de 40.000 processos, o que representou uma redução de 30% do acervo de processos que estavam na fila “Ag. Análise”.

Demais atuações

■ Elaboração de regras de migração de processos decorrente de especialização/desativação de varas com redistribuição de acervo: Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Matão, Vara da Família e das Sucessões de Hortolândia, 1^a e 2^a Varas de Crimes praticados contra Crianças e Adolescentes da Comarca de São Paulo, Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e 1^a a 5^a Varas Criminais de Santos, desativação das 1^a e 6^a Varas de Acidentes do Trabalho da Capital, 4^a vara cível do Foro Regional Penha de França (migração entre vagas), 3^a Vara de Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes, Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Praia Grande, Vara da Família e das Sucessões de Cotia, 2^a Vara Criminal de Araras, 2^a Vara de Violência Doméstica e Familiar de Ribeirão Preto, Vara da Família e das Sucessões de Taboão da Serra, Núcleo de Justiça 4.0 – Detran/Trânsito (migração entre vagas), Vara da Família e das Sucessões de Sumaré, Varas Criminais e Vara do Júri e do Juizado Especial Criminal de São José do Rio Preto, Desativação da 1^a Vara Especial da Infância e Juventude da Capital.

- Análises estatísticas de distribuição
- Elaboração de escalas do Distribuidor no Plantão Judiciário Ordinário da Capital (criminal e cível): em 24 foram realizadas 78 escalas e até agosto de 25 foram realizadas 64 escalas, totalizando 142 escalas
- Estudos para criação de vagas de magistrados
- Estudos envolvendo ampliação de assuntos processuais com anotação automática de segredo de justiça (criminais e registros públicos)
- Estudos envolvendo a distribuição de expedientes sobre as condutas do artigo 28 da Lei nº 11.343/06

a que se refere o Tema 506 da Repercussão Geral (RE 635.659) editado pelo STF (descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal)

- Análises e aprovações de documentos referentes às melhorias de sistema
- Elaboração de regras de migração para especializações de varas
- Organização, inclusão e disponibilização das regras de Competência Territorial da Capital na base de dados do TJSP (CPA 1997/456)

Projeto piloto Seeu – Execução Criminal

Com a edição da Portaria Conjunta nº 78/24 que instituiu o projeto-piloto do sistema Seeu com objetivo de analisar o desempenho do referido sistema e avaliar sua implantação para o processamento das Execuções Criminais em trâmite no Tribunal, a preparação, a avaliação técnica operacional, bem como o desempenho, ficará a cargo do Deex (SPI6).

Nessa linha, foram mapeados 44 itens a serem desenvolvidos no sistema Seeu com objetivo de garantir um desempenho de sistema equiparado à produtividade média no atual sistema SAJ. A SPI 6 – Deex atua como equipe negocial do TJSP que trabalha em conjunto com Equipes Técnica e Negocial do DMF-CNJ para contribuir com os desenvolvimentos dos itens solicitados e inclusive validações de requisitos e homologações dos referidos itens para inclusão da melhoria no sistema em ambiente de produção.

Durante o período de 28 de julho a 8 de agosto, em esforço conjunto do Conselho Nacional de Justiça-CNJ e do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi realizada força-tarefa nas 1^a e 2^a Varas de Execuções Criminais da Comarca de Bauru, para migração dos processos de Classe Execução da Pena para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado-Seeu. Os trabalhos contaram com a cocoordenação do Deex. Para implantação dos processos migrados no novo sistema, a tarefa contou com 24 participantes sendo 12 deles disponibilizados pelo CNJ e outros 12 por funcionários do quadro das 1^a e 2^a Varas de Execuções Criminais. Foram migrados 3.996 processos e todos foram implantados no novo sistema dentro do prazo estabelecido para a Força-Tarefa.

No dia 11 de agosto, iniciou-se o piloto do sistema Seeu, sob acompanhamento e avaliação da SPI 6 – Deex, com objetivo de aprimoramento na utilização do sistema SEEU e estudo para cronograma de expansão. Nos primeiros 60 dias do projeto piloto, a movimentação processual e o índice de produtividade da Vara já atingiu, no sistema Seeu, patamares do sistema SAJ em relação àquela Unidade. Até o momento, no período de 80 dias do piloto, foram registrados 14.237 atos praticados pelos usuários, incluídos o esforço

de migração e a conferência e implantação dos dados não migrados, além de 2.334 movimentos de magistrados. O projeto piloto contribuiu também para que, sob orientações do Deex, fosse promovido o saneamento do fluxo de trabalho das unidades pilotos que resultou na redução do acervo em andamento para 3.126 processos em andamento.

Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios

■ **26/2021/CV** – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP: Termo de Cooperação TJSP e TRE-SP para a utilização das dependências dos Fóruns Judiciais para realização de atos e audiências por videoconferência, de acordo com as normas da Lei nº 8.666/93.

■ **154/2021/CT** – Dcontroll Empreendimentos e Facilities Ltda: Prestação de serviço de mão de obra terceirizada que disponibilize 01 (um) profissional com graduação em Arquivologia, para auxiliar na implementação do programa de gestão documental do Tribunal de Justiça de São Paulo.

■ **55/2022/CV** – Ministério Público do Estado de São Paulo:

Tem por objeto a cessão de uso de área e equipamentos de informática ao Ministério Público pelo Tribunal de Justiça e, em contrapartida, o fornecimento dos recursos necessários pelo referido Ministério para manutenção das “Centrais Facilitadoras”, instaladas no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, Foro Regional de Santo Amaro, Comarcas de Guarulhos, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Araçatuba, Bauru, Campinas, Campo Limpo Paulista, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba, criadas pelo Termo de Cooperação nº 000.106/2016/CV, encerrado em 6/7/22.

■ **95/2022/CV** – Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Conjugação de esforços para a implementação de medidas administrativas pertinentes à remessa e ao recebimento de processos físicos e digitais entre os Juízos de Direito vinculados ao TJSP, inclusive os respectivos Juizados Especiais, e a Justiça Federal da 3ª Região, incluídos os correspondentes Juizados Especiais Federais, bem como as Seções Judiciárias da 3ª Região.

■ **91/2023/CT** – Iron Mountain do Brasil Ltda: Prestação de serviços de retirada, recebimento, preparação e higienização, digitalização, validação, indexação, conferência, remontagem e devolução de processos, contemplando a logística de transporte das unidades Judiciais e administrativas até o ponto de digitalização, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência e seus Anexos.

■ **137/2023/CV** – Defensoria Pública do Estado de São Paulo: Termo de Cooperação celebrado entre o TJSP e a DPESP, para conjugação de esforços para promover a racionalização e eficiência na gestão dos recursos orçamentários vinculados à assistência judiciária às pessoas necessitadas.

■ **145/2023/CV** – Polícia Militar do Estado de São Paulo: Termo de Cooperação que entre si celebram o TJSP, o Estado de São Paulo, a Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Militar do Estado de São Paulo, para proporcionar maiores subsídios aos Magistrados no momento da apreciação das provas decorrentes de evidências digitais coletadas na atividade policial-militar.

■ **148/2023/CV** – CNJ - Conselho Nacional da Justiça: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça e o TJSP para o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a promoção da documentação civil das pessoas privadas de liberdade, por meio da identificação biométrica nas Audiências de Custódia e do fomento da emissão dos documentos necessários à individualização civil e administrativa dos cidadãos.

■ **216/2023/CV** – Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Procedimentos para o cadastramento, nomeação e o pagamento de honorários a advogados dativos, curadores, peritos tradutores e intérpretes, em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da jurisdição federal delegada.

■ **107/24/CT** – Iron Mountain do Brasil Ltda: Prestação de serviços de coleta, guarda, cadastro de acervo e controle gerencial de documentos e processos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

■ **164/24/CV** – Secretaria de Administração Penitenciária: Termo de Cooperação Técnica entre o TJSP e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para emissão de documentos para pessoas privadas de liberdade, por meio de sua identificação civil e devida individualização para o exercício de todos os direitos decorrentes da cidadania, para adequado cumprimento do Termo de Cooperação nº 000.148/2023/CV.

■ **17/25/CV** – Boa Vista Serviços S.A.: Termo de Cooperação que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Boa Vista Serviços S.A., visando a disponibilização de acesso ao Banco de Dados do SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito, sem ônus.



Secretaria da Presidência

A Secretaria da Presidência (SPr) atua em parceria com as unidades e secretarias do TJSP, interagindo com os cidadãos e com os demais órgãos do estado e da sociedade, com vistas ao relacionamento institucional e à publicidade das atividades do Poder Judiciário. A SPr conta com 167 servidores divididos em cinco diretorias: de Expediente do Gabinete Civil da Presidência, de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justiça, de Comunicação Social, de Relações Institucionais e dos Gabinetes de Apoio ao Palácio da Justiça. Veja [aqui](#) a estrutura completa da Secretaria.

Expedientes do Gabinete Jurisdicional

Na área jurisdicional, até outubro, foram prolatadas:

- 75 decisões quanto à admissibilidade de recursos especiais;
- 315 decisões quanto à admissibilidade de recursos extraordinários;
- 42 decisões suspendendo a análise da admissibilidade de recursos especial e extraordinário, em razão da submissão da matéria ao sistema de repercussão geral ou de recursos repetitivos;
- 299 votos proferidos no Órgão Especial e na Câmara Especial de Presidentes;
- 3.774 decisões, incluindo as prolatadas em arguições de suspeição ou de impedimento, embargos de declaração, ato demissório de servidores e outros processos jurisdicionais e administrativos;
- 66 pedidos de suspensão de liminares e de sentenças prolatadas em primeiro grau de jurisdição



Centro de Inteligência do TJSP

Instituído pelo [Provimento CSM nº 2.622/21](#), o Centro de Inteligência atua preventivamente na identificação de conflitos e promove o tratamento adequado de demandas de massa, repetitivas e estratégicas no âmbito do Judiciário paulista.

Fluxo de Trabalho – [Provimento CSM nº 2.735/24](#)

- O juiz coordenador analisa as demandas recebidas por e-mail ou pelos integrantes do grupo operacional e coloca o assunto em debate.
- Caso seja aprovada, é instaurada Portaria que designa o relator e dá outras provisões para o prosseguimento do estudo.
- A Nota Técnica com a conclusão será submetida ao grupo decisório para fixação das diretrizes de trabalho e divulgação.



[veja mais](#)

Acordo de Cooperação Técnica

TJSP e Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa

Objetivo de promover a troca de informações entre as partes, por meio de intercâmbio de dados em meio eletrônico, elaborar estudos jurimétricos dos processos judiciais no Tribunal de Justiça de São Paulo sobre temas diversos e interessantes para a comunidade judicial, acadêmica e jurídica no geral (CPA nº 2021/133146)

Principais Expedientes

- **Demandas Predatórias (CPA 2021/102.630):** O Centro acompanha o Tema 1 do Centro de Inteligência do Poder Judiciário nacional e outros trabalhos sobre a matéria, visando à possibilidade de internalização e divulgação
- **Desjudicialização com o Detran (CPA 2021/120.285):** Aprovado em 2021, o estudo propõe viabilizar canal de diálogo com o Detran e a PGE/SP para a desjudicialização de certas matérias
- **Assistência Judiciária Gratuita (CPA 2022/89.413):** Mapeamento dos critérios para a concessão do benefício e identificação de medidas que evitem sua utilização inadequada, a qual gera prejuízos ao Judiciário e à sociedade
- **Prescrição Intercorrente (CPA 2022/89.416):** Concluído um estudo sobre o tema, motivado pela Lei nº 14.195/21 e pelo acórdão paradigmático do STJ (RESP Repetitivo 1.340.553/RS). Minuta de Nota
- **Projeto Execução Cível Eficiente:** Focado em mapear as medidas adotadas para aprimorar o processamento e o julgamento das execuções cíveis, na esteira dos trabalhos do Projeto da Execução Fiscal Eficiente.

Outras Atividades

- **Diálogo com a Febraban:** Reunião com representantes da Febraban sobre estudos relacionados às ações ajuizadas por instituições financeiras. A federação se comprometeu a marcar reuniões individuais com as instituições financeiras e apresentar o relatório da Deplan. O TJSP propôs soluções para a padronização de procedimentos e a eliminação de processos antigos
- **Pesquisa de Jurimetria:** Apresentação da professora doutora Maria Paula Bertran (USP) sobre "Jurimetria de litigância de Grandes Bancos". A sessão analisou e discutiu a litigância desses bancos e a atuação do judiciário em relação às execuções fiscais e cíveis.
- **Pesquisa sobre Litigância Predatória:** Participação na pesquisa "Diagnóstico sobre o Enfrentamento da Litigância Predatória no Poder Judiciário", por meio de entrevista com o juiz coordenador do Centro. O estudo, parceria da PUC-Rio com a Escola Judicial do TRT 1, tem como objetivo identificar as práticas de gestão de demandas repetitivas e o funcionamento dos Centros de Inteligência dos Tribunais (CIPJs).

Reflexões Futuras

Em sua última reunião do biênio 2024/2025, em 31/10, o Grupo Operacional discutiu os avanços e as propostas para a próxima gestão. Entre os pontos abordados, estão a reestruturação do Centro em coordenadorias temáticas para maior agilidade e a avaliação de estratégias coletivas para litígios de massa, como IPTU, Meta/Facebook e planos de saúde.

Diretoria de Apoio aos Servidores

A Diretoria de Apoio aos Servidores (Daps) é um canal de comunicação entre a Presidência e os funcionários do Tribunal de Justiça de São Paulo e possui como função primordial prestar apoio aos servidores do Judiciário nas mais diversas demandas.

O setor também promove palestras, é o responsável pelas demandas de Acessibilidade e Inclusão e pelo Grupo de Apoio aos Gabinetes de Desembargadores e Juízes Substitutos em Segundo Grau (Grugade).

Atendimento de servidores

688 Atendimentos presenciais, por telefone ou Teams

Atendimentos por assunto

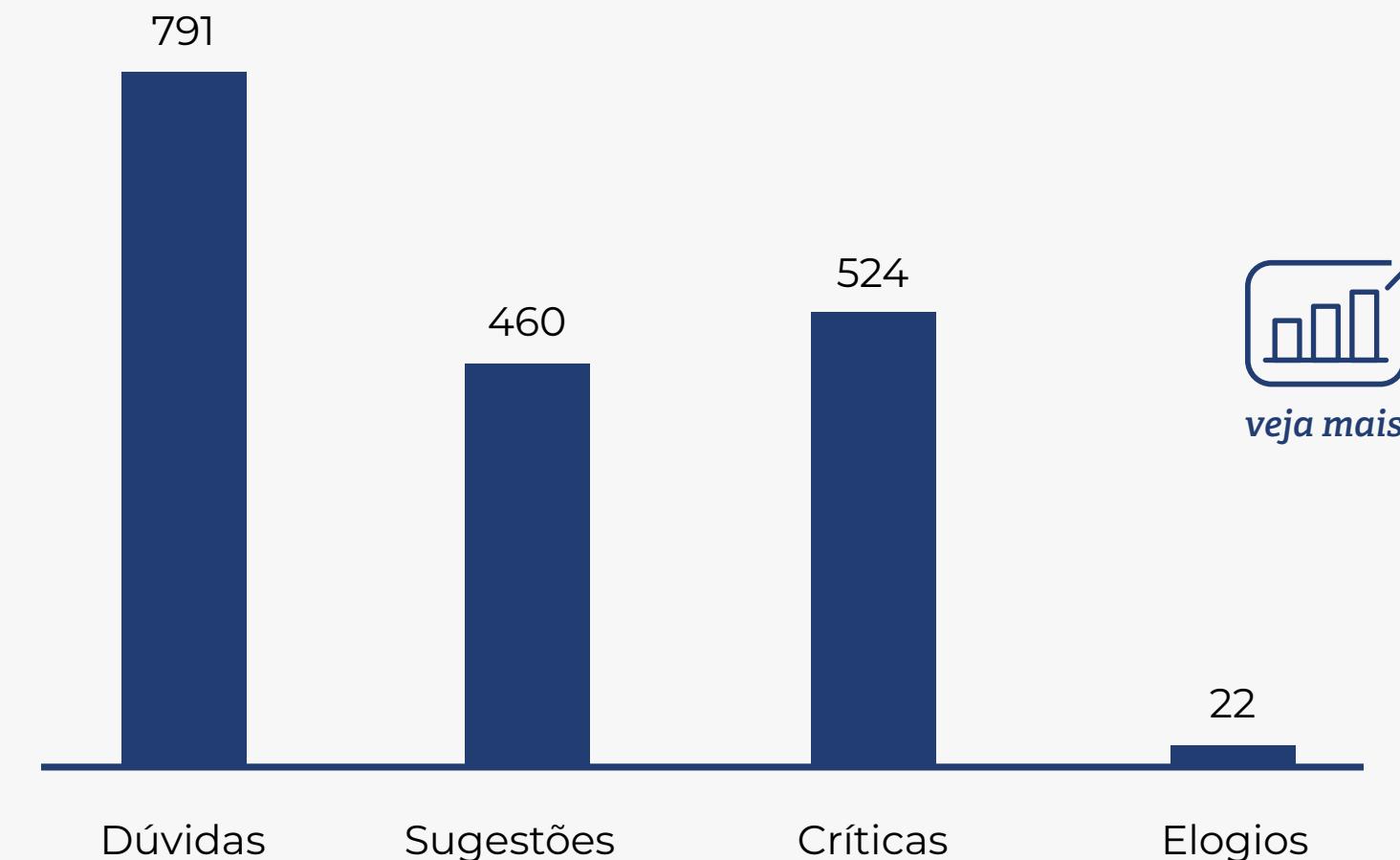
344	219	94
Acessibilidade	Assédio	Transferência
23	8	
Frequência	Outros	

São elaborados relatórios individualizados e o pronto encaminhamento ao setor responsável para providências cabíveis, como a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e o Serviço Psicossocial Clínico (Nuapsi).

Canal Direto com o Presidente

A Daps é responsável pelo gerenciamento das mensagens encaminhadas ao Canal Direto com o Presidente. Desde sua origem, em 2012, cerca de 100 mil interações foram recebidas. Em 2025, 1.797 mensagens foram enviadas. O contato pode ser feito pelo acesso rápido, na *intranet*.

Categoria da interação recebida – 2025



Dados Gerais – 2025

Em 2025, foram instaurados 32 expedientes, sendo 28 de assédio moral e 4 sexual. Mantiveram-se as características dos requerentes e averiguados. No total, 117 contatos foram recebidos pelos servidores da Daps, que, por meio do acolhimento, escuta e orientação, proporcionaram melhorias nas situações sem a necessidade de formalização das reclamações.

Canais de Denúncia

Quem for vítima de assédio moral, assédio sexual ou discriminação pode formalizar a reclamação pela *intranet*, acessando o botão “Assédio Denúncia” (disponibilizado nos *links rápidos*), ou pelo endereço de e-mail *daps@tjsp.jus.br*.

Ações de Combate ao Assédio Desenvolvidas em 2025

■ Cartilha Assédio Moral, Sexual e Discriminação - Como promover Relações de Trabalho Saudáveis

Atualização do material disponível na *intranet*. Além de elencar as principais formas de assédio e discriminação e como identificá-las no ambiente de trabalho, a cartilha “Assédio Moral, Sexual e Discriminação - Como promover Relações de Trabalho Saudáveis” estimula o combate por meio da formalização da reclamação e recomenda outras ações, como evitar contato com o agressor, afastar sentimento de culpa e buscar ajuda de terceiros.

■ Terceira Edição da Semana de Combate ao Assédio

A Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação ocorre em consonância à Resolução CNJ nº 351/20, que instituiu a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Judiciário. De 5 a 9 de maio/25, a Daps realizou a terceira edição do evento. A atividade é preventiva e informativa para disseminação do tema.

■ Pesquisa

Formulário de pesquisa “Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e Discriminação”, direcionado aos servidores do Tribunal de Justiça, no período de 11 a 23 de junho/25, respondido por 1.123 funcionários.

■ Projeto de Controle para Mitigar a Prática de Assédio e Riscos de Sofrimento

Projeto perene criado para reduzir os riscos de sofrimento e coibir a prática de assédio moral, sexual e discriminação no âmbito das relações de trabalho. O objetivo é mapear as unidades mais sensíveis. Em um primeiro momento, estão sendo contabilizadas as unidades com maior número de licenças-saúde e transferências.

■ Curso para Gestores: Uma Conversa sobre Assédio

Em cumprimento às normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi disponibilizado workshop, realizado mediante convocação da Presidência, disponibilizado na Plataforma Moodle para 7.134 secretários, diretores, coordenadores, supervisores e chefes de seções.

■ Combate ao Etarismo

Em determinação à Resolução nº 520/23, que institui a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades, foi criado o programa **Talento não tem Idade, Diga não ao Etarismo**, voltado à valorização da pessoa idosa no ambiente institucional e ao combate ao preconceito. A iniciativa consiste em três ciclos de palestras virtuais para conscientização sobre o envelhecimento ativo e para combater estigmas que afetam a participação plena de pessoas idosas no sistema de Justiça, reforçando o compromisso do Judiciário com os princípios de equidade, respeito, valorização e diversidade.



■ Programa Itinerante contra o Assédio e Discriminação

Desenvolvido com base no mapeamento de unidades com maior incidência de casos, o Programa Itinerante contra o Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação tem o objetivo de combater o assédio a partir da reflexão sobre as relações interpessoais e condições de trabalho e produzir espaços de discussão - em grupo e individuais - possibilitando a identificação de problemas e a construção coletiva de alternativas.

O cronograma de visitas será submetido à aprovação da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, em 1º e 2º Graus do TJSP. Detectadas situações de assédio ou discriminação, possibilitará a utilização do fluxo definido pelo Provimento CSM nº 2464/17.

■ Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual

Por determinação do Conselho Nacional de Justiça, na forma da Resolução nº 351/20, foi instituída, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

A normativa ensejou a formalização, no Tribunal paulista, de Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Assédio Sexual em 1º e 2º Graus (Portarias nº 10.104/22, 10.105/22, 10.385/24, 10.386/24, 10.585/25, 10.586/25, 10.599/25 e 10.600/25). Compõem os comitês servidores ativos, aposentados, terceirizados, representantes classistas e magistrados.

São realizados encontros periódicos para definir diretrizes e atualizar questões pontuais existentes, dando capilaridade às orientações e acolhimentos ofertados, especialmente às Comarcas do interior. Cabe à Daps a organização, realização e entrega dos trabalhos.

Seção de Acessibilidade e Inclusão

O Tribunal de Justiça de São Paulo, atento às pautas de acessibilidade de pessoas com deficiência no Judiciário, e em cumprimento à Resolução CNJ nº 401/21, instituiu, em 2022, a Seção de Acessibilidade e Inclusão. Vinculado à Daps, o setor recebe demandas sobre o tema, assessoria o planejamento e o monitoramento de iniciativas e promove práticas inclusivas e acessíveis a partir de diretrizes estratégicas.

As ações da Seção alcançam, além do público interno, jurisdicionados, advogados, defensores públicos, integrantes do Ministério Públco e outros usuários do sistema de Justiça. O setor conta com uma servidora intérprete de Libras para ajudar na comunicação com surdos e pessoas com deficiência auditiva por meio da Língua Brasileira de Sinais.

A Seção de Acessibilidade e Inclusão atua na promoção da acessibilidade arquitetônica, digital, comunicacional e atitudinal e segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 401/21.

1.279 pessoas com deficiência trabalham no TJSP

12
Magistrados(as)

14
Estagiários(as)

1.026
Servidores(as)

12
Trabalhadores(as)
Terceirizados(as)

176
Servidores(as)
Comissionados(as)

39
Conciliadores(as)

A [página de Acessibilidade](#) oferece links para capacitações, lives e oficinas e materiais de apoio com legislação específica, guias e cartilhas.

Mensalmente, é enviado o e-mail marketing Minuto Acessibilidade encaminhado aos servidores e magistrados do TJSP.

Síndrome de Down

O TJSP apoia a causa da Síndrome de Down, reforçando o compromisso com a inclusão e o respeito à diversidade. As artes oficiais da campanha foram disponibilizadas nas redes sociais do TJSP, ampliando a visibilidade e a conscientização sobre o tema.

Datas comemorativas

As datas relativas à acessibilidade e aos direitos das pessoas com deficiência são divulgadas nos canais oficiais do TJSP, com vistas à eliminação de barreiras, à comunicação acessível e à valorização da diversidade, fortalecendo a visibilidade das ações institucionais voltadas ao acesso pleno à Justiça.

Principais Ações e Projetos

- Avaliação de materiais como Dejesp por servidores com deficiência visual, Prontuário Acessível,
- Formulário disponibilizado a magistrados e servidores com deficiência, entre 4 e 22 de agosto, para mapear perfil, condições de trabalho e necessidades de acessibilidade.
- Projeto para aquisição de software ZoomText, que amplia e lê em voz alta a tela do computador, direcionado a pessoas com baixa visão
- Inclusão de Símbolos Internacionais de Acessibilidade nas carteiras de identidade funcional dos servidores com deficiência, conforme modelo previsto no Decreto nº 10.977/22 (Resolução CNJ nº 537/23, que altera a Resolução CNJ nº 401/21)
- Projeto São Paulo São Libras em parceria com o governo estadual para expandir atendimento em Libras no interior
- Projeto Placas Táteis em Braille, desenvolvido em parceria com a Diretoria de Administração Predial, com o objetivo de assegurar a instalação de placas com descriptivo em braille nas novas unidades judiciais, conforme a ABNT NBR 9050
- 6ª Semana da Acessibilidade, realizada de 15 a 19 de setembro, reuniu magistrados, servidores e especialistas para discutir e fortalecer práticas voltadas à eliminação de barreiras e à promoção do acesso universal no Judiciário
- Projeto de Fluxo Mobiliário visa estruturar e padronizar o atendimento às demandas de mobiliários, equipamentos, softwares e demais recursos de acessibilidade para servidores com deficiência, tanto ingressantes pelo sistema de cotas quanto aqueles que adquiriram deficiência durante o exercício funcional.

■ Projeto de Acessibilidade, desenvolvido em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP), teve início em abril/25, com o objetivo de assegurar a inclusão e a participação dos eleitores com deficiência nas eleições de 2026. Encontra-se na fase de entrevistas, voltadas ao levantamento das condições de acessibilidade dos fóruns e seções eleitorais.

■ Visita guiada ao Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), localizado em Santana, zona norte da Capital, destinada a servidores com diagnóstico de TEA e/ou com filhos na mesma condição. Parte integrante do Projeto TJ Mais Acessível para promover inclusão, sensibilização e orientações técnicas.

■ Capacitação de magistrados(as) do TJSP para atuação sensível e comprometida com demandas de acessibilidade e inclusão, em consonância com diretrizes do CNJ e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Destaque para a palestra “Acessibilidade e Inclusão no Poder Judiciário, do desembargador Irineu Jorge Fava, para os juízes substitutos aprovados no 191º Concurso de Ingresso na Magistratura.

■ Projeto Promoção de Acessibilidade e Inclusão nas visitas técnicas e monitoradas no TJSP

■ Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), do CNJ, encaminhado à equipe médica do TJSP para subsídio no atendimento e realização de perícias envolvendo servidores e candidatos com diagnóstico de TEA.

■ Projeto de Coleta de Diagnóstico para implementação da política institucional da Primeira Infância, promovido pelo NIPPI, visa mapear como magistrados e servidores com filhos de 0 a 6 anos vivenciam essa fase, subsidiando políticas institucionais de acolhimento e apoio.

■ Projeto Olhar Acessível com o objetivo de firmar convênio com a empresa Ray-Ban (Luxottica Brasil), voltado especificamente para servidores com deficiência visual.

■ Oficinas para Diagnóstico e Debates sobre Políticas de Inclusão e Acessibilidade, com participação de dois servidores de cada uma das 10 RAJs.

■ Participação no Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência – Ministério Público Federal.

■ Colaboração com o CNJ no Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial do CNJ, para a elaboração e conclusão dos estudos e da redação do Protocolo de Julgamento sob a Perspectiva da Pessoa com Deficiência no âmbito Judicial.

- Participação no II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial, realizado em 25 e 26/8, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.
- Participação no Workshop sobre a nova norma ABNT de Acessibilidade na Web, IA Generativa e Modelos de Linguagem, realizado pelo Ceweb.br.
- Treinamento Inclusivo de Emergência – Acessibilidade em Situações de Risco, destinado aos servidores do TJSP convocados para atuação como brigadistas de incêndio, lotados em prédios da Capital e Interior.
- Capacitação dos agentes de fiscalização e funcionários terceirizados sobre o uso da Central de Intermediação em Libras (CIL): Acessibilidade Comunicacional em Atendimento ao Público.

Intérprete de Libras

31

Audiências

18

Vídeos

26

Eventos e cursos



[veja mais](#)

A servidora e intérprete de Libras atua em palestras, lives e em audiências em que figurem surdos como partes no processo. Para agendar, basta encaminhar um e-mail para a Seção de Acessibilidade: acessibilidade.daps@tjsp.jus.br.

Teletrabalho no Sistema Fluxo Hólos – Portaria SPr nº 10.263/23 - Regulamenta o disposto no §2º do artigo 28 da Resolução nº 850/21

Nos casos de pedido ou renovação de teletrabalho, formulados pelo Capítulo IV da Resolução nº 850/21, o Processo Hólos é encaminhado à Daps para manifestação.

■ Favoráveis

457

Deferidos

28

Aguardando publicação

2

Indeferidos

Jornada Especial de Trabalho no Sistema Hólos – Resolução nº 925/24

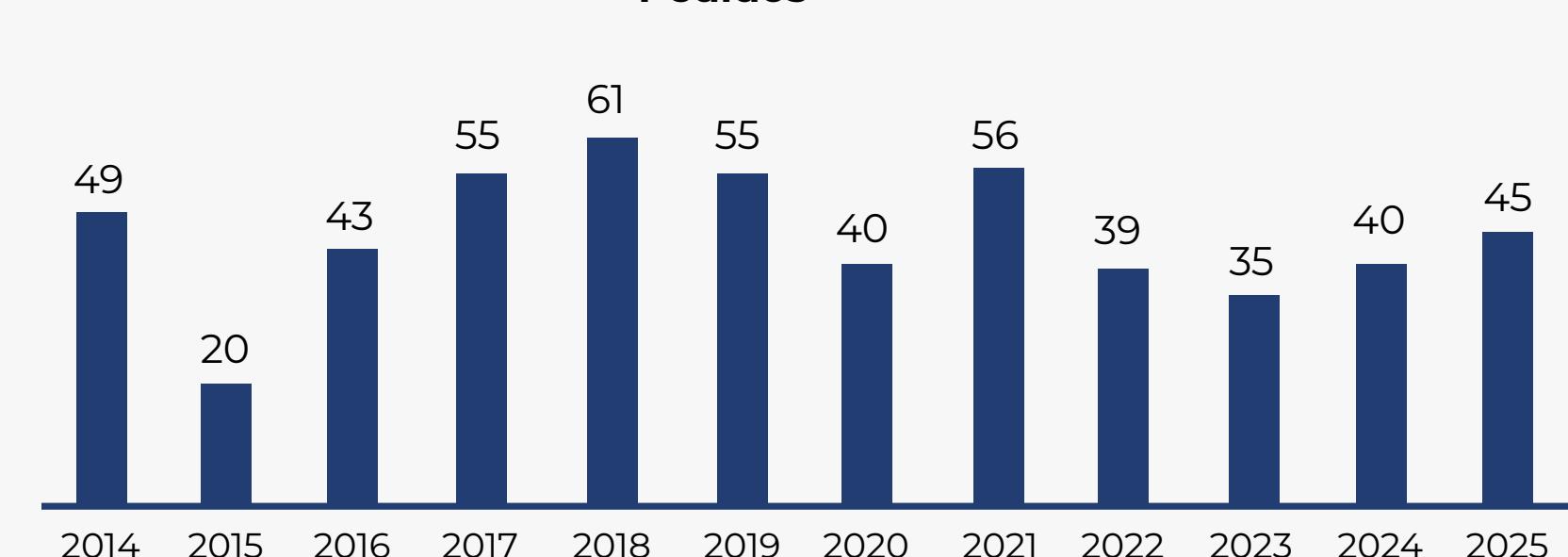
A normativa entrou em vigor em 1º de julho de 2024.

Grugade

O Grupo de Apoio aos Gabinetes de Trabalho dos Desembargadores e Juízes Substitutos em Segundo Grau (Grugade) busca suprir os afastamentos dos Assistentes Jurídicos e Escreventes Técnicos Judicários em razão de licença-gestante ou saúde.

A equipe possui 2 funcionários que prestam serviços por um período de até 90 dias. O elevado número de pedidos, 538, atende à demanda de desembargadores e dos juízes substitutos em 2º Grau e confere maior celeridade na tramitação dos feitos.

Pedidos



■ Pedidos por Matéria

Com duas vezes mais Câmaras que as outras matérias, os gabinetes de Direito Privado condensam a maior parte dos pedidos. Contrapondo esta proporcionalidade, há maior número de solicitações de Direito Criminal frente ao Público. Em menor proporção, foram 12 pedidos originários do Direito Empresarial, Direito Ambiental e Câmara Especial.

De forma geral, mantendo as proporcionalidades existentes, há maior volume de pedidos originários de desembargadores para substituição de assistentes jurídicos. Ocorre, ainda, predomínio dos afastamentos em licença-gestante frente aos de licença-saúde:

■ Cargo do servidor substituído

435

Gestante

103

Saúde

143

Escreventes

365

Assistentes

Palestras e Lives da Presidência

A Daps promoveu 353 eventos em 2025, com mais de 50 mil espectadores, números recordes para o período. Também produziu quatro cursos de capacitação e duas apresentações musicais. Importante ponderar que 304 dessas exposições correspondem ao projeto “Manhãs com Libras”, que realiza aulas semanais, em oito turmas, para treinar servidores e magistrados na Língua Brasileira de Sinais.

As exposições, em sua maioria, foram ministradas pela plataforma *Teams*, com enfoque em qualidade de vida e melhora no ambiente de trabalho. Sempre de forma gratuita, especialistas partilharam seu conhecimento e experiência com servidores e magistrados da Corte paulista.

DATA	TEMAS
11/3	Síndrome de Burnout e Saúde Mental no Trabalho
25/3	Superendividamento do Servidor Público
2/4	Autismo – Tratamento Pautado em Evidências Científicas
5/5	Silêncios que Julgam: Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação no Poder Judiciário
8/5	O Racismo e Suas Nuances
26/5	Workshop: Combate à Violência da Pessoa com Deficiência
24/6	Fibromialgia: Entender para Cuidar
12/8	Oficinas para Diagnóstico e Debates Sobre Políticas de Inclusão e Acessibilidade
26/8	Não é Não - Pelo Fim da Violência Contra a Mulher
30/9	Doação de Órgãos
21/10	Primeiros Socorros em Crise de Ansiedade
28/10	Outubro Rosa – A Importância do Check-Up
30/10	Etarismo – Preconceito que Veste Todas as Idades



[veja mais](#)

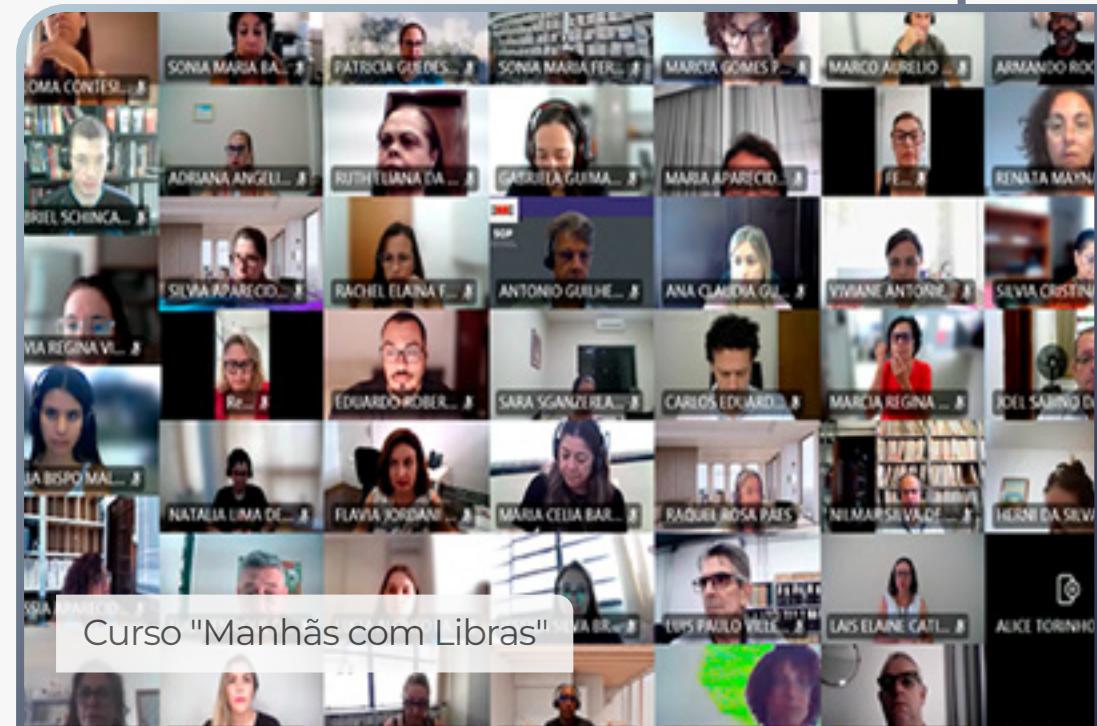
224 **353**
Palestras [2024] **Palestras [2025]**

304
Treinamentos "Manhãs com Libras"

43
Palestras

2
Apresentações musicais

4
Cursos de capacitação



Diretoria de Comunicação Social

[jan/25 a out/25]

DJE – 7/1 a 22/7

- Páginas: 3.016,379
- Edições: 132
- Retrancas: 801.937
- Matérias especiais: 27

Dejesp – 23/7 a 31/10

- Páginas: 10.224
- Edições: 72
- Retrancas: 5.053
- Matérias especiais: 16

Imprensa

- Atendimento a jornalistas: 13.640 (média de 1.364 por mês e 62 por dia útil)
- Notícias: 2.478
- Cobertura de pautas: 1.463
- Destaques na Mídia: 21
- Publicações: 17.053
- Positivas: 7.792
- Neutras: 8.730
- Negativas: 531
- Provocadas: 935

Comunicação e Principais Campanhas

- Total: 41
 - Campanhas eproc: multiplicadores, implantação assistida, migração de processos "Rumo ao 100% eproc"
 - Intimações por WhatsApp: página no portal, materiais de divulgação e diagramação de material do lembrete de audiência a ser encaminhado via WhatsApp
 - ProtejaAI
 - Execução Fiscal Eficiente
 - 3ª Edição do Prêmio #Rompa
 - 2º Salão de Belas Artes
 - Um dia no TJ
 - PPA Novos Tempos: Programa de Preparação à Aposentadoria de Magistrados(as)
 - Apadrinhamento Afetivo
 - Ler Adianta 2025
 - Justiça 4.0
 - Central de Intermediação em Libras
 - Dia Internacional da Mulher – Ouvidoria da Mulher
 - II Simpósio do TJSP sobre a Consciência Negra - Avanços e Perspectivas
 - Agosto Verde – Fazer o Futuro Sorrir
 - Não se Cale 2025: Sharenting
 - 2º Foeji-SP: Fórum Estadual das Juízas e dos Juízes da Infância e da Juventude de São Paulo

- Pop Rua/Registre-se!

- Banco de Sentenças com Protocolo de Perspectiva de Gênero



- Doação de Sangue
- Outubro Rosa – Corte Solidário
- Campanha Vacinação Influenza 2025
- Dia do Servidor – 50 anos de carreira
- 100 anos da Vara da Infância e da Juventude
- Redecom
- Trampo Justo

Cartilhas e outros materiais

- Total: 10
- Manual de Condutores
- Manual de Contratos
- Manual de Contabilidade
- Cartilhas de Apadrinhamento Afetivo: 6 comarcas
- Cartilha de Prestação Pecuniária Gestão de Recursos

Podcasts/Videocasts

- Juridiquês Não Tem Vez – Herança e Testamento

Site

- Atualizações: 594



- Manutenção: Projeto Adote um Boa-Noite

- Páginas criadas

- Intimações por WhatsApp; Cédula Funcional Digital de Registrados; Portal de Custas, Taxas e Despesas Processuais; Jurisprudência e Banco de Sentenças; Implantômetro eproc.

- Banners: 819 (portal + intranet)

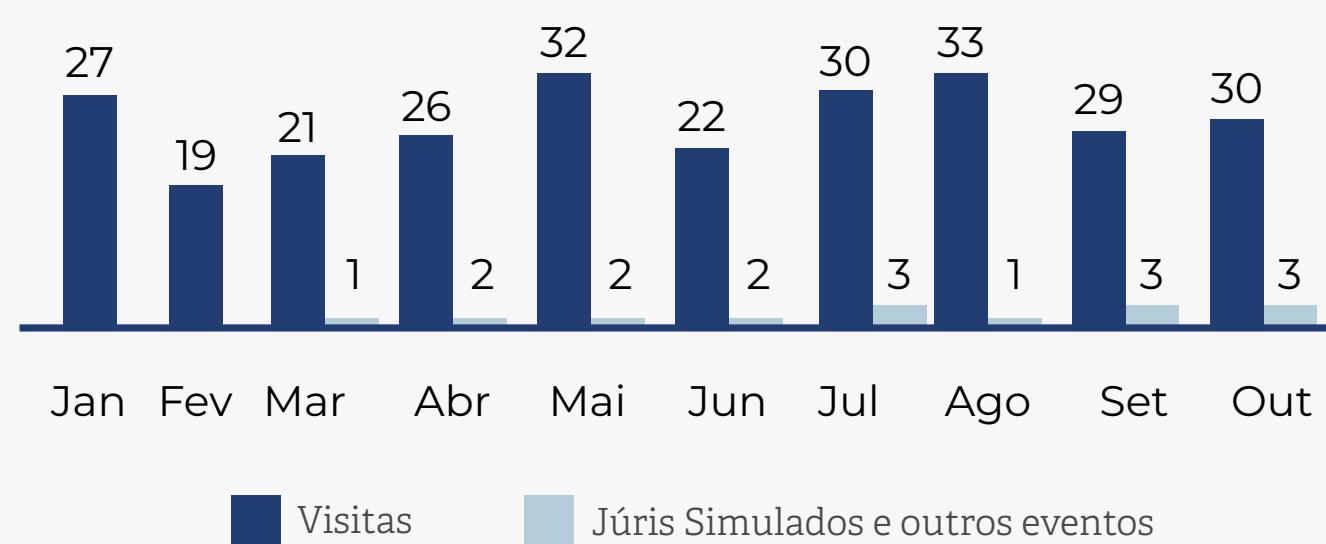


Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas

até outubro/25

Eventos	Quantidade	%	Resultado	%
Visitas Presenciais	Visitas Guiadas (Autoridades, delegações e convidados do CSM, funcionários e pequenos grupos)	109	38%	795 participantes
	Visitas Monitoradas (Instituições e grandes grupos)	120	42%	7.561 participantes
Visitas Virtuais (Instituições, funcionários e interessados em geral)	40	14%	2.194 participantes	19%
Júris Simulados e outros eventos relacionados	16	6%	1.176 participantes	10%
Outros Eventos (Visitas Técnicas pré-eventos e outros)	1	0%	5 participantes	0%
TOTAL	286	100%	11.731	100%

Evolução dos Eventos



286 Eventos



veja mais



Eventos

104 ordens de execução expedidas

Recepção de autoridades: 93 acompanhamentos no Palácio da Justiça

Divulgação institucional: 1.966 ofícios, 195 memorandos, 192 divulgações externas



[veja mais](#)

Campanhas Realizadas

- Campanha Conjunta de Doação de Sangue – Fórum Criminal Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães – fev
- Campanha Conjunta de Doação de Sangue – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – maio
- Campanha do Agasalho 2025, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo – julho
- Campanha Conjunta de Doação de Sangue TJSP, TCSP, Sefaz e Secretaria de Turismo e Viagens (TJSP) – agosto
- Campanha Outubro Rosa 2025
- 18ª Primavera dos Museus (28 e 29/9)

Escola Paulista da Magistratura

840 eventos (presenciais, híbridos e virtuais)

Recepção de autoridades, palestrantes e alunos: 51.691 pessoas

Visitas Técnicas e Monitoradas

Palácio da Justiça	Eventos	Visitantes
Visitas Presenciais (Guiadas e Monitoradas)	229	8.356
Visitas virtuais	40	2.194
Julgamentos Simulados	17	1.181

Número de visitantes | Palácio da Justiça - 2025



11.731 Visitantes

Projetos

Um dia no TJ – realização de visitas monitoradas ao Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário paulista, destinadas aos(as) filhos(as) dos(as) servidores(as) do Tribunal de Justiça de São Paulo, com o objetivo de valorizar os(as) servidores(as) e fortalecer a cultura organizacional

As visitas realizadas no âmbito do “Um Dia no TJ” serviram como projeto-piloto para a implementação do Projeto de Visita para Crianças e Adolescentes, que será futuramente aberto ao público geral

Museu TJSP

Exposições

- Em Escalas: do macro ao micro – Retratos do Liceu na cidade de São Paulo;
- A Revolução em 32 quadros e o Pincel Constitucionalista;
- Memorial Santana: 40 anos do Foro Regional”;
- Retratos do Ribeira.

Visitas Monitoradas Presenciais – 44 | visitantes 1.920

Visitas Monitoradas Virtuais – 22 – 1.178 visitantes

Visitas de novos funcionários:

- **Presenciais** – 26 – 119 visitantes
- **Virtuais** – 37 – 1.448 visitantes

Visitas Virtuais da Memória TJSP – 4 – 742 visitantes

133 Visitas

5.407 visitantes

Projetos

- Podcast “Casos Forenses” e “Reflexões”
- Participação do Museu do TJSP no Enam



Diretoria dos Gabinetes de Apoio do Palácio da Justiça

Serviços elaborados durante o ano de 2025

14.488

Total de serviços

1.450

Janeiro

1.684

Fevereiro

1.461

Março

1.574

Abril

1.713

Maio

1.599

Junho

1.593

Julho

1.755

Agosto

1.659

Setembro



veja mais

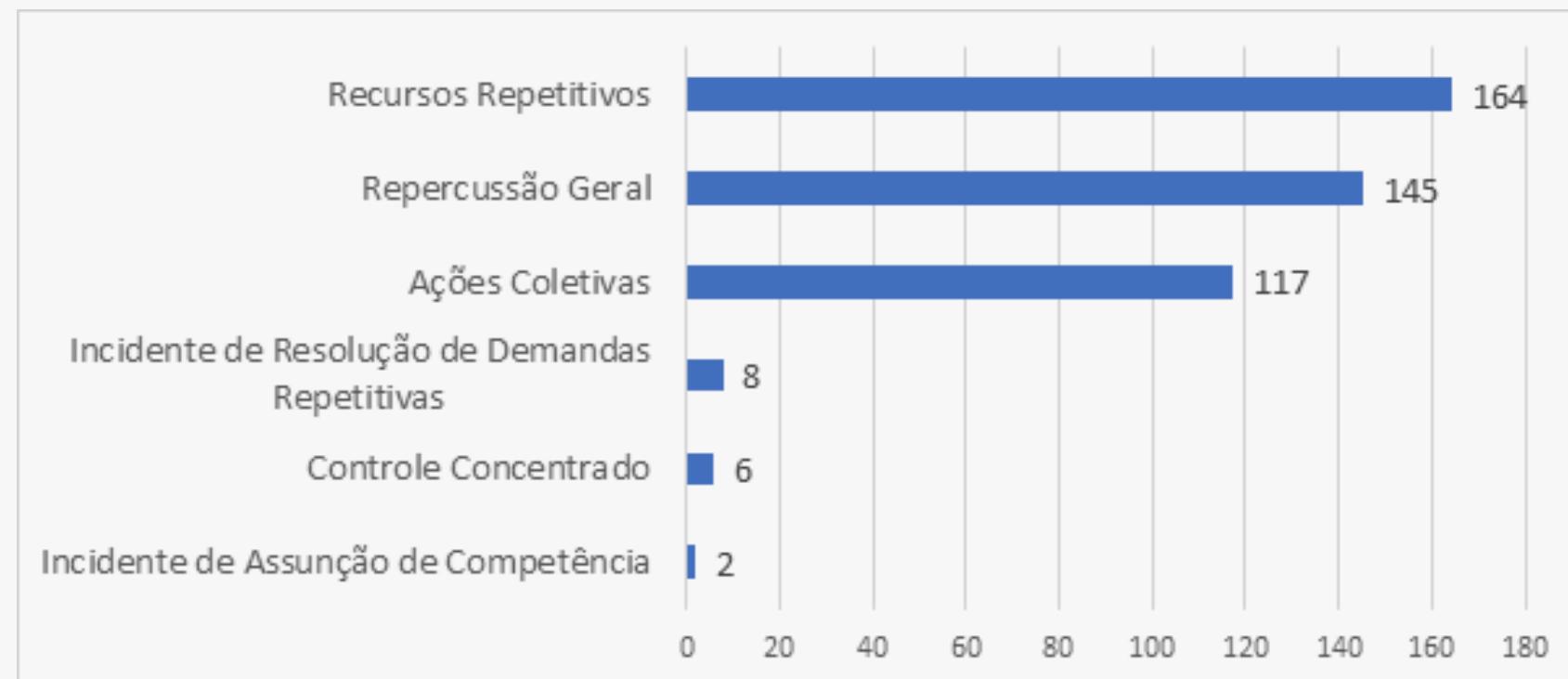
Nugepnac

Com a intenção de divulgar, uniformizar e gerenciar os processos submetidos à sistemática de precedentes no Tribunal de Justiça, em 1^a e 2^a instâncias, e com o intuito de iniciar o trabalho de gerenciamento de ações coletivas, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas da Presidência adotou as seguintes providências:

I – Elaboração e encaminhamento de 10 boletins informativos do Nugepnac da Presidência, via e-mail, a todos os magistrados em 1º Grau, assistentes judiciais e diretores da capital e do interior, com disponibilização também no site do TJSP. Reencaminhamento dos boletins elaborados pelos demais Nugepnacs do TJSP.

II – Realização de 141 reuniões em 2025 (até outubro), com órgãos internos e externos; apoio na preparação para as 3 reuniões da Comissão Gestora de Precedentes, realizadas em 1º/4 e 5/8.

III – Encaminhamento eletrônico a todos os magistrados em 1º Grau, assistentes judiciais e diretores da capital e do interior de 442 decisões/deliberações a respeito dos temas de precedentes qualificados e ações coletivas:



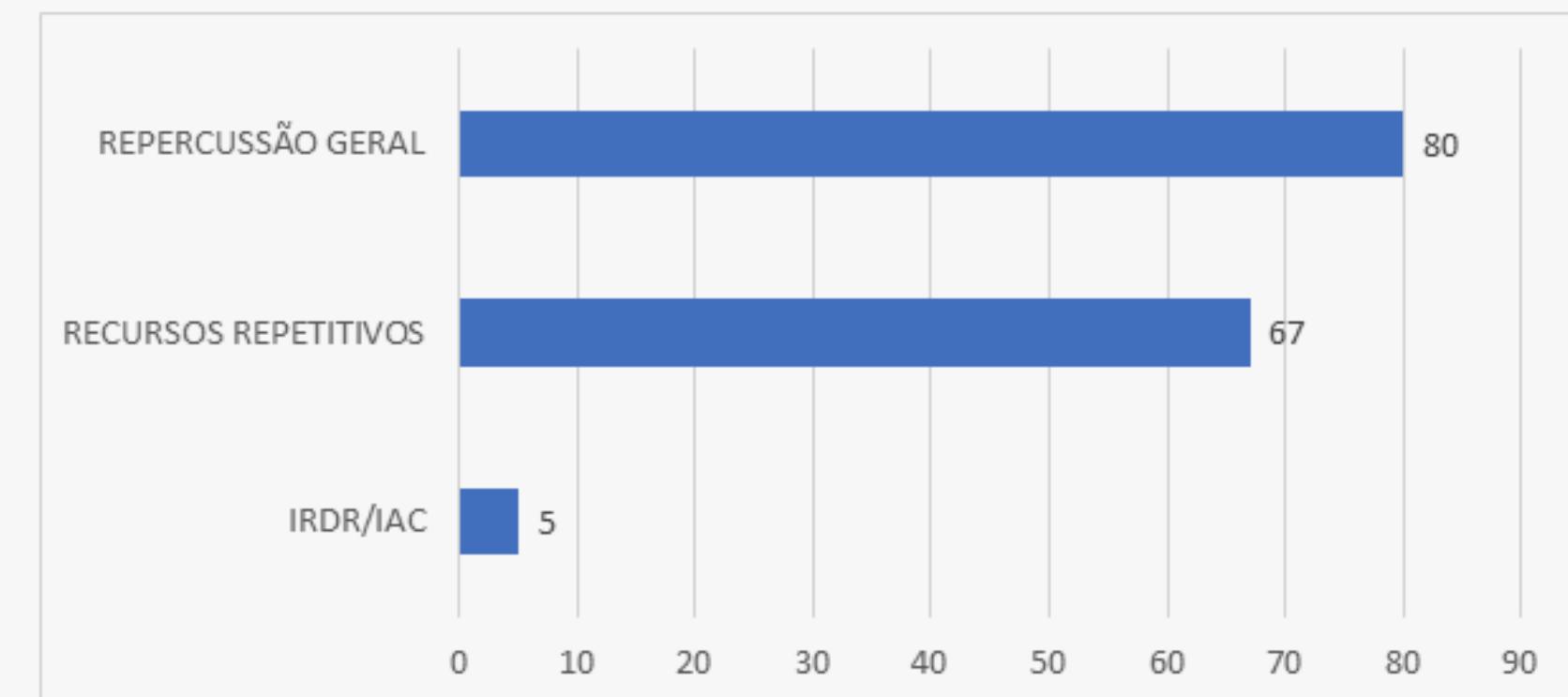
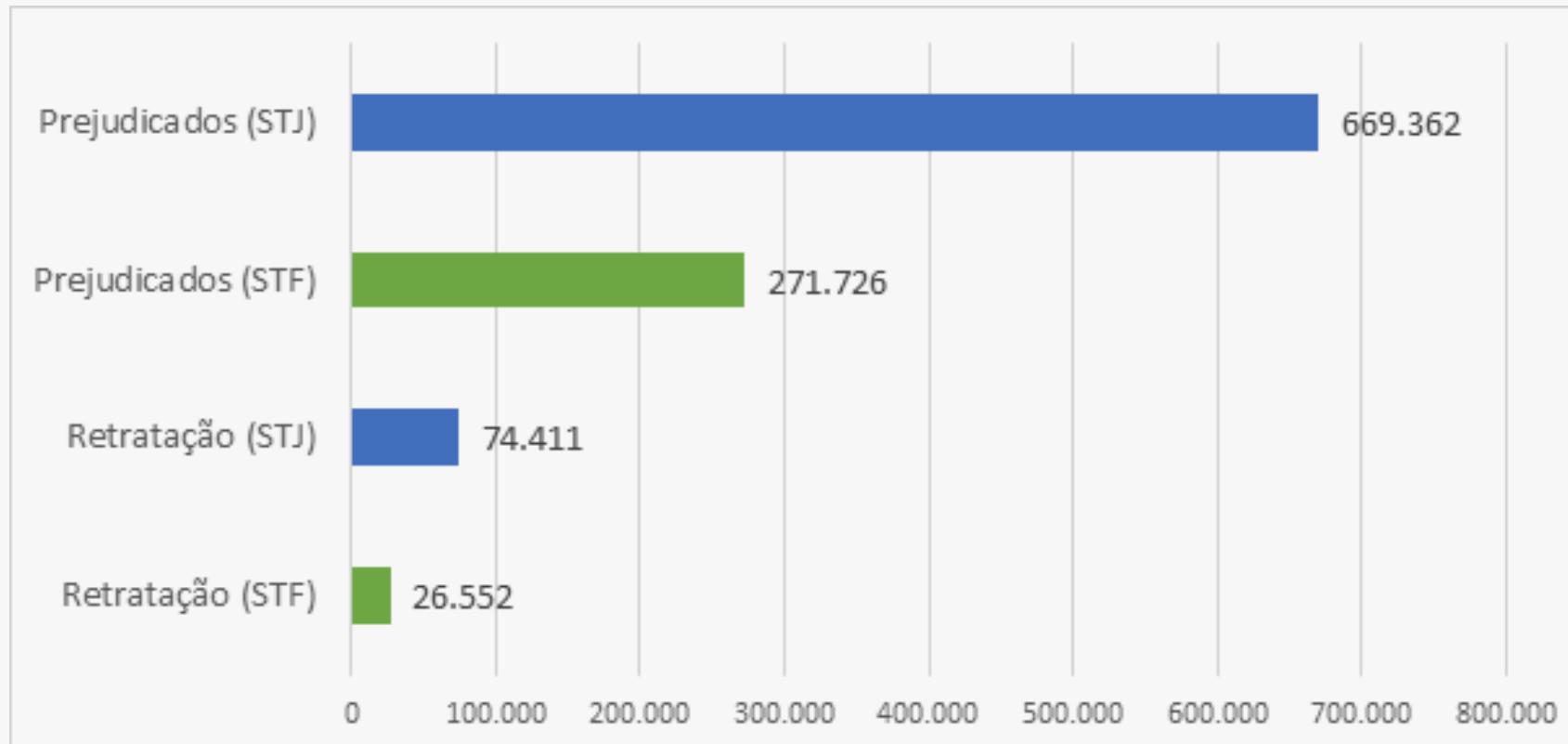
IV – Elaboração de estatísticas trimestrais para cumprimento de determinação do STF e do STJ.

V – Elaboração de estatísticas mensais e semestrais encaminhadas à Secretaria da Judiciária e à Deplan para cumprimento da Resolução CNJ nº 76.

VI – Até 31/10, foram contabilizados 465.973 processos sobrepostos no TJSP, entre os mais de 5.000.000 submetidos às sistemáticas dos precedentes qualificados, distribuídos entre os tribunais:

242.764 STF **191.390** STJ
31.819 TJSP

VII – Até 30/09, foram contabilizados 271.726 recursos extraordinários considerados prejudicados por conta da aplicação da sistemática da repercussão geral neste Tribunal. Foram reencaminhados 26.552 feitos para retratação; contabilizados 669.362 recursos especiais julgados prejudicados por conta da aplicação da sistemática dos recursos repetitivos do STJ e devolvidos 74.411 feitos para retratação.



VIII – Atualização semanal na página do Nugepnac da Presidência das tabelas, incluindo todos os temas de precedentes qualificados aplicados no TJSP, separados por situação, ramos do direito, dados estatísticos, incluindo os Puils disponibilizados pela Turma de Uniformização de Jurisprudência, e as Ações Coletivas referentes ao Núcleo 4.0.

IX – Atualização periódica de, aproximadamente, 1.200 temas/controvérsias/incidentes e ações coletivas referentes à sistemática dos precedentes qualificados no Sistema Nugepnac e, mensalmente, supervisão de 2.312 temas com trânsito em julgado para verificação de eventual pedido de revisão de tese:

X – Disponibilização de 152 notícias na página do Nugepnac da Presidência, relativas à aplicação da sistemática dos precedentes qualificados por tipo de precedente.

XI – Elaboração e disponibilização de um compêndio de jurisprudência relativo aos incidentes de solução de demandas repetitivas suscitados no TJSP.

XII – Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2025, celebrado entre o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e a Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, com definição de plano de trabalho para execução de ações e projetos de interesse comum voltados ao gerenciamento de precedentes e ao tratamento das demandas repetitivas.

XIII – Preparação para migração/recepção dos dados do Nugepnac para o ambiente de homologação/produção do eproc - novo sistema judicial.

XIV – Atuação junto com a STI para aprimoramento do painel das ações coletivas a ser disponibilizado futuramente no site do TJSP

Deplan

A Diretoria de Planejamento Estratégico (Deplan) elabora estudos e propõe e executa medidas, com vista ao cumprimento das resoluções e diretrizes traçadas pelo CNJ e do Planejamento Estratégico Plurianual. O painel completo com os projetos pode ser acessado em: [Painel de Projetos TJSP](#).

108

projetos em andamento

57

Projetos da STI

15

Projetos da Saab

14

Projetos da SOF

8

Projetos da SGP

7

Projetos da SPI

6

Projetos da SJ

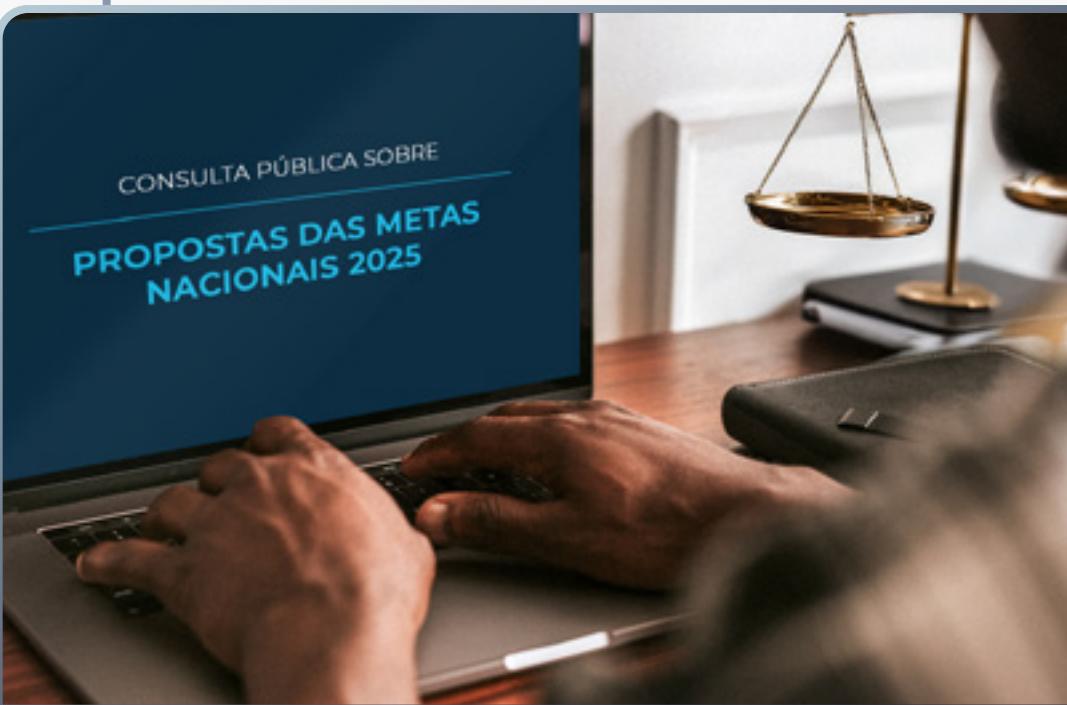
1

Projetos da Deplan



Metas do Poder Judiciário Nacional – CNJ 2025

A Deplan monitora a execução das Metas Nacionais do Poder Judiciário, elaborando Painel de Acompanhamento da Execução das Metas Nacional 2025, além de atuar junto à rede de Governança Colaborativa na formulação das Propostas de Metas Nacionais para 2026.



Entre os trabalhos, destacam-se os estudos de viabilidade de implementação dos atos normativos publicados pelo CNJ para a aplicação dos critérios para provimento de comarcas de difícil provimento, mencionados pela [Resolução nº 986/25 do Órgão Especial](#); a consulta pública com 1.341 respondentes por São Paulo, reunião com 20 magistrados e 659 servidores, formulário enviado para magistrados com 148 respondentes e reuniões preparatórias para construir a proposta final de metas a ser discutida no 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário (dezembro/25).



Meta	% *
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos	120%
Meta 2 – Julgar processos mais antigos – 1º Grau	108%
Meta 2 – Julgar processos mais antigos – 2º Grau	91%
Meta 2 – Julgar processos mais antigos – JE e TR	95%
Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	147%
Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações ambientais	85%
Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.	200%
Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio	112%
Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres	90%
Meta 10 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente – 1º Grau	93%
Meta 10 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente – 2º Grau	87%

*Referência set/25



Acompanhamento do Plano de Logística Sustentável – PLS

O PLS, elaborado em 2021, entrou em execução em 2022, atingindo 94% de cumprimento para o ano de 2022, 76,2% em 2023, 84,3% em 2024 e o resultado parcial de 67,6% em 2025.

De janeiro a agosto/25 em comparação a 2019, houve economia de: 74% no consumo de resmas de papel; 59% no consumo de copos descartáveis, 34% no consumo de água mineral envasada retornável, 72% na quantidade de impressões, 25% em energia elétrica e 34% em relação ao consumo de água.

-74%

Resmas de papel

-59%

Copos descartáveis

-34%

Galões de água mineral retornável

-72%

Impressões

-25%

Energia elétrica

-34%

Água

Plano de Descarbonização

A elaboração do Plano de Descarbonização, com foco na redução e compensação dos Gases de Efeito Estufa (GEE), compreende metas de inventário das emissões de GEE, redução de emissões diretas e indiretas, ações de compensação, de capacitação e sensibilização. Até o momento, o TJSP submeteu o inventário de GEE de prédios da capital.



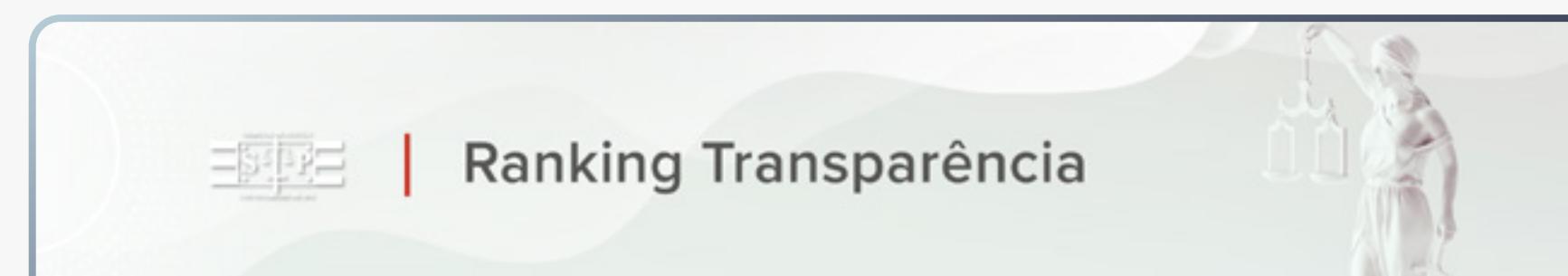
[veja mais](#)

Ranking da Transparência e Prêmio CNJ de Qualidade

Em 2025, o TJSP alcançou 91,08% de transparência



[veja mais](#)



Análise Estatística

- Criação e avaliação de políticas públicas judiciárias;
- Monitoramento de possível litigância predatória;
- Formulação teórica a ser aplicada em futuras análises.

Em 2025, destacaram-se 10 estudos e 3 grandes atividades.



[veja mais](#)



[veja mais](#)

Solução Business Intelligence – BI-1G

Toda estatística processual (exceto do 2º Grau) é obtida pelos dados disponibilizados pela ferramenta tecnológica BI-1G. A Deplan é responsável pela manutenção dos parâmetros e das regras de extração, objetivando:

- melhoria contínua na qualidade e agilidade de acesso aos dados;
- mitigação/eliminação de eventuais divergências nas regras de parametrização;
- aperfeiçoamento da identificação de processos de naturezas específicas, como por exemplo os de Violência Doméstica e Feminicídio

Comissão Regional de Soluções Fundiárias/Gaorp

Portaria TJSP nº 1.062/23

Foram cadastrados 72 pedidos de atuação da Comissão, 50 pedidos em andamento e 22 arquivados. Nesse período ocorreram 36 reuniões e 47 visitas técnicas realizadas pelos juízes integrantes da comissão. Destaca-se que a realização da visita técnica, estabelecida na Resolução CNJ nº 510/23, foi implementada em 2024.

Manutenção e aprimoramento do BI-1G

- Revisão da parametrização das variáveis do Siespj e da Meta 8
- Análise de novas movimentações, classes, assuntos, competências e foros
- Elaboração de rotinas computacionais para classificação automatizada de movimentações, classes e assuntos
- Monitoramento das tabelas ODS
- Análise de tabela “de-para” entre movimentações consideradas pelo CNJ/DataJud e correspondentes movimentações utilizadas pelo TJSP

Melhorias nas regras de extração

- Aperfeiçoamento das regras de processos redistribuídos e suspensos 1G (CR em desenvolvimento)
- Substituição da data de referência (data de inclusão em lugar da data de movimentação) para captura do processo como baixado, julgado, suspenso etc.



Inspeções

Atualmente, do total de determinações à Presidência, 411 foram arquivadas pelo Ministro Corregedor Nacional de Justiça, encontrando-se em andamento 15 expedientes.

Ano	Arquivados	Em andamento
2012	8	-
2018	151	1
2019	47	-
2022	76	-
2023	129	14

Gerenciamento de Informações ao CNJ e à Presidência

Intimações e da prestação de informações ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ pelo PJe-CNJ:

Processos movimentados até 30/9/25

Atividade	Quantidade
Expedientes distribuídos no CNJ	7.374
Expedientes distribuídos relacionados ao TJSP	796
Expedientes distribuídos com sigilo	1.506
Intimações recebidas em Sistema PJe/CNJ	509
Movimentações em sistema (autuações, ciências e respostas)	575
Sessões de julgamento presencial/telepresencial CNJ (acompanhamento on-line)	11 (77h 26min)
Sessões de julgamento virtual CNJ (acompanhamento)	15
Total de expedientes pautados nas sessões CNJ	789
Expedientes pautados que foram monitorados	132
Expedientes monitorados julgados	87

Sistema Integra – Monitoramento do Cumprimento das Resoluções - CNJ

O sistema Integra monitora e gera relatórios sobre o nível de conformidade, fortalecendo a compliance no Judiciário.

Resoluções e Portarias (fev/25 a set/25)

Atividade	Quantidade
Resoluções e Portarias	16
Itens de conformidade	147
Em Análise pelo TJSP	30
Aguardando Validação	12
Aprovados	70
Aprovados Parcialmente	5
Reprovados	30



Último dia da inspeção realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça. Da esquerda para a direita, Francisco Bruno, Wanderley Federighi, Fernando Torres Garcia, Fábio Montenegro, Ricardo Anafe, Guilherme Strenger, Xavier de Aquino, Beretta da Silveira e Florisvaldo Fiorentino Júnior

Diretoria de Gestão do Conhecimento Judiciário

Publicações, Divulgação e Memória Institucional

Organizar e garantir a ampla acessibilidade das decisões judiciais, doutrina e história institucional. Responsável pela publicação bimestral e composição da Revista Eletrônica de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo – e-JTJ, que é o repositório oficial da Jurisprudência da Corte, além de desenvolver e editar publicações essenciais para a preservação da memória e história do TJSP.

1.041 Acórdãos publicados na e-JTJ

86 Discursos divulgados na e-JTJ

Material Documental

Dedicado às comarcas do Poder Judiciário, detalhando suas histórias desde a criação.

Curículos Institucionais

Criação, atualização e manutenção contínua dos currículos padronizados da totalidade dos desembargadores e juízes de 2º Grau, incluindo magistrados na ativa, aposentados e *in memoriam*.

36 Novos currículos

527 Atualizações nos currículos

Livro dos Desembargadores do TJSP e Composição das Câmaras do Tribunal

Manutenção e atualização contínua de publicações digitais dedicadas à memória institucional do Tribunal

Gestão de Legislação

A unidade central de curadoria e disseminação do arcabouço normativo que rege o TJSP. É responsável pelo monitoramento dos atos e das normas emanadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, abrangendo as esferas Federal, Estadual e Municipal. Este trabalho inclui a análise, seleção e disponibilização organizada e atualizada de todo o universo legislativo aplicável às atividades do Tribunal.

6.064 Atos normativos e legislativos inseridos

6.181 Atualizações de atos já cadastrados

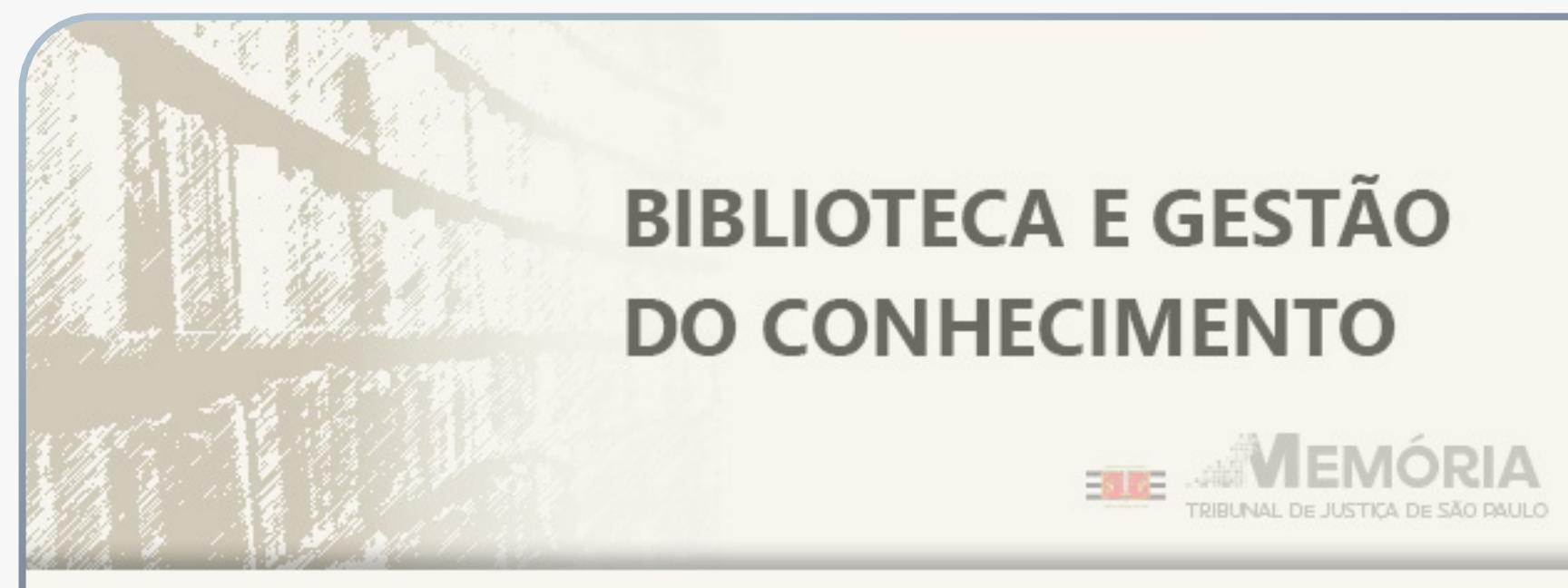
Apoio à pesquisa legislativa, na elaboração de estudos e levantamentos solicitados por magistrados, unidades administrativas e outros órgãos da Justiça.

Gestão e a organização do conhecimento gerado, arquivando sistematicamente todos os documentos de suporte resultantes do processo, tais como pareceres, comunicados, despachos e demais subsídios

Alterações legislativas relevantes (constituições, códigos e estatutos) são comunicadas no Dejesp - Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo.

57 Pesquisas legislativas/normativas

12 Comunicados publicados



Organização e disponibilização do material legislativo em formato físico, contendo as devidas atualizações para a realização dos concursos.

52 Atualizações

Gestão de Jurisprudência

Organização e difusão dos acórdãos selecionados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça, os quais são disponibilizados por meio do Portal da Gestão do Conhecimento. Com base na jurisprudência selecionada, são elaborados os Boletins Jurisprudenciais, que contêm as ementas e os links para o inteiro teor das decisões do TJ, além de incluir destaques jurisprudenciais relevantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

EMENTAS PUBLICADAS

881

370

Órgão Especial

Seção de Direito
Público

510

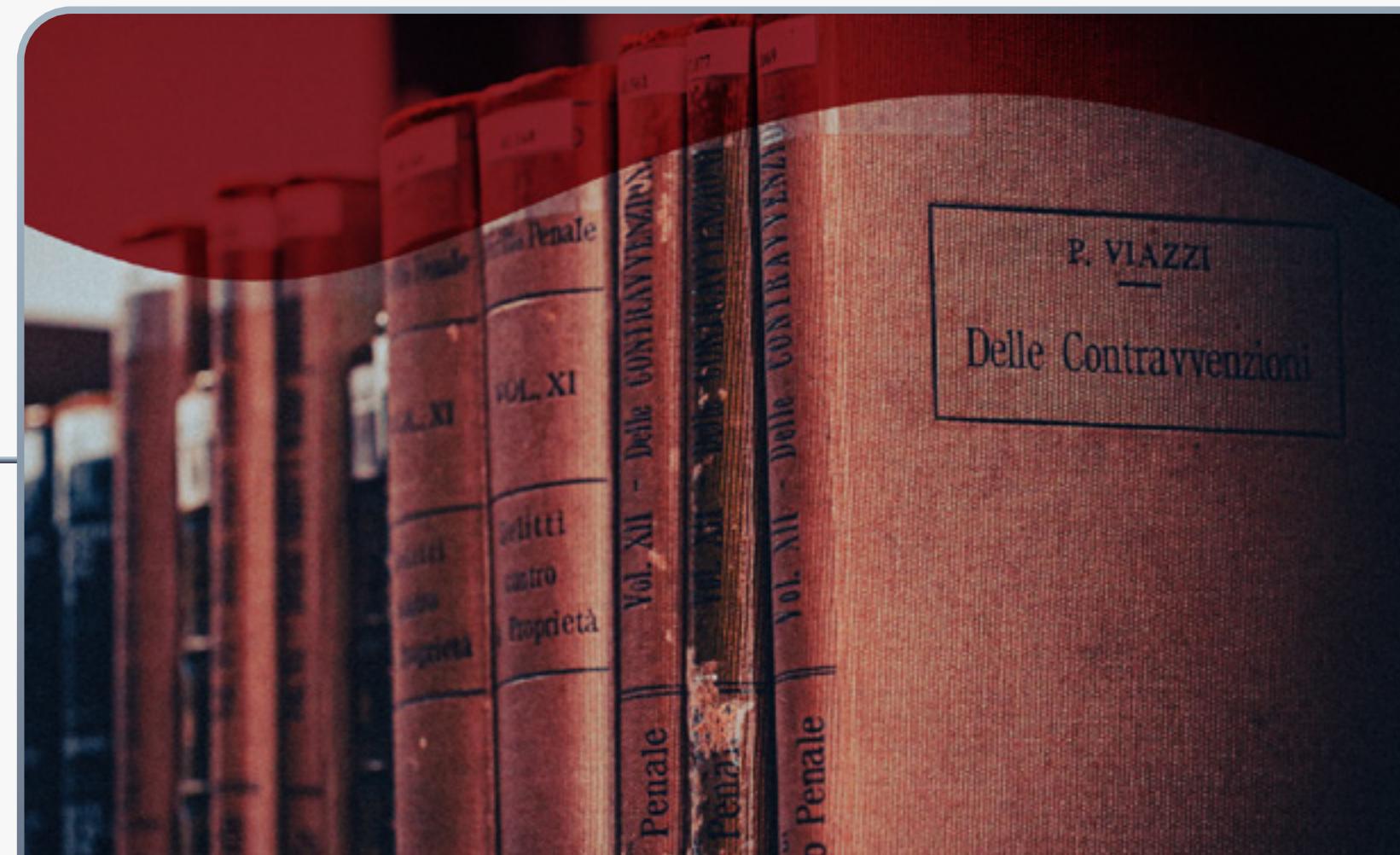
Seção de Direito
Privado

510

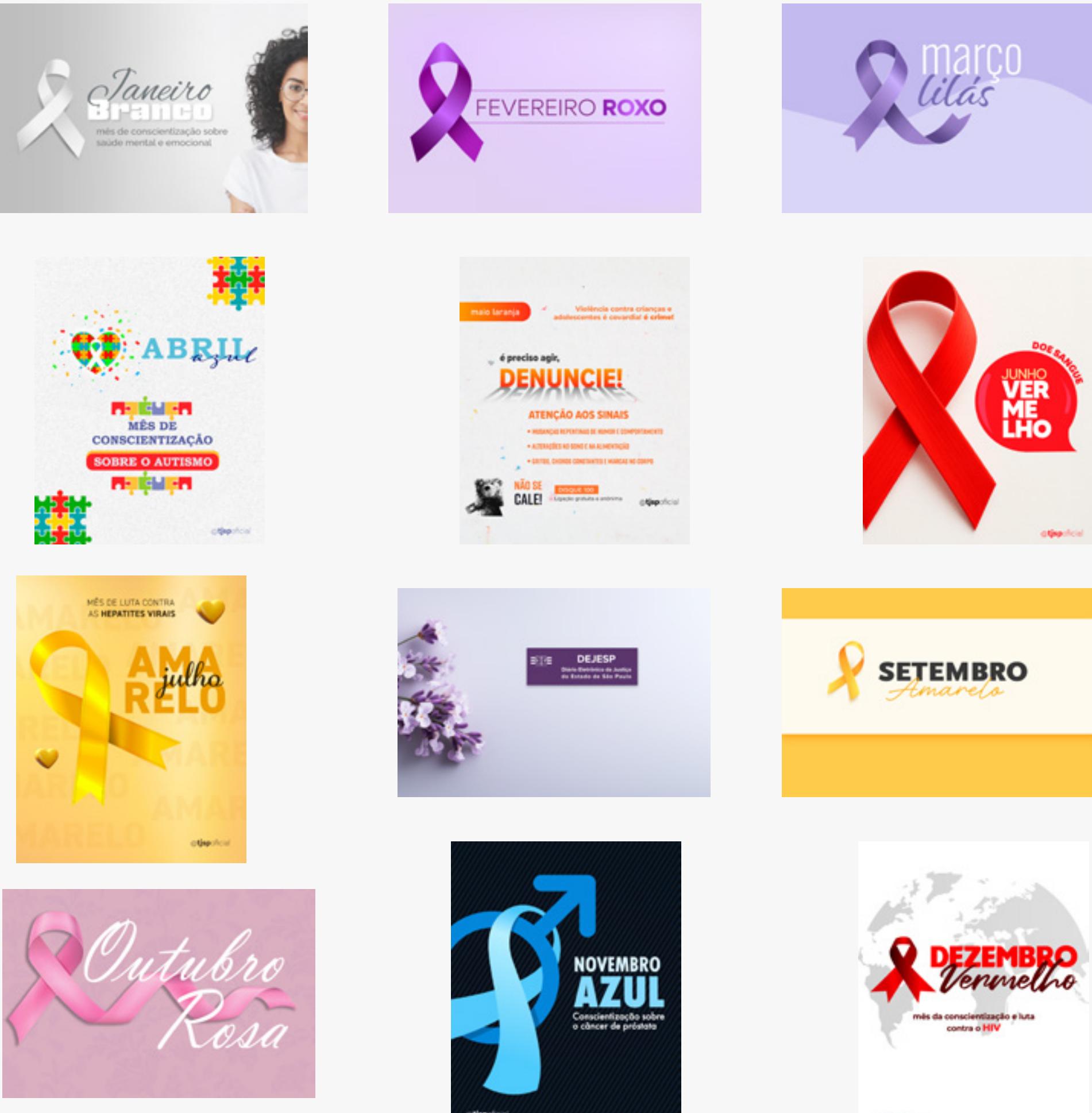
Seção de Direito
Criminal

257 Ementas de Notas e
Registros Públicos

Atualização do Thesaurus da Jurisprudência, ferramenta de linguagem unificada elaborada e atualizada periodicamente para elaboração de ementas técnicas.



Campanhas Mensais





Conclusão



Conclusão

Ao concluir este relatório, reafirmamos que os avanços alcançados no biênio 2024/2025 refletem o compromisso do Tribunal de Justiça de São Paulo com a modernização, a eficiência e a prestação jurisdicional de qualidade. Cada projeto implementado, cada meta superada e cada inovação incorporada traduzem o trabalho conjunto de magistrados, servidores e colaboradores, que não mediram esforços para transformar desafios em oportunidades. Aqui trazemos não apenas um registro de números e ações, mas um testemunho da força coletiva que move a Justiça paulista.

O próximo ciclo de gestão se inicia com bases sólidas e perspectivas promissoras. A valorização das pessoas, a continuidade da implantação do sistema eproc, a expansão dos Núcleos de Justiça 4.0 e o fortalecimento da governança tecnológica são pilares que sustentam uma Justiça cada vez mais ágil, acessível e inclusiva, que é, tenho certeza, o desejo de todos.

A todos que caminharam conosco, nossa mais profunda gratidão.

À nova administração, votos sinceros de pleno êxito na condução das ações estratégicas e na consolidação das conquistas já alcançadas. Que os próximos anos sejam marcados por inovação, transparência e resultados expressivos. E que possamos, unidos, prosseguir na construção de um Tribunal feito **por pessoas e para pessoas**, capaz de inspirar confiança, fortalecer a cidadania e abrir caminhos para uma Justiça cada vez mais acessível, moderna, eficiente, comprometida com seus valores e sensível às necessidades da sociedade.

>> [Veja o Relatório de Gestão 2024](#)

Juízes Assessores da Presidência

*André Gustavo Cividanes Furlan
Claudia Maria Chamorro Reberte Campaña
Cristiano de Castro Jarreta Coelho
Felipe Albertini Nani Viaro
Flavia Castellar Oliverio
Henrique Dada Paiva
Josué Modesto Passos
Juliana Amato Marzagão
Karina Ferraro Amarante Innocencio
Leticia Fraga Benitez
Maria Fernanda Belli
Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro
Rodrigo Nogueira
Roger Benites Pellicani
Wagner Roby Gidaro*

Secretarias

Fábio Makoto Tagliaferro Yokoyama

Secretaria de Administração e Abastecimento (Saab)

Henrique Rodrigo Galhardo

Secretaria da Presidência (SPr)

Marco Antonio Lopes Samaan

Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Andre Laursen Pavani

Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)

Patricia Tiuman de Souza Carvalho

Secretaria da Primeira Instância (SPI)

Vanessa Cristina Martiniano

Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)

Fabiano Sousa Martins

Secretaria de Governança de Sistemas (SGS)

Ana Cláudia de Oliveira Lopes

Secretaria da Magistratura (Sema)

Suliene Calefe dos Santos Chiconelli

Secretaria Judiciária (SJ)

Renato Yoshinobu Kuba

Diretoria de Auditoria Interna (DAI)

Produção

Secretaria da Presidência

SPr 3 | Diretoria de Comunicação Social

Fotografia

Klaus Silva Pinto

Lucas Claudio de Souza

Paulo Roberto Justino de Santana Pereira